

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Instituto de Psicologia

**O AMOR DE MULHERES POR MULHERES:
a circulação pulsional nas famílias homoparentais recompostas femininas**

Simone Aparecida Noronha

Belo Horizonte
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Simone Aparecida Noronha

**O AMOR DE MULHERES POR MULHERES:
a circulação pulsional nas famílias homoparentais recompostas femininas**

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia clínica.

Orientador: Prof. Dr. William César Castilho Pereira

Belo Horizonte

2008

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

N852a Noronha, Simone Aparecida
O amor de mulheres por mulheres: a circulação pulsional nas famílias homoparentais recompostas femininas / Simone Aparecida Noronha. Belo Horizonte, 2008.
131f. : il.

Orientador: Willian César Castilho Pereira
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

1. Homossexualismo. 2. Homossexuais femininos. 3. Família. I. Pereira, Willian César Castilho. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDU: 616.89-055.2

Simone Aparecida Noronha

O amor de mulheres por mulheres: a circulação pulsional nas famílias homoparentais recompostas femininas

Trabalho apresentado ao Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

William César Castilho Pereira (Orientador) - Puc Minas

Marlise Mirian de Matos Almeida - UFMG

Rodrigo da Cunha Pereira - Puc-Minas

Às informantes deste estudo que confiaram a mim suas histórias de vida.

A todos que acreditam em uma sociedade igualitária e justa.

AGRADECIMENTOS

À Puc-minas, aos professores, colegas e funcionários do programa de mestrado, que me ajudaram nesta função de aprendiz de pesquisadora. Em especial aos meus orientadores: Professor Dr. Paulo Roberto Ceccarelli, que impossibilitado de acompanhar meu trabalho até o final, deixou significativas contribuições. Ao Professor Dr. William César Castilho Pereira, que aceitou o desafio de assumir a orientação desta pesquisa já em desenvolvimento e me acolheu generosamente. Obrigada pelos ensinamentos.

Ao NIGS (Núcleo de identidades de gênero e subjetividades - UFSC), na pessoa da professora Miriam Pillar Grossi, que gentilmente contribuiu com indicações de bibliografia e leitura atenciosa do pré-projeto desta pesquisa.

À professora Anna Paula Uziel, pelas indicações bibliográficas.

Aos familiares e amigos que participaram comigo destes momentos de dedicação ao mestrado, em especial aos meus irmãos, Vânia De Fátima Noronha Alves e Wanilton Ferreira Noronha, pelo apoio incondicional. Amo vocês.

RESUMO

Na sociedade atual, arranjos familiares que fogem ao modelo tradicional de família nuclear são cada vez mais visíveis. Entre esses arranjos, destaca-se a família homoparental. Na prática da psicoterapia, deparamo-nos com pessoas que vivenciaram casamentos heterossexuais, tiveram filhos, separaram-se e, mais tarde, recompuseram suas famílias em arranjos homoparentais. O objetivo deste estudo foi analisar como se dá a circulação pulsional neste arranjo, especificamente nas famílias homoparentais recompostas femininas. Para isso, utilizamos a pesquisa qualitativa com interpretação decorrente dos estudos sócio-históricos e psicanalíticos. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com duas famílias. Como resultado, conclui-se que a circulação pulsional das famílias homoparentais recompostas femininas não se distingue das demais, obedecendo a amarras desejantes. O que determina a circulação pulsional são os investimentos libidinais, de acordo com o lugar que cada um ocupa no desejo do outro e atravessados pelos conjuntos socioculturais, políticos, econômicos e subjetivos. O exercício das funções parentais independe do sexo da díade parental, e as implicações da homoconjugalidade são variáveis para cada sujeito, dependendo de fatores conscientes e inconscientes. As famílias ouvidas neste trabalho são éticas, respeitadas e responsáveis. Porém, preconceitos sócio-históricos, econômicos, institucionais e libidinais existentes em relação à homoparentalidade contribuem para que as mesmas reproduzam o modelo da família nuclear heteroparental. Desse modo, preservam-se narcisicamente e são mais facilmente aceitas. O grande desafio, portanto, tem sido conseguir instituir um modelo próprio.

Palavras chaves: Circulação Pulsional; Homoparentalidade; Família; Subjetividades.

ABSTRACT

In nowadays society, family groupings, which escape from the family's nuclear traditional model, are getting more and more visible. The homoparental family outstands among these groupings. In the psychotherapy practice, we are faced with people who have lived heterosexual marriages, had children, separated, and, then, later, recomposed their families in homoparental families. This study aims at analyzing how the pulsional circulation happens in this grouping, specifically, in the recomposed female homoparental families. In order to reach that goal, we have used the qualitative research with interpretation arising from the social-historical and psychoanalytical studies. Semi-structured interviews with two families were accomplished. As a result, one can conclude that the recomposed female homoparental families' pulsional circulation does not differ from the other ones, obeying the desirable links. What determines the pulsional circulation are the libidinal investments, according to the place that each one occupies in the desire of the other, and which are crossed by the socio-cultural, political, economic and subjective groupings. The exercise of the parental functions does not depend on the parental dyad, and the same-sex unions implications are variable for each individual, depending on conscious and unconscious factors. The families interviewed in this work are ethical, respectful and responsible. However, social-historical, economic, institutional and libidinal existing prejudices regarding homoparental families contribute so that the same reproduce the family's nuclear heteroparental model. Thus, they are narcissistically preserved and are more easily accepted. The great challenge, therefore, has been to manage to institute an adequate model.

Key words: Pulsional Circulation; Homoparentality; Family; Subjectivities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Tipos de famílias	26
Figura 2 Estratégias para constituições das famílias	62

LISTA DE SIGLAS

ALEM- Associação de lésbicas de Minas Gerais

GLBT- Gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros

PUC- MINAS- Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

UFMG- Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 FAMÍLIA: UMA CONSTRUÇÃO SOCIOCULTURAL E PSÍQUICA	18
1.1 Construção sociocultural da família	18
1.2 Construção psíquica da família	33
2 RESSIGNIFICAÇÕES DA FAMÍLIA: A HOMOPARENTALIDADE.....	38
3 CONSTITUIÇÃO DAS FAMÍLIAS HOMOPARENTAIS.....	50
3.1 A necessidade e a presença do agente externo	52
3.2 O desejo de ter filhos	59
3.3 O desejo de ter filhos e a circulação pulsional	63
3.3.1 Famílias homoparentais primárias.....	63
3.3.2 Famílias homoparentais recompostas	68
4 AS MULHERES E SUAS NARRATIVAS: O DESEJO E A CIRCULAÇÃO PULSIONAL.....	72
4.1 O amor de mulheres por mulheres: o redirecionamento do desejo	78
4.1.1 A história de Vera.....	79
4.1.2 A história de Ellem	88
4.3 Implicações psíquicas do redirecionamento do desejo	95
4.3.1 A circulação pulsional na família de Vera.....	96
4.3.2 A circulação pulsional na família de Ellem.....	105
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
REFERÊNCIAS	116
APÊNDICE	124
APÊNDICE A TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	125
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	128

INTRODUÇÃO

Na sociedade atual estamos convivendo com diferentes situações em relação à organização familiar. Ao mesmo tempo em que assistimos a um crescimento nos casamentos, o contrário também é verdadeiro. A constituição ou dissolução das famílias está cada vez mais pautada na liberdade dos indivíduos para escolher seus pares amorosos. Uma situação também cada vez mais freqüente é a formação de novas conjugalidades a partir de arranjos familiares que fogem ao modelo dominante de família nuclear. Um deles é a constituição de famílias por sujeitos do mesmo sexo. As mudanças causadas por este arranjo também vêm sendo discutidas por seus atores nos consultórios de Psicologia.

Na prática clínica, deparamo-nos com queixas e dificuldades de pessoas que vivenciaram casamentos heterossexuais e tiveram filhos¹, e, num dado momento, “descobriram” outras possibilidades de arranjos afetivos prazerosos em relações homossexuais.

A passagem da vivência de um relacionamento heterossexual para o homossexual raramente é aceita ou apoiada pela família. Gera as mais diversas reações em seus membros e, de um modo geral, é vivida como experiência conflituosa para quem se propõe a viver a homossexualidade, para seu cônjuge, para os filhos e para a família extensa como um todo. No princípio, ocorre uma desorganização e instabilidade afetiva, resultando na maioria dos casos, em separação dos casais e na desconstrução da família tradicional.

A ruptura da família traz diversas preocupações e questionamentos para os envolvidos, sendo que o desfecho dependerá das respostas dadas a estas questões e da maneira como o casal original se reorganizará. Um dos principais questionamentos gira em torno da criação e educação dos filhos: quem se responsabilizará por seus cuidados? Como será a participação dos pais em seu cotidiano? Os filhos deverão ter ciência do motivo da separação?

Decisões como estas afetam a todos, mas, principalmente, a pessoa que assumiu a homossexualidade. São várias as situações. Existem aqueles que se sentem culpados e se vêem obrigados a deixar o cuidado dos filhos a cargo do membro do casal que conserva a orientação heterossexual. Os que não se sentem culpados reivindicam a criação dos filhos e

¹ Neste estudo, utilizaremos o significante filho(s) para designar qualquer descendente, sem nos atermos ao sexo biológico ou à etapa do desenvolvimento psicossocial do mesmo, seja ele criança, adolescente ou adulto.

permanecem com os mesmos, sendo que, a opção de vir (ou não) a morar com o novo parceiro dependerá de outras variáveis. Aqueles que assumem simultaneamente os cuidados dos filhos e a moradia com seu novo parceiro, dão origem à família homoparental recomposta.

Estes termos impressos para as novas famílias serão de suma importância para este estudo, por isso, considero pertinente uma breve explicação sobre os mesmos. Segundo Roudinesco (2003), o termo “homoparental” surgiu na França em 1996 pela “associação dos pais e futuros pais *gays* e lésbicos” que desejavam constituir uma família. Nos Estados Unidos, são utilizados os termos “*lesbian and gay families*” ou “*lesbian and gay parenthood*” para designar as famílias com parentalidade composta por homossexuais. Esses termos foram traduzidos para o português em “famílias lésbicas e famílias *gays*” ou “parentalidade lésbica ou *gay*”, porém, ainda não existe um consenso sobre qual nomenclatura utilizar ao se referir às famílias compostas por homossexuais, e encontramos os termos “famílias *gays*”, “famílias homoafetivas”, “famílias homoeróticas” e “famílias homoparentais”.

Apesar de encontrarmos com uma certa frequência, principalmente na mídia, a utilização do termo “família *gay*”, referindo-se tanto às famílias de homens quanto de mulheres homossexuais, preferimos não utilizá-lo, pois entendemos que não se trata de uma “família *gay*”, e sim, de uma conjugalidade homossexual que origina uma família. Optamos neste estudo pelo termo “família homoparental”, embora Uziel (2002), nos chame a atenção para seu uso. Segundo a autora, o termo “homoparental”, pode ter dupla função; por um lado, pode ser estratégico, no sentido de proporcionar maior visibilidade para a parentalidade homossexual, mas, por outro, pode ratificar uma diferença que não se tem claro se é importante, quando o foco são as relações familiares e não a orientação sexual dos pais. Além disto, a autora reforça que o termo “heteroparental” não é utilizado nas definições das demais famílias. Mesmo assim, optamos pelo uso do termo “família homoparental”, pois este vem sendo empregado em outros estudos acadêmicos existentes sobre a temática.

Por sua vez, a expressão “família recomposta” é aquela formada após a dissolução de uma união conjugal e o estabelecimento de nova união (homo ou heterossexual). Neste caso, existe a possibilidade do convívio entre filhos de relações anteriores, assim como a incorporação de novos filhos, consangüíneos ou não (SOUZA, 2003). Sendo assim, o redirecionamento do desejo de um dos membros do casal possibilita a constituição de novos arranjos e, conseqüentemente, de uma nova circulação pulsional no ambiente familiar. Por

circulação pulsional² entende-se a maneira como os investimentos libidinais são realizados, ou seja, como desejos e afetos são direcionados, construindo novos laços afetivos.

A partir dessas considerações, defini como campo de análise deste estudo, as famílias homoparentais recompostas femininas. Essa escolha se deve, principalmente, a dois fatores. Primeiro, às demandas clínicas de mulheres que gravitam em torno das mudanças geradas pela vivência da homossexualidade (relacionadas, principalmente, aos vínculos afetivos familiares e à educação dos filhos no novo contexto familiar). Segundo, pelo fato de, ao realizar o estado da arte sobre esta temática não encontrei, em minhas primeiras garimpagens, artigos referentes à família homoparental recomposta (feminina ou masculina), e nem à circulação pulsional nessas famílias. Estes fatores justificam a importância deste estudo³.

As publicações que investigam a homoparentalidade na área de Psicologia, na maioria das vezes, abordam aspectos comparativos do desenvolvimento das crianças educadas por casais de homossexuais e heterossexuais ou a capacidade do homossexual de assumir a parentalidade (ZAMBRANO, 2006).

O objeto deste estudo é a circulação pulsional nas famílias homoparentais recompostas femininas. Portanto, nosso objetivo geral é, analisar a circulação pulsional no interior das famílias homoparentais recompostas femininas. As seguintes perguntas mobilizam o estudo: Quais as implicações da homoconjugalidade para os envolvidos: mãe, companheira, filhos e pai biológico? Como e por quem as funções, paterna e materna, são exercidas nesse contexto? Como se estabelecem a socialização, as experiências afetivas e as relações entre os membros

² Segundo Freud (1905), a pulsão é carga energética e dinâmica, cujo objetivo é suprimir o estado de tensão que reina em sua fonte e no objeto, buscando atingir seu alvo. Diferente dos animais, que buscam instintivamente reduzir a tensão por meio de um objeto fixo, nos seres humanos, esse objeto é variável e sua satisfação não é total. Não é inato, precisando ser canalizado, o que se dá pela atração libidinal da criança na relação com seus progenitores ou cuidadores desde o nascimento. Inicia-se aí o desejo de obter o amor exclusivo de um deles. Por outro lado, a pulsão não visa, exclusivamente, um outro: pode ser dirigida para diferentes objetos de desejo, masculino ou feminino e, para o próprio eu (auto-imagem narcísica).

³ Como exemplo, podemos citar que, no primeiro seminário sobre homocultura (LEAL, 2005), realizado em Belo Horizonte/2005, não foi apresentado nenhum trabalho referente à família homoparental ou à homossexualidade feminina. Todos os trabalhos apresentados referiam-se às relações homossexuais masculinas. Além disto, ao realizar buscas nos sites científicos disponíveis na Internet para a realização do projeto desta pesquisa (Portal IBICT, Portal UFMG, SCIELO), não encontramos nenhum artigo sobre o tema aqui abordado. Nessa busca, sete artigos foram encontrados, seis relacionados à homossexualidade feminina - três no Portal IBICT (CARVALHO, 1995; MUNIZ, 1992; SOUZA, 1989) e três no Portal UFMG (DOYLE, 1956; RASCOVSKY, 1969; PORTINARI, 1989) - e um relacionado à união civil estável entre pessoas do mesmo sexo. Este último artigo foi encontrado no site SCIELO e trata-se da análise de documentos jurídicos, em uma perspectiva sociológica, das uniões homoafetivas (MELLO, 2005b). Ao longo da pesquisa, porém, foram encontrados outros artigos direcionados à homoparentalidade, que serão oportunamente citados.

dessa família?

Nossa principal hipótese é que a circulação pulsional das famílias homoparentais recompostas femininas não se diferencia das demais. Em todas as famílias é possível identificar entre os sujeitos, afetos e desafetos, conquistas e fracassos, conflitos internos, facilidades e dificuldades de relacionamentos, dentre outros fatores.

Outra hipótese parte da premissa de que em nossa sociedade os arranjos familiares que, por qualquer razão, fogem ao modelo tradicional de família, não são vistos com “bons olhos”. Isso traz como consequência para essas famílias, uma maior dificuldade em lidar com os preconceitos e com a moral social do que com sua própria circulação pulsional. Assim, tendem a reproduzir o modelo heteroparental, muito mais por uma necessidade de se preservar narcisicamente e ser mais facilmente aceita e, não porque a circulação pulsional em seu interior seja diferente das demais famílias.

A metodologia mais apropriada para o desenvolvimento deste estudo foi a da pesquisa qualitativa. Esta escolha se deu por dois motivos, um deles apóia-se nos dizeres de Elizabeth Pinto, para quem a pesquisa qualitativa em psicologia clínica “*realiza uma ciência de viabilidade, pois não pretende uma verificação direta dos resultados e conclusões, mas visa explicar, apontar para um sentido da realidade, do fenômeno ou do processo estudado*” (PINTO, 2004, p. 74). O outro motivo são as próprias características do método qualitativo, a saber: este não se reduz a estudar o fenômeno em si, mas busca entender seu significado na vida das pessoas e aproximar-se o mais possível da subjetividade, das representações e do contexto do processo da pesquisa como um todo (GOMES e AMARAL, 2005). Busca compreender e interpretar a dinâmica interna das situações investigadas e não se limita a confirmar ou infirmar suas hipóteses (BOGDAN e BIKLEN, 1994). Sua validade é considerada, já que, a escuta em profundidade que o pesquisador alcança nas entrevistas, tende a levá-lo bem próximo da questão em estudo. Além disto, os dados coletados e analisados poderão ser utilizados na compreensão de *settings* ou casos novos constituídos por vivências semelhantes (TURATO, 2005).

Uma das modalidades dos estudos qualitativos é a história oral. Segundo Castro Teixeira *et al* (2006), a história oral tem sido definida como uma metodologia, uma técnica ou uma fonte para a pesquisa. Sua principal característica é ter a oralidade como base e se colocar na perspectiva do sujeito (corpóreo, afetivo, histórico, político, singular). As autoras destacam que em suas narrativas, os sujeitos não só trazem à tona suas lembranças, reminiscências e interpretações, como as reelaboram e reinterpretam, imprimindo releituras ao que viveram. Desse modo,

[...] os sujeitos vão se vendo, revendo e se reconhecendo. [...] vão falando de si e do outro; de si e do mundo, do mundo que neles está e do outro que também é ele, de quem também é feito, em texto e contextos em que dão voz e sentido às suas vivências, que trazem a vida velada e revelada nas significações que lhes atribuem. [...] A vida vai sendo colhida e recolhida: como uma colheita de quem a viveu. Vai sendo recolhida e acolhida, como uma oferenda, para quem a recebe (CASTRO TEIXEIRA et al, 2006, p.36).

Para este estudo adotamos a história oral como técnica, centrada nas narrativas dos sujeitos sobre suas experiências de vida, coletadas por meio das entrevistas semi-estruturadas. Este tipo de entrevista em muito se aproxima do método psicanalítico, principalmente, porque proporciona a livre expressão dos sujeitos. A “associação livre” é o foco central da escuta e o discurso é obtido com pouca interferência (do entrevistador ou do analista).

Além disto, elementos transferenciais e contratransferenciais se fazem presentes na relação intersubjetiva entre pesquisador e sujeito pesquisado, assim como, na relação entre analista e analisando. Neste sentido, as entrevistas são transferenciais. As atitudes e os gestos, o dito e os silêncios produzidos na entrevista, contribuem para compor o quadro da coleta de dados e permite um aprofundamento nas questões a serem investigadas.

Para a condução da entrevista foi previamente estabelecido um roteiro mobilizador⁴, mas a escuta e a interação entre pesquisador/pesquisado ganham maior peso do que a seqüência das perguntas. Segundo Machado (2002, p.48), “*cada sujeito entrevistado é considerado único, central, porta-voz de uma determinada formação sócio-histórica. A qualidade da entrevista depende da qualidade da interação que se realiza*”. Os sujeitos pesquisados participam ativamente da pesquisa, são reflexivos e controlam as informações que podem ou não revelar.

Segundo Vasconcelos (2002), toda entrevista traz em si uma relação de reciprocidade, conhecimento e construção de significados e constitui um processo de interação intersubjetiva e social por excelência, acentuando toda riqueza, desafio e complexidade do processo investigativo. Com isto concordam Castro Teixeira et al (2006, p.38) quando afirmam que “*na entre-vista, neste colocar a vida à vista*”, há um movimento de reciprocidade e de cumplicidade de ambas as partes.

Nas pesquisas acadêmicas as interpretações dos resultados estão diretamente relacionadas com a corrente teórica adotada pelo pesquisador e com a experiência de campo propriamente dita. Como a família é atravessada por diversas instâncias que se inter-relacionam (sociais, jurídicas, antropológicas e psíquicas), consideramos importante escutar

⁴ Apêndice B.

as diferentes significações que cada uma dessas instâncias podem produzir no arranjo familiar escolhido para estudo. Por este motivo adotamos uma ótica transdisciplinar, para questões do campo da subjetividade, que diz respeito ao desejo, a singularidade de cada sujeito e à circulação pulsional familiar, usaremos os conhecimentos psicanalíticos. Para as demais questões, usaremos os conhecimentos sócio-históricos.

Esta dissertação consta de cinco capítulos. No primeiro, destacamos que a família é uma construção sociocultural e psíquica. Realizamos uma brevíssima historiografia sobre as transformações ocorridas com as instituições, família e casamento, ao longo dos tempos. Mostramos que a pluralidade das famílias existentes na sociedade Ocidental contemporânea é um produto de múltiplas transformações. Além disto, independente dos arranjos conjugais e familiares estabelecidos, refletimos, do ponto de vista psicanalítico, que toda instituição familiar tem uma constituição psíquica que a estrutura e apresentamos como esta constituição se dá. Tudo isto com o intuito de compreender a dinâmica pulsional das famílias homoparentais.

No segundo capítulo, mostramos os novos significados gerados pelas famílias homoparentais, estas vêm apresentando mudanças nas relações conjugais, parentais e familiares como um todo. Buscamos também compreender como tem sido o caminho de construção social e jurídica da conjugalidade homossexual e da formação das famílias homoparentais, frente a normatização heterocêntrica da vida familiar.

No terceiro capítulo, apresentamos as formas encontradas pelos casais homossexuais para constituírem suas famílias. Discutimos, principalmente, sobre a necessidade e a presença do agente externo⁵, bem como, a dimensão do desejo para formar esta família. Procuramos entender as influências destes dois aspectos nas diferentes possibilidades de formação das famílias homoparentais e suas implicações na circulação pulsional das mesmas.

No quarto capítulo, dedicamos à pesquisa de campo. Explicitamos mais detalhadamente a metodologia utilizada, como se deu o acesso às informantes e quais foram as condições das entrevistas. Apresentamos as informantes e, em seguida, traçamos uma síntese da história afetiva dos sujeitos-chave desta pesquisa, para melhor compreendermos como se deram às circulações e redirecionamentos de seus desejos, que as levaram a sair de casamentos heterossexuais para constituírem as famílias homoparentais recompostas femininas. Ainda, apresentamos os dados das entrevistas realizadas, e procuramos articulá-los

⁵ A impossibilidade biológica de procriar faz com que os casais homossexuais necessitem de uma terceira pessoa (agente externo) para mediar a existência do filho, seja por meio da inseminação natural ou artificial.

aos temas desenvolvidos nos capítulos anteriores. As discussões e análises deste capítulo, serviram de bases para as conclusões finais deste estudo, que foram apresentadas no quinto, e último, capítulo.

Acreditamos que a ampliação do conhecimento teórico relativo às famílias homoparentais recompostas femininas contribui para a prática clínica e para o desenvolvimento de novas pesquisas sobre esta temática.

1 FAMÍLIA: UMA CONSTRUÇÃO SOCIOCULTURAL E PSÍQUICA

*A família liga o arcaico, o histórico e o contemporâneo.
Atravessa os séculos e as sociedades, tendo ainda futuro.
Edgar Morin, 2002*

1.1 Construção sociocultural da família

A história da família (no Ocidente) já foi muito estudada e não é nossa intenção, nem foco deste estudo, realizar uma reflexão aprofundada sobre esta temática⁶. Queremos somente lançar mão dos principais acontecimentos e momentos históricos que marcaram a organização familiar e mostrar que a família não é uma instituição natural e sagrada, mas sim uma construção sociocultural⁷. Contudo, para contextualizar a diversidade de famílias na contemporaneidade, mais especificamente, a família homoparental, consideramos pertinente discutir a construção sociocultural da noção de casamento e família no Ocidente.

Ao longo dos tempos a família vem sofrendo transformações, sua concepção, estrutura e funções variam de acordo com o contexto político, sócio-econômico, histórico, religioso, e cultural de cada época. São estas transformações que garantem a sobrevivência da família que, em muitas culturas, continua sendo considerada a célula base da sociedade. Responsável entre outros fatores, pela formação e subjetivação dos seres humanos, bem como pelos ensinamentos da ordem social⁸. Neste sentido, a família funciona como um importante mediador entre o indivíduo e a sociedade.

Segundo o pensamento institucionalista, a sociedade é uma rede de instituições que se inter-relacionam e se articulam para regular a produção, a reprodução dos homens e suas relações entre si. Nos dizeres de Baremblytt (1996), há pelo menos quatro instituições que

⁶ Para história da família ver Áries (1981).

⁷ Denomino aqui “construção sociocultural” a uma série de conexões, sociais, políticas, econômicas, culturais e psíquicas, que diferenciam a família de algo natural ou espontâneo.

⁸ Em outras culturas a formação do sujeito e sua socialização não estão tão diretamente associadas aos vínculos familiares propriamente dito, que também variam de cultura para cultura. Vários exemplos podem ser vistos em Lévi-Strauss (1982) e Parseval (1986).

fundam e sustentam esta rede, a saber: língua, religião, divisão técnica e social do trabalho e relações de parentesco. Como são as relações de parentesco que definem as posições dos membros da família e as possibilidades de relação entre eles, podemos falar que a família é uma das instituições fundantes de qualquer sociedade.

Uma instituição é definida como “[...] *árvores de decisões lógicas que regulam as atividades humanas, [...] expressadas em leis, normas ou pautas*” (BAREMBLITT, 1996, p. 177). Ou seja, as instituições encarnam e representam a lei, que regulamenta o comportamento humano e indica o que é permitido e proibido entre os homens. Na visão institucionalista, toda instituição é inventada, passa por um processo de institucionalização, sendo que, neste processo estão presente dois campos de forças, o campo do instituinte e do instituído.

O campo de forças instituintes está diretamente ligado ao processo de criação das instituições, bem como, de suas transformações. É através de forças instituintes que se irrompe o novo e dá origem às novas leis e aos códigos institucionais. Quando estas forças questionam o código vigente e provocam mudanças nas leis das instituições já existentes, são entendidas como forças revolucionárias e transformadoras. Neste momento, o que era instituinte passa a ser instituído e uma nova ordem passa a regular o modo de vida das pessoas. Assim, o campo de forças do instituído é um efeito, um resultado gerado pelo campo de forças instituintes. O instituído passa a ser o ponto de referência para o controle da vida social e para a legitimação do poder. Deste modo, instituinte e instituído são forças complementares e interdependentes entre si. Nos dizeres de Barembritt (1996. p. 33), “*o instituinte careceria completamente de sentido se não se plasmasse, se não se materializasse nos instituídos*”

Segundo Leach (1985, p. 309), “*a coletividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de “bom comportamento”.*” Assim, a coletividade cria suas instituições, guardiãs e gestoras das forças reguladoras da vida coletiva, fazendo com que instituinte e instituído estejam presentes no imaginário social.

No processo de institucionalização e de transformação, o instituinte gera o instituído, que, por sua vez, gera outro instituinte e assim sucessivamente. Assim, instituinte e instituído se articulam constantemente, um gera desequilíbrio no outro e a busca da equilibração é dinâmica. Para a sobrevivência do instituído ele deve estar aberto às mudanças trazidas pelo instituinte, que acompanha as transformações sociais. Por sua vez, as possibilidades de

mudanças sociais, presentes nas forças instituintes, “*são considerados por uns, como outras tantas antecipações do futuro, inscritas numa revolução histórica inexorável, e por outros, em contrapartida, como quimeras particularmente perigosas para a ordem social devido a sua incontestável força de sedução*” (LEACH, 1985, p.302)

É isto que ocorre com a instituição família, ela atua como guardiã dos valores e das regras, produzindo e regulando as condutas dos indivíduos dentro do que está estabelecido (instituído). Mas, com a força do instituinte, a família escapa à reprodução das forças instituídas dominantes. Nestes momentos, a família questiona e faz irromper o novo, atuando como produtora de mudanças (instituinte). Este movimento entre instituinte e instituído pode ser percebido na evolução da família e do casamento.

Uma definição precisa para “família” e “casamento” é uma tarefa quase impossível, visto que, estas instituições são sistemas abertos, suscetíveis às crescentes transformações socioculturais, sócio-históricas, políticas e econômicas. Sendo assim, estas duas instituições possuem características históricas, formatos e funções diferentes de uma sociedade para outra, de uma época para outra, e, portanto, não podem ser universalizadas. O arsenal de regras e valores destas instituições são próprios de cada Cultura.

Nas sociedades primitivas a instituição familiar, tal qual compreendemos hoje, não existia. A configuração social das sociedades primitivas era marcada pela existência de grandes grupos, os clãs e as tribos, formados pelo pai primevo⁹ e seus descendentes. Foi a partir do perecimento dos clãs e das tribos que começaram a se formar as primeiras linhagens familiares. Organizações extensas, com uma forte tendência a indivisão, onde todos os descendentes de um mesmo ancestral fazem parte, e não somente os de mesmo laço de sangue (MORIN, 2002). O enfraquecimento das linhagens familiares e o início de sua divisão foram forças instituintes que contribuíram para o surgimento das famílias na sociedade medieval.

A sociedade medieval foi marcada pela existência de dois modelos de famílias, determinados pelo padrão econômico. Os nobres formavam as famílias aristocráticas e os menos favorecidos, as famílias de camponeses, porém, ambas tinham os mesmos costumes e características. Eram extensas e tinham uma vida mais coletiva e pública, o cotidiano familiar ocorria nos campos e nas ruas, em torno de um ofício. Os vínculos entre seus membros eram tênues, sendo que, os laços afetivos entre pais e filhos eram quase inexistentes. As crianças

⁹ Podemos dizer que o pai primevo é um arquétipo da figura do pai e do chefe de família, que veio a emergir posteriormente nas famílias medievais. Para uma excelente reflexão sobre esta figura mítica, recomendo a obra de Freud (1913), Totem e tabu.

eram vistas como pequenos adultos, reproduzindo seus afazeres, inclusive em relação ao trabalho (ARIÈS, 1981)¹⁰.

Segundo Vainfas (1986), a sociedade medieval foi predominantemente influenciada pelo discurso judaico cristão, com valores que foram seguidos como verdades, entre eles, a condenação do sexo, a aprovação da virgindade e da continência sexual. A união conjugal, com ou sem casamento, não era estimulada, chegando até mesmo a ser hostilizada, pois confirmava a existência da relação sexual, que deveria ser evitada a qualquer custo. Entretanto, a reprodução e perpetuação da espécie humana eram necessárias.

O casamento continha em si mesmo um paradoxo, representava simultaneamente o “mal” e o “bem”, sendo por isto condenado e defendido. Foi considerado “um mal necessário” porque funcionava como um limitador do prazer, do desfrute e da manifestação do desejo, mas ao mesmo tempo, consistia em um espaço legítimo para o exercício da sexualidade. “Autorizava”, aos casados, a relação sexual (fonte da procriação), sendo, portanto, defendido como um “bem”(VAINFAS, 1986).

Neste contexto, o casamento foi uma primeira forma de controlar e vigiar a sexualidade, assim como, garantir a existência das famílias. Porém, não era uma prática universal e nem desejável para todos, por muito tempo não passou de um contrato entre famílias nobres, cada uma encontrando vantagens nesta associação. Em outras palavras, o casamento, como uma prática social, assegurava a constituição das famílias, a formação de alianças políticas, a descendência familiar e a transmissão do patrimônio (VAINFAS, 1986).

No início do séc. XII o casamento foi incluído pela Igreja no sacramento da lei de Deus e passou a ser uma obrigação para todos os casais. Qualquer relação sexual extraconjugal passou a considerada ilegal e pecaminosa. A novidade trazida pelo sacramento do matrimônio foi a pequena abertura para que as pessoas pudessem participar na escolha de seus futuros cônjuges, desde que, os escolhidos fossem aprovados pelos pais dos noivos. A relação estabelecida entre casamento e controle da sexualidade ficou mais evidente e as uniões conjugais continuavam a existir em forma de contratos, sem o amor pessoal,

¹⁰ Em algumas sociedades medievais, por exemplo na Inglaterra, as crianças eram separadas de seus pais em torno dos 7 anos de idade, quando eram enviadas para “casas alheias” e tratadas como aprendizes. Através do ensinamento dos serviços domésticos e de um ofício, os valores da época eram transmitidos (campo do instituído). As famílias recebiam aprendizes umas das outras, mas nenhuma ficava com o encargo de educar os próprios filhos, esses nem sempre retornavam das casas alheias e, quando o faziam, era por volta dos 18 anos. Portanto, nessa época, a família não alimentava um sentimento de afeição entre seus membros. “*A família era uma realidade moral e social, mais do que sentimental*” (ARIÈS, 1981, p. 231).

entretanto, com o firme propósito de estabelecer relações duradouras e incontestáveis. Esta realidade contribuiu para que durante muito tempo família e casamento fossem vistos como instituições inseparáveis (VAINFAS, 1986).

Tendo sido o casamento instituído, surge a figura do patriarca e, conseqüentemente, o modelo familiar patriarcal passa a ser dominante. As famílias patriarcais eram compostas por filhos legítimos, bastardos, escravos e agregados. Seguiam uma rígida hierarquia, sendo o patriarca centralizador e detentor de todo poder e os demais membros da família eram submetidos à sua autoridade (ROMAGNOLI, 1996).

Este modelo de família perdurou até o final do séc. XVIII e início do séc. XIX, quando um novo campo de forças instituintes, presentes nas revoluções científicas, políticas, religiosas, econômicas, culturais e industrial provocaram o nascimento da sociedade moderna. Nesta, os casamentos continuavam sendo realizados sem o amor pessoal. As funções da instituição familiar não se alteraram muito, permanecendo a garantia da integridade do patrimônio, o controle e normatização da sexualidade dos membros da família (no sentido da heterossexualização compulsória e da dominação masculina). Nasce a família nuclear burguesa e com ela novos traços familiares se destacam. Aos poucos, este modelo de família ganha maior espaço na sociedade, passando a ser o modelo vigente (ROMAGNOLI, 1996).

As principais alterações no cotidiano familiar foram decorrentes sobretudo, da valorização que passou a ser dada às relações com as crianças. A infância começou a ser vista como uma fase importante do desenvolvimento humano, distinta da adulta. Com isto, a família passou a se concentrar em torno da criança, as preocupações com a educação e a saúde dessas ficaram mais visíveis e surgiram as primeiras escolas e internatos (ARIÈS, 1981). Conseqüentemente, os filhos começaram a demandar maior cuidado e responsabilidade dos pais e por isto, o número de filhos passou a ser mais reduzido.

Além disto, as famílias passaram a possuir residências privadas e próprias. Surge a “casa de família” como o espaço físico que possibilita a aproximação daquelas pessoas unidas por laços biológicos. Segundo Áries (1981), através da reorganização interna dos cômodos da casa, a família começa a manter uma distância da vida coletiva, passa a ter vida autônoma, mais privada e menos pública. O resultado dessas alterações foi que a família passou a valorizar a intimidade, a discrição e o isolamento (o que não ocorria na idade média). Dessa forma, iniciou-se, timidamente, a valorização dos vínculos afetivos entre o grupo familiar, que somados ao movimento médico higienista da época, contribuíram para formação de um novo sentido para a família.

Este novo sentido para a família pautou-se no incentivo à privacidade familiar, onde o amor e a felicidade dos cônjuges, bem como, os cuidados com os filhos, passaram a ser valorizado, intensificando-se a relação entre pais e filhos. Neste ínterim, o casamento, também, ganha um novo sentido e sua realização passa a ser fruto da escolha dos casais e em nome do amor. Foi assim que o amor se impôs como valor ideal do casamento e foram criados a ideologia do amor conjugal e o sentimento de família, tal qual conhecemos hoje. A partir desta ideologia, os indivíduos adquiriram autonomia para realizarem suas escolhas amorosas. Estas passaram a ser centradas no afeto, marcando uma nova configuração ético-sócio-histórica para a família (ROMAGNOLI, 1996; MATOS, 2000).

Após a Segunda Guerra Mundial, fatores macroestruturais de ordem econômica, social e política, combinados entre si, afetaram e transformaram significativamente as instituições. Apenas a título de exemplificação deste contexto, podemos citar: as transformações no sistema capitalista; a crise do Estado moderno; a passagem da ciência objetivista e neutra para a ciência reflexiva que resultaram em diversos desenvolvimentos científicos e tecnológicos; a luta pelos direitos civis e a implementação em 1977 da Lei do divórcio. (MATOS, 2000). Tudo isto afetou consideravelmente a dinâmica social e gerou um efeito cascata que não poderia deixar de afetar também a família.

Dentre os fatores acima citados destacamos aqueles que interferiram mais diretamente na dinâmica da vida familiar. As transformações ocorridas no sistema capitalista resultaram na incorporação da mulher ao mercado de trabalho assalariado, que também precisou adequar suas profissões para receber estas mulheres. Tal novidade afetou diretamente o posicionamento da mulher na vida social e familiar. Ela diminuiu sua servidão ao lar e ao marido, adquiriu maior autonomia e o direito ao voto. Além disto, uma grande conquista feminina foi assumir o controle da sua sexualidade. O que foi possível por meio dos desenvolvimentos científicos, que proporcionaram a criação da pílula anticoncepcional e de outros métodos contraceptivos, bem como, a descoberta de novas tecnologias para a fecundação (MATOS, 2000).

Neste cenário também estiveram presentes os movimentos “das minorias” (negros, mulheres e homossexuais) que lutaram, e ainda lutam, pelo direito à vida, igualdade, liberdade, propriedade, entre outros. Além disto, a implementação da Lei do Divórcio (1977) e seus desdobramentos, contribuíram fortemente para a liberação da sexualidade e sua dissociação da reprodução. Conseqüentemente, o casamento deixou de ser a condição *sine qua non* para que os indivíduos tornassem pais ou mães e formassem suas famílias.

Todo este contexto, aqui representado de forma genérica, fez com que a sociedade contemporânea se deparasse com diferentes formas de organizar a convivência conjugal e familiar, originando uma multiplicidade de famílias.

Em defesa da multiplicidade familiar, Hite citado por Mello (2005), ressalta que a partir do momento em que houver amor duradouro, entre qualquer combinação de pessoas, heterossexuais ou homossexuais, compartilhando suas vidas de um modo íntimo, haverá uma família. No entendimento de Hite, toda família é normal e não há uma família definida em termos absolutos. Não podemos falar em uma unidade familiar e, nem tampouco, impor um único modelo de família para todos.

Por este motivo, o termo família vem exigindo dos pesquisadores uma atenção especial, pois o mesmo traz a ilusão de ser compreendido por todos e, apesar de ter alguma conformidade sobre a visão geral deste termo, abarca vários significados. *“Desvelar a família significa entender quais são os requisitos para que a união entre pessoas possa receber este nome”* (UZIEL, 2002, p.8).

Segundo Hérítier (1991, p. 273), embora todos acreditem saber o que é uma família, *“é curioso constatar que por mais vital, essencial e aparentemente universal que a instituição família possa ser, não existe para ela, como é também o caso do casamento, uma definição rigorosa”*. Groeninga (2003, p.125), por sua vez, nos convida a pensar na família como um *“caleidoscópio de relações, um sistema onde operam conceitos e preconceitos, idéias e ideais, sonhos e realizações. Uma instituição que mexe com nossos mais caros sentimentos”*.

O que vemos é que a dificuldade de se nomear e definir claramente o que é família, nos dias de hoje, relaciona-se às suas diversas representações sociais e à sua pluralidade. Provocando a *“necessidade de compreendê-la como uma constituição sociocultural dinâmica, mutável, capaz de incorporar um leque cada vez maior de conjugalidades, de situações e formas de expressões das trocas afetivo-sexuais”* (MELLO, 2005a, p.28).

A pluralidade de famílias advém das diversas formas de conjugalidades existentes. A conjugalidade é entendida como *“uma forma possível de gestão compartilhada da sexualidade e dos afetos, onde ideologias, práticas diversas de amor conjugal e gênero se expressam e realizam positivamente”* (MATOS, 2000, p.163). Além disto, conjugalidade *“é o lugar de investimento amoroso dos parceiros que aí se reconhecem mutuamente e partilham seus desejos mais íntimos”* (PASSOS 2005a, p.18).

A conjugalidade funda-se na escolha amorosa dos cônjuges. Por sua vez, as escolhas amorosas são traçadas, tanto pelas identificações subjetivas (inconscientes), quanto pelas marcas socioculturais e históricas de cada tempo. A conjugalidade estabelecida por meio da

escolha amorosa é a matriz para a transmissão psíquica, por meio da qual, os filhos são inscritos na ordem simbólica e passam a ocupar suas posições no universo das relações familiares (PASSOS, 2005a). No nosso entendimento, a conjugalidade é o lugar da circulação pulsional.

As experiências de vínculos amorosos que não se encaixam no perfil estreito de família tradicional, são definidas como "conjugalidades alternativas"¹¹, dentre estas, a conjugalidade homossexual. Consideramos inadequado o adjetivo "alternativo" para a conjugalidade homossexual, visto que, o investimento amoroso dos parceiros é o mais importante na constituição da conjugalidade e não o sexo dos mesmos, não importando se são um homem e uma mulher, dois homens ou duas mulheres. O que importa salientar é que são os investimentos libidinais e afetivos dos parceiros que solidificam as conjugalidades e, em consequência, as configurações plurais de família.

Diversas configurações familiares já podem ser percebidas no interior de nossa sociedade: casais que vivem em casas separadas e os filhos co-habitam as duas casas, ficando em momentos distintos sob os cuidados específicos de um ou de outro responsável. O senso comum denomina este arranjo de "famílias modernas". Pessoas divorciadas que se casam novamente e os filhos das relações anteriores passam a conviver com os novos cônjuges e com os filhos destes, além de novos irmãos consangüíneos ou não, podem ser exemplos de "famílias tentaculares" ou "famílias recompostas". Solteiros que assumem a "produção independente" de um filho, ou pessoas divorciadas que não recasaram e os filhos ficam sob os cuidados somente da mãe ou do pai, exemplificam as "famílias monoparentais". Arranjos familiares onde avós, tios ou outros, exercem funções parentais no lugar da mãe e do pai biológicos formam as "famílias extensas". Casais de *gays* e lésbicas que assumem a parentalidade são exemplos de "famílias homoparentais" (MATOS, 2000; KEHL, 2003; ROUDINESCO, 2003; MELLO, 2005a; CECCARELLI, 2005). Seja qual for a configuração da família, é preciso garantir o lugar dos filhos como seres que precisam ser educados e cuidados (KEHL, 2003). Em síntese, diferentes conjugalidades resultam em diferentes arranjos familiares, como podemos ver na figura baixo:

¹¹ Termo descrito por Matos (2000) para diferenciar a conjugalidade homossexual da heterossexual.

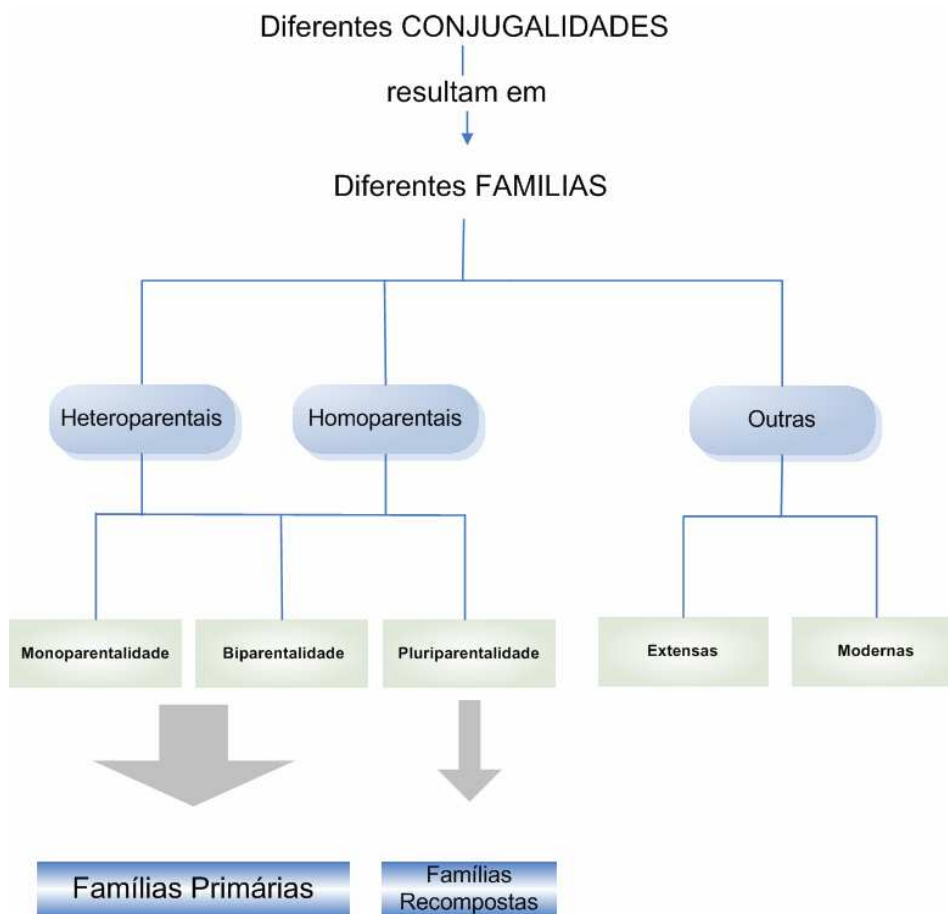


Figura 1: Tipos de famílias
Fonte: Do autor

Apesar destes exemplos e de todas as transformações ocorridas nas dimensões estruturais e funcionais da família, e as mudanças sociais daí decorrentes, Figueira (1986), Romagnoli (1996) e Passos (2005a) nos lembram que as mudanças na dimensão da subjetividade humana exigem mais tempo do que as demais para se solidificarem. Por este motivo, o “arcaico”¹², bem como, o “contemporâneo”, convivem juntos por muito tempo, tanto no imaginário individual quanto no imaginário social e, às vezes esta convivência é paradoxal e angustiante.

Para Figueira (1986), adaptar-se aos novos modelos de famílias sem a vivência de conflitos, é quase impossível, o arcaico persiste no contemporâneo e jamais será completamente ignorado. Este processo de adaptação ao novo não é linear e, portanto, a “modernização da família” é um processo complexo, tem sua própria lógica, e demanda

¹² Estamos utilizando o termo arcaico para designar o que é relativo às origens, ao primordial, que existe desde muito tempo, e não somente ao antigo, velho ou obsoleto.

tempo. Segundo este autor, para aceitação de mudanças mais profundas é preciso ter uma mudança radical de valores. É preciso desapegar de ideais e identificações arraigados no plano “hierárquico” (ideal, tradicional, instituído) e criar novas tendências, baseadas no que o autor denomina de “ideologia do igualitarismo”. Ideologia que tem a igualdade de direitos e o respeito à individualidade do outro como fatores determinantes para aceitação das mudanças.

A leitura que Romagnoli (1996) faz de outros autores, que também abordam a questão do arcaico e do contemporâneo, em relação aos arranjos familiares, a permite concluir que

[...] as famílias contemporâneas das camadas médias urbanas vivenciam uma tensão permanente, exatamente porque a transmutação das visões de mundo e dos códigos de emoções relacionados com a tradição e com o moderno, não se dá na forma de uma seqüência evolutiva regida pelo princípio da exclusão, mas sim, se dá na forma da coexistência dos mesmos. Sendo assim, o espaço familiar é marcado pela luta entre modos de ser e de estar distintos e colidentes que perpassam as relações entre os membros deste núcleo e também as relações deste núcleo com outros núcleos. (ROMAGNOLI, 1996, p. 80-81.)

Passos também afirma que “o novo e o velho estão sempre engendrados nas experiências de um sujeito ou de uma família, sem que necessariamente essa situação seja visível” (PASSOS, 2005a, p.11). Muitas vezes, o “novo” (instituinte) não passa de experiências já vividas por outras gerações (instituído), que estão sendo atualizadas, porém com diferentes roupagens. Neste sentido, faz-se necessário estar alerta e ser prudente ao investigar “o novo”, nem sempre ele é mesmo “novo”. Será então que a família homoparental representa realmente uma “nova modalidade familiar”? “novos padrões de relacionamento”? ou estaria ela, atualizando, os velhos modelos?

De qualquer forma, mesmo que ainda não tenhamos respostas para tais questionamentos, as reflexões propostas por Romagnoli (1996), Passos (2005 a) e Figueira (1986) mostram porque as famílias homoparentais são muitas vezes incompreendidas, criticadas e discriminadas, incluídas por muitos no *hall* das condutas moralmente condenáveis. Na dimensão da subjetividade e no imaginário social estas parecem ser ainda depositárias de fatos indesejáveis, sinais de “fins de tempos”, de abusos ou de total sem-vergonhice. Sobre o instituinte (família homoparental) opera um bloqueador do conteúdo instituído (família tradicional), em que a persistência de um modelo heterossexista mapeia e organiza as relações sociais familiares, exigindo uma reatividade ao que, aparentemente, nos apresenta como “diferente”.

As dificuldades de adaptação e aceitação das “novas famílias” representam inconscientemente, um mecanismo de defesa frente aquilo com o qual não se concorda, para

obstar sua existência e permanência. Além disto, funciona como uma estratégia política para a manutenção do *status quo* tradicional, ou seja, da dominação masculina. Neste sentido, as “novas organizações familiares” não fogem a regra: elas questionam posições afetivas tidas como imutáveis e mostram que outras estruturações dos vínculos amorosos são possíveis. Provavelmente, quando a sociedade deixar de moldar e normatizar a vivência familiar a partir de modelos considerados, até o momento, como ideais, as críticas e discriminações às famílias homoparentais e, às demais modalidades familiares que fogem ao padrão tradicional, serão coisas do passado. Foi assim com outros acontecimentos, tais como a quebra do tabu da virgindade, o advento da lei do divórcio e a proliferação das famílias monoparentais, que, por muito tempo, foram alvos de críticas, discriminações e polêmicas. Entretanto, hoje são muito mais aceitos pela sociedade e já fazem parte do cotidiano de muitas pessoas.

As dificuldades encontradas para aceitação das novas formas de organização familiar nos dizem da necessidade que temos em tentar salvar e manter o passado, para evitar, ou no mínimo adiar, o convívio com o resultado das mudanças. Nos apegamos em idéias e valores que já foram apropriados para uma dada época, mas tornaram-se, pela força instituinte, inapropriados para o presente.

A este respeito Derrida (2004), considera que estamos vivendo um período de presente-passagem, marcado pelas incertezas, novidades e diferenças. Por um lado, estamos presenciando a desconstrução de muitos conceitos, dogmas e paradigmas e, por outro, a construção, ainda em processo, de outros que os substituam. O autor reforça que desconstruir não é para ferir ou amesquinhar a força de um movimento, e sim, para que outros movimentos possam ser construídos (DERRIDA & ROUDINESCO, 2004). O mesmo está ocorrendo com o conceito de família, aquele arraigado, costurado às heranças judaico-cristãs, burguesas e heterossexistas, está sendo desconstruído. No entanto, desconstruir o conceito de família e seus paradigmas, não significa eliminar as famílias, mas sim, reinterpretá-las, para que possam se manter vivas, com outras roupagens e formatos.

Podemos concluir até o momento que as bases paradigmáticas das relações amorosas foram sustentadas até então por diversos fatores, entre eles: a concepção do “sexo natural” (voltado para reprodução), a dominação dos homens sobre as mulheres, as normas instituídas nos códigos civis vigentes, e ainda, a concepção da Igreja sobre o matrimônio. Tudo isto reforça a concepção de que, tanto o casamento quanto a família, são instituições “naturais”. No entanto, a multiplicidade de arranjos conjugais, sobretudo a família homoparental, evidenciam que há algo do desejo que escapa a esta dita “naturalidade”, bem como, a heteronormatividade.

Além disto, as mulheres e os *gays* (que até então se localizaram no espaço feminino da subalternização masculina) estão a operar no campo sócio-político uma resistência e não aceitação do poder dos homens sobre as mulheres, bem como, dos heterossexuais sobre os homossexuais. As mulheres e os homossexuais estão se afirmando e delineando seus próprios espaços, mostrando assim que o domínio tanto do homem quanto da heterossexualidade também não é algo “natural”.

Estes são alguns fatos que confirmam que a família centrada no modelo nuclear burguês e heterossexista é uma construção historicamente datada, centrada nos interesses do momento sócio-político onde ela surge. Assim sendo, a família se reinventa em diferentes tempos e espaços. Como bem nos diz Pereira (2007, p.10), “há uma família para cada época e cada família acaba por nos dizer mais detalhe sobre cada época do que por si própria”.

O que podemos esperar para a família no futuro? Alguns autores vêm fazendo esta pergunta.

Para Morin (2002) a família já se encontra modificada quanto à reprodução. Além disso, os desenvolvimentos técnico-científicos da Biologia, principalmente das manipulações genéticas, poderão corrompê-la, deslocá-la e transformá-la. Isto só o futuro nos dirá.

Por sua vez, Roudinesco pontua que:

[...] Para aqueles que temem sua destruição ou sua dissolução, a família contemporânea, horizontal e em 'redes', vem se comportando bem e garantindo a reprodução das gerações. [...] Para os pessimistas que pensam que a civilização corre o risco de ser engolida por clones, bárbaros bissexuais ou delinquentes da periferia, concebidos por pais desvairados e mães errantes, observamos que estas "desordens" não são novas – mesmo que se manifestem de forma inédita -, e sobretudo que não impedem que a família seja atualmente reivindicada como o único valor seguro ao qual ninguém quer renunciar. Ela é amada, sonhada e desejada por homens, mulheres e crianças de todas as idades, de todas as orientações sexuais e de todas as condições . [...] A família do futuro deve ser mais uma vez reinventada (ROUDINESCO, 2003, p.197-199, grifo nosso).

Em outro momento, Roudinesco em diálogo com Derrida, ao refletir sobre o futuro das famílias, expõe que no seu ponto de vista, a família é eterna e não corre perigo de extinção. Ela justifica que a riqueza e a perpetuação da família devem-se ao mesmo tempo, à sua ancoragem nas funções simbólicas e na multiplicidade de suas recomposições. Em resposta, Derrida concorda com a eternidade da família, afirmando que, o que é inalterável e continuará a atravessar a História, é a existência da organização do laço social em torno da procriação. Assim, a adaptação a novas estruturas parentais será inevitável, e não tem como proibir as experiências das famílias homoparentais. Ele vê a díade homossexual como “[...]”

um casal que, por sua vez, também exige filhos legítimos.” (DERRIDA & ROUDINESCO, 2004, p. 49)”. Além disto, questiona se tal exigência é muito distante da norma dominante. Em sua opinião a adoção por casais de homossexuais não passa de um caso em particular e, não tem certeza se este fato é o mais grave ou o mais transgressivo dentre as inúmeras mutações familiares que estão acontecendo (DERRIDA & ROUDINESCO, 2004).

Interessante perceber que, mesmo com todas estas transformações, em nossa sociedade, a família e o casamento, nesta ordem, continuam sendo as instituições mais valorizadas, segundo os resultados da Pesquisa Nacional do Datafolha¹³. Ou seja, o valor dado à família e às relações familiares, que têm como premissa o afeto e a convivência, é superior ao valor dado ao casamento isoladamente. Isto quer dizer que, as uniões afetivas continuam tendo seu lugar de importância, o que mudou é a forma como as famílias vêm sendo formadas. O casamento deixou de ser o pilar mestre para suas constituições¹⁴.

Paradoxalmente, segundo Morin (2002), nunca o casal foi tão frágil e a necessidade do casamento tão forte, pois diante de uma sociedade calculista e movida por interesses, o casamento pode significar proteção, intimidade, cumplicidade e solidariedade. Além disto, pode, muitas vezes, representar uma maneira de fugir da angústia da solidão e da falta de vínculo familiar, visto que, por meio do casamento, os vínculos amorosos e familiares passam então a serem (re)construídos. Porém, estes vínculos são mais flexíveis e estão mais expostos a romperem e se modificarem.

Findo o amor, desestrutura-se o casamento e um novo amor estrutura outro. Estamos vivenciando um momento em que ajustes e remanejamentos, no casal e na família, aparecem como possibilidades de reinvenção dos vínculos amorosos e por que não dizer, da família. *“A família através da crise que a enfraquece, fortalece e transforma, permanece um núcleo insubstituível de vida comunitária, o que pode ser comprovado, no Ocidente, pelo surgimento*

¹³ Pesquisa publicada pelo Jornal Folha de São Paulo em 07 de outubro de 2007. Esta pesquisa teve como objetivo conhecer as opiniões e valores dos brasileiros sobre questões relativas à sexualidade, à moral e à família. Foi realizada em duas etapas, mantendo-se as mesmas perguntas em ambas. A primeira se deu em 1998 e a segunda em 2007 com o intuito de fazer uma comparação e verificar o que mudou nestas esferas na última década. Esta pesquisa apontou que, em 2007, 68% dos sujeitos pesquisados consideram, a família, a instituição ‘mais importante de todas’. O casamento foi considerado uma instituição, ‘muito importante’, para 31% da população e 41% o consideram apenas ‘importante’ (RETRATO..., 2007).

¹⁴ Segundo os dados da pesquisa nacional do Datafolha, mesmo que as famílias estejam sendo constituídas sem a oficialização do casamento, o Brasil é um dos países da América Latina onde o estado civil ‘casados’ é mais alto. Aqui, 49% da população é casada e 83% dos brasileiros já se casou, no civil, ao menos uma vez (RETRATO..., 2007).

e legitimação das famílias de homossexuais” (MORRIN, 2002, p.175).

Neste sentido, a família homoparental pode ser compreendida como instituinte de um “outro arranjo familiar” na contemporaneidade, mas que aos poucos vem clamando por pólos instituídos. Luta pela sua aceitação social e proteção da Lei, por mecanismos que a legitimam como “uma outra forma de ser família”. Entretanto, enquanto a família homoparental não consegue legitimidade, tenta se manter e se adequar às leis existentes. Este momento faz parte do processo de institucionalização, que busca integrar o instituinte ao instituído e torná-lo parte dos códigos institucionais existentes.

No Brasil, no que diz respeito às relações homossexuais, os resultados da Pesquisa Nacional do Datafolha citada anteriormente, revelam que houve um aumento de aproximadamente 20% de aceitação das mesmas pelos brasileiros. Em 1988, 77% dos sujeitos pesquisados achavam a homossexualidade muito grave e, 49%, consideravam errado ter comportamento homossexual. Em 2007, estes números caíram para 57% e 25% respectivamente, evidenciando que começa a ocorrer entre os brasileiros queda do preconceito e da discriminação e, aumento à tolerância da homossexualidade. Os analisadores apontaram que a visibilidade da homossexualidade na mídia; os movimentos GLBT, as paradas *gays*, os projetos de Lei para a união civil entre homossexuais, bem como, contra a criminalização da homofobia foram fatores que contribuíram para esta aceitação (RETRATO..., 2007).

O preconceito é definido por Nunan (2004), como atitudes negativas direcionadas a um determinado indivíduo, ou grupo, que por qualquer motivo, contrapõem o padrão cultural vigente. Raças e grupos sociais minoritários, religiões não dominantes e a sexualidade são, comumente, os “objetos” que mais sofrem preconceitos. Nos dizeres de Costa (1992), o preconceito é uma atitude moralista e redutora, assim,

[...] aqueles que se assemelham a nós ou se aproximam dos ideais morais aos quais aspiramos, merecem nosso respeito e têm suas condutas aprovadas, ou seja, apresentadas como modelos a serem seguidos. Em contrapartida, os que se afastam dos modelos são reprovados e apontados como transgressores, anormais ou criminosos, conforme a infração cometida (COSTA, 1992, p.17).

Ceccarelli (2000), nos mostra que o preconceito é também parte constitutiva do psiquismo e atua como um prolongamento do mecanismo do recalque. Isto é, idéias, sentimentos e desejos, que não foram adequadamente recalcados necessitam de um outro mecanismo - o preconceito – para que o seu conteúdo não escape. Em sua compreensão, a sexualidade acende o preconceito porque desperta em quem o manifesta, “*elementos inconscientes recalcados*”, com os quais, não consegue lidar. Para ele,

[...] o maior problema enfrentado tanto pelo casal homossexual quanto pelas crianças adotadas, continua sendo o preconceito. [...] Talvez o que tanto ameace na homopaternidade é que este arranjo destrói a ilusão de 'parentesco natural' e abala nossas mais profundas convicções, produzindo um retorno do recalçado que mostra a dimensão imaginária das certezas e dos valores culturalmente tidos como Verdades (CECCARELLI, 2002, p. 96- 97).

Numa perspectiva diferenciada, Freud (1921), interpreta o preconceito como uma ameaça narcísica, na qual tudo aquilo que uma pessoa não suporta em si mesma, ela transfere para o outro, e ainda, sente uma satisfação ao agredi-lo para rechaçar o que lhe é intolerável. *“É sempre possível unir um considerável número de pessoas no amor, enquanto sobram outras pessoas para receberem as manifestações de sua agressividade”* (FREUD, 1930/1969, p.136). Ou seja, há uma aceitação incondicional para todos que são atingidos pelos investimentos libidinais e, para os diferentes, são dirigidos sentimentos de ódio e repulsa. A maior freqüência de sentimentos agressivos e hostis acontecem entre pessoas que julgam possuir qualquer tipo de vantagem sobre outras, e por isto, colocam-se no lugar de superioridade. É o que ocorre com os heterossexuais, que dirigem aos homossexuais, supostamente em desvantagens, manifestações homofóbicas¹⁵.

Os textos de Freud, “Psicologia de grupo e a análise do ego” (1921), e “Moisés e o monoteísmo, três ensaios (1939), serviram de base para compreendermos o preconceito e a homofobia como uma manifestação do “*narcisismo das pequenas diferenças*”¹⁶. Em 1939, Freud afirma: *“[...] a intolerância dos grupos é quase sempre, de modo bastante estranho, exibida mais intensamente contra pequenas diferenças do que contra diferenças fundamentais”*. (FREUD, 1939/1969, p. 111).

¹⁵ Homofobia é um conceito empregado a partir de 1970, segundo Blunfeld (2005), refere-se ao sentimento de repulsa e ódio contra os homossexuais que ocasiona as mais diversas manifestações de violências. Segundo Mott (1996), exemplos de homofobia são veiculados na mídia com notícias de diversas violências físicas graves cometidas aos homossexuais, tais como estupros, torturas, e assassinatos bárbaros. As mortes têm em sua maioria características cruéis, com elevados números de golpes, mutilação dos órgãos genitais, face e crânio. No período de 1980-2002, foram documentados 2.218 assassinatos de homossexuais. Certamente, este número é bem menor do que a totalidade destes crimes (“*homocídios*”), visto que, inexistem no Brasil estatísticas oficiais relativas à homofobia. Além disto, não consta na Constituição Federal e nem no Código Penal, a expressa condenação da discriminação por orientação sexual. Desse modo, a impunidade atua como uma “*autorização*” para que tais barbaridades continuem a acontecer em nosso país (MOTT, 2003).

¹⁶ Freud (1921), cita o anti-semitismo e as rixas constantes entre países que ficam ridicularizando uns aos outros como exemplos do narcisismo das pequenas diferenças. *“Raças estreitamente aparentadas mantêm-se a certa distância uma da outra: o alemão do sul não pode suportar o alemão setentrional, o inglês lança todo tipo de calúnias sobre o escocês, o espanhol despreza o português. Não ficamos mais espantados que diferenças maiores conduzam a uma repugnância quase insuperável, tal como o povo gaulês sente pelo alemão, o ariano sente pelo semita, as raças brancas pelos povos de cor”* (FREUD, 1921/1969, p. 129).

O narcisismo privilegia o normal, o belo, a razão, o certo e o bom, ou seja, carrega uma conotação positiva. O diferente é visto como negativo e ameaçador, provoca mal estar, aversão e intolerância. Isto explica o fato da homossexualidade estar (no imaginário social) associada a algo pejorativo, feio, agressivo e indecente (contra a ordem), porque contradiz as imagens narcísicas projetadas em nossos ideais morais.

1.2 Construção psíquica da família

Independente dos arranjos conjugais e familiares conhecidos em nossa sociedade podemos afirmar que em todos eles faz-se necessário a existência de uma constituição psíquica que os estruture. Cada instituição familiar é uma “estrutura”¹⁷ que funciona de acordo com a organização psíquica que possui.

A noção de estrutura por sua vez, remete a idéia de um sistema onde os elementos se relacionam entre si e estão associados a outras noções, como as de totalidade, forma, interconexão e função. A estrutura de cada sistema é responsável pelo seu modo de funcionamento (BOHADANA, 1991). Quando falamos que a família é uma estrutura, estamos de um modo geral, tratando a família como um conjunto de pessoas que possuem uma relação entre si.

Segundo Palonsky (1997), as posições e as articulações entre os elementos de uma estrutura são mais importantes do que os próprios elementos isoladamente. Isto quer dizer que na estrutura familiar, as posições e as articulações entre seus membros são mais importantes que os mesmos isoladamente. Ou seja, na estrutura (psíquica) da família as posições que as pessoas ocupam no desejo do Outro¹⁸ é determinante para o estabelecimento das relações

¹⁷ Destacamos que o conceito de estrutura não é originário da Psicanálise, aparece em alguns textos de Freud e, de modo mais marcante, nos textos de Lacan, visto que, este foi mais influenciado pelo estruturalismo (KAUFMANN, 1996). Existem controvérsias em torno dos conceitos de estrutura e estruturalismo, esses são empregados por mais de uma ciência e defini-los não significa abarcar a diversidade de seus usos. *Grosso modo*, três características são comuns ao estruturalismo, a saber: a estrutura é o próprio simbólico, o espaço estrutural é fundamentalmente topológico e os lugares e posições são anteriores aos seus ocupantes (BOHADANA, 1991).

¹⁸ O “Outro” em psicanálise é lido como “grande outro” e não se refere particularmente a uma pessoa. O “Outro” tem diferentes significados. Quando compreendido como uma estrutura simbólica, representa a própria

entre elas, bem como, para o valor que é dado a cada um.

Segundo o pensamento estruturalista, as estruturas possuem algumas características que lhe são próprias: antecedem ao sujeito; possuem regras; são imperfeitas, é mantida pela dinâmica do desejo e suas posições são anteriores à seus ocupantes (PALONSKY, 1997). Vejamos a seguir como estas características são percebidas na estrutura familiar.

Dizer que a estrutura familiar antecede ao sujeito é afirmar que o indivíduo ao nascer é inserido em uma cultura que é exterior a ele, e, desse modo, o determina. Ou seja, a vida de uma pessoa é marcada pela estrutura familiar que o precede.

A estrutura familiar também possui regras que são estabelecidas de acordo com os ideais de cada cultura. Existe uma regra na estrutura familiar que é universal, trata-se da proibição do incesto. Esta estabelece a posição de cada membro e regulamenta as possibilidades e impossibilidades de relacionamento sexual entre eles¹⁹.

A estrutura familiar também possui falhas, ela não é perfeita e nem completa. Em psicanálise esta “falha” é chamada de *castração* (PALONSKY, 1997). A castração é uma função simbólica, mediada pela função paterna, responsável pelo “corte” na relação dual mãe/filho. É pelo processo de castração que se instaura a dinâmica do desejo como condição fundamental para constituição do sujeito, sua inserção na cultura e manutenção da estrutura familiar²⁰.

Cultura. Quando compreendido como uma posição, é visto como um lugar simbólico que, pode ser ocupado por uma pessoa ou por tudo aquilo que encarne as leis da cultura, e promova o processo de castração (separação da unidade mãe/filho). Mesmo que o Outro não faça referência a uma pessoa específica, o primeiro agente a ocupar este lugar é a pessoa que acolhe a criança ao nascer, que lhe dá uma significação e a tem como objeto de desejo. Ou seja, sem o Outro, o sujeito não pode ser constituído (PALONSKY, 1997).

¹⁹ Levi-Strauss (1982) realizou extensa pesquisa sobre a proibição do incesto e sua relação com as estruturas de parentesco em diferentes culturas. Afirmou que, mesmo sendo a proibição do incesto uma regra universal, ela não pode ser generalizada. Em outras palavras, as regras não são as mesmas para todos os grupos. Entretanto, Levi-Strauss observou que a proibição do incesto tem um valor funcional permanente e fundamental em todas as organizações sociais e carrega em si o caráter total de todo sistema de parentesco. Sua conclusão é que os resultados da proibição do incesto e dos sistemas de parentesco são diversificados e possuem os mais diferentes formatos e, são eles que criam as possibilidades de laços e alianças entre os indivíduos em uma dada sociedade.

²⁰ Vejamos, de modo bem sintético, como isto ocorre: por definição, logo ao nascer, o bebê é um *objeto de desejo* da mãe, ocupa no imaginário desta, o lugar de *falo*. Neste primeiro momento, mãe e filho se fundem, o bebê *é o falo da mãe*. Há a fantasia de que ambos se completam e que um preenche a falta do outro. Porém, trata-se de uma ilusão de completude, pois na concepção psicanalítica, o desejo é marcado pela falta e não se satisfaz. Caso o filho permaneça no lugar de falo da mãe, não existirá para ele a possibilidade de se tornar sujeito e ter seus próprios desejos. Para que o filho saia do lugar de objeto de desejo da mãe, e *deixe de ser o falo*, é necessário que exista a castração. Este corte simbólico “mostra” ao filho que ele não é o único objeto de desejo da mãe, que há um “outro” (algo ou alguém), além dele, que a

Na estrutura familiar, algumas observações acerca de suas posições e de seus ocupantes, são importantes de serem feitas. Em relação às posições, destacamos dois pontos. Primeiro, elas são fixas, porém, seus ocupantes são variáveis, ou seja, elas podem ser ocupadas por pessoas diferentes, em períodos diferentes. Segundo, as posições são marcadas pela relação existente entre elas. Isto quer dizer que uma posição só terá valor quando relacionada à outra. No entanto, o valor dado ao ocupante é diretamente proporcional ao valor da posição e não ao valor da pessoa em si. Sendo assim, uma pessoa pode ser mais ou menos valorizada pela posição que ocupa em uma estrutura²¹.

Na família torna-se um pouco mais difícil identificar que as posições são fixas e seus ocupantes variáveis, pois a ideologia que sustenta a família na cultura ocidental, determina a priori, quem são os protagonistas destas posições. Principalmente, no que diz respeito às posições de “pai”, e “mãe”, visto que, biologicamente, só existem um pai e uma mãe. Mas, os ocupantes dessas posições variam de acordo com as pessoas que desempenham as “funções paternas e maternas”.

O fato de estas funções poderem ser desempenhadas por quaisquer pessoas (homem ou mulher), provoca uma diferença importante na estrutura familiar. Em qualquer circunstância que mudar a pessoa que cumpre as funções paterna e/ou materna, o valor será dado ao novo ocupante da função, que de alguma maneira, será também o ocupante da posição. Este fato é que torna a estrutura familiar mais complexa e, se não ficarmos atentos, corremos o risco de confundir “posição” com “função”, que muito freqüentemente são entendidos como sinônimos e não são. A posição é marcada pela relação estabelecida entre os membros (pais-filhos). A função diz respeito aos papéis e atribuições que possuem os ocupantes das posições.

Na concepção psicanalítica, as funções parentais, também chamadas de função paterna e materna, são compreendidas como funções simbólicas. São elas que regulam as relações dos

mãe deseja. É neste segundo momento que o filho deixa de ser o falo da mãe e passa a ter o falo. É o momento em que o filho se constitui enquanto sujeito (PALONSKY, 1997).

²¹ É mais fácil identificar que as posições são fixas em uma estrutura empresarial do que na estrutura familiar. Por exemplo, em um organograma empresarial só existem os gestores porque existem seus subordinados. É a inter-relação entre estas posições que determinam o seu valor e, conseqüentemente, de seus ocupantes. Um outro exemplo disto é a posição do analista, sua fala tem valor para o analisando porque foi dita “do lugar do analista” e não pela pessoa do mesmo. Assim sendo, a posição de analista já vem carregada de um valor próprio. O mesmo raciocínio é válido para a família, as pessoas têm o seu valor pelas posições que ocupam, desse modo, o que é dito pela mãe é valorizado porque foi dito “do lugar de mãe” e não simplesmente porque foi dito pela pessoa da mãe.

membros do grupo familiar, produzidas pelos investimentos libidinais existentes entre eles, de acordo com o reconhecimento que cada um tem do outro. Estão diretamente associadas às dimensões intrapsíquicas dos laços familiares, ao atendimento das demandas internas, do desejo que circula na família. Segundo Passos,

[...] as funções do grupo familiar só podem ser pensadas dentro de uma circulação pulsional, que permite a formação dos laços recíprocos no grupo. Quando dissemos função, queremos, portanto, nos referir aos sentidos instrumentais que a família tem em sua perspectiva de grupalidade para cada um dos sujeitos e vice-versa ao longo de todo seu processo de constituição psíquica (PASSOS, 2005, p.20).

A “função materna” é exercida pela pessoa que acolhe a criança no mundo, que a encarna como seu objeto de desejo. Quem normalmente desempenha as tarefas de “cuidar” da criança para que ela sobreviva, está cumprindo a função materna. Qualquer pessoa pode cumpri-la, desde que, lance sobre a criança um olhar desejante.

A “função paterna” é exercida por alguém (homem ou mulher) que represente a lei. Ou ainda, por “algo” (por exemplo, o trabalho da mãe) que promove a separação psíquica mãe-filho e, não necessariamente, pelo pai da criança. Normalmente esta função é exercida pela pessoa para o qual o desejo da mãe está direcionado, inaugurando no filho a noção de alteridade, uma vez que, ele descobre que não é o único objeto de desejo da mãe. É importante observar que “*para o filho, não importa o sexo da pessoa para a qual o desejo do pai/mãe está direcionado. O importante é a descoberta da existência de uma outra pessoa, que não ele/ela, por quem o pai/mãe sente desejo*” (ZAMBRANO, 2006a, p.24).

Em outras palavras, a função paterna é o representante da lei, pois é a partir dela que se introduz a castração e, conseqüentemente, o acesso ao simbólico. Por isto podemos afirmar que a função paterna é a organizadora psíquica da estrutura familiar. Sem a função paterna a família não existiria. Em síntese, aquele(a) que ocupa o lugar de autoridade estará exercendo o exercício da função paterna e aquele(a) que ocupa o lugar de “cuidador(a)”, a materna.

No modelo hegemônico (famílias heteroparentais), as funções parentais são, na maioria das vezes, definidas pelas atribuições culturais dadas aos homens e às mulheres. Antes da entrada das mulheres no mercado de trabalho prevalecia para o homem o papel de liderança, de provedor e mantenedor da estabilidade financeira. Às mulheres ficavam reservados os cuidados dos filhos, preocupações e lidas diárias com a educação, saúde e atividades extras rotina. Deste modo, neste modelo, geralmente, mas não necessariamente, a função paterna era exercida pelo homem e a materna pela mulher. Entretanto, a entrada das mulheres no mercado de trabalho está interferindo nesta situação e vem trazendo alterações

nos papéis atribuídos aos pais. A paternidade e a maternidade, no contexto heteroparental também está se transformando. Podemos dizer com isto que as famílias heteroparentais também estão em processos de reinvenção.

Conclui-se que as funções parentais não estão necessariamente atreladas aos papéis masculinos e femininos (dentro dos modelos de gênero tradicionais). Entretanto, julgamos imprescindível uma descrição mais aprofundada sobre a família homoparental, para construirmos os elementos analíticos das funções parentais no interior desta. É o que faremos a seguir.

2 RESSIGNIFICAÇÕES DA FAMÍLIA: A HOMOPARENTALIDADE

O relacionamento afetivo-sexual entre duas pessoas do mesmo sexo sempre existiu e continuará existindo, quer a sociedade queira ou não²². Provavelmente, alguns desses relacionamentos tenham evoluído para a formação de famílias homoparentais, porém em um contexto menos evidente.

O que caracteriza uma família homoparental é o fato de um homossexual, homem ou mulher, assumir a paternidade e/ou a maternidade, buscando atender cotidianamente as demandas da constituição psíquica do filho e sua formação humana. Tal como as famílias heteroparentais, as famílias homoparentais podem ser monoparental, biparental ou pluriparental, dependendo das estratégias utilizadas para sua constituição.

Constata-se que família homoparental é um termo recente, surge a partir da década de 60, quando os homossexuais em diferentes lugares do mundo, principalmente na costa californiana e na França, já queriam se tornar pais e constituir família (ROUDINESCO, 2003). Sendo assim, os casais homossexuais começaram a tornar a família homoparental uma realidade, mesmo que ainda na clandestinidade.

Segundo MELLO (2005 a), em alguns estados dos Estados Unidos, no Canadá, na Argentina e em alguns países da Europa (Bélgica, França, Alemanha, Finlândia, Suécia, Noruega, Dinamarca, Islândia e Inglaterra) é permitida legalmente a união estável de pessoas do mesmo sexo. Na Espanha e Holanda, além da união estável, é permitido a adoção de filhos, sendo a formação da família homoparental nestes países uma realidade legalizada. Na Holanda, existem mais 20.000 crianças criadas em lares homoparentais (DERRIDA & ROUDINESCO, 2004). No Brasil, a família homoparental tem tido maior visibilidade nos últimos dez anos, entretanto, o casamento entre pessoas do mesmo sexo não é reconhecido por Lei e não há um número oficial sobre quantas crianças são educadas em lares homoparentais.

²² Por exemplo, na Europa entre os séculos VIII e XII alguns teólogos e historiadores medievalistas apresentaram várias liturgias cristãs que demonstram a aceitação das uniões homossexuais. Cerimônias de casamento eram celebradas e em muito se aproximavam das cerimônias realizadas para pessoas de sexo oposto. Porém, a partir do séc. XII o cristianismo passa a condenar e rejeitar intensamente estas uniões, levando os amantes homossexuais a camuflarem suas relações e viverem na clandestinidade. Ocasionalmente as fortes rejeições sociais, ainda presentes em nossa sociedade (MELLO, 2002).

Em nossa sociedade, com base no antigo Código Civil (1916), o casamento é o que constitui e garante a “família conjugal legítima”, definida pelo casal (homem e mulher), unidos em matrimônio (devidamente reconhecido pelo Estado e pela Igreja), e os filhos nascidos desta união. Filhos gerados fora desta união não podiam ser registrados pelos pais, não tinham direito à herança, portanto, não faziam parte da família. Em 1977, através da ementa nº 9 foi instituída no Brasil a Lei do Divórcio, permitindo dissolução dos vínculos conjugais. Esta realidade ampliou a noção de família e sua definição foi também alterada (ROMAGNOLI, 1996).

A Constituição Federal de 1988 nos artigos 226 § 3º e 226 § 4º, não prioriza mais o *estado civil* dos pais e põe por terra esta definição de “família conjugal legítima”. Concebe por família a união estável entre homem e mulher ou qualquer um dos pais e seus descendentes (família monoparental) e acaba com a terminologia “filhos ilegítimos”. Todo e qualquer filho é considerado “legítimo” e tem por Lei seus direitos garantidos (ROMAGNOLI, 1996; UZIEL, 2002). Entretanto, esta Constituição ainda prioriza, o *sexo das pessoas que formam o casal* (um homem e uma mulher). Muito embora, a Constituição tenha como parâmetros os princípios da dignidade e igualdade e veda qualquer tipo de discriminação, inclusive a sexual. Não há nada exposto na Constituição brasileira que regule as uniões dos homossexuais, nesta, eles realmente não existem. Seria este mais um mecanismo de defesa da sociedade frente àquilo que a incomoda? Negar a realidade para não ter que lidar com ela?

O estudo de Mello (2005a) nos permite acompanhar um pouco da trajetória dos homossexuais, principalmente na esfera do Direito, para compreender como tem sido o caminho de construção social da conjugalidade homossexual e da formação das famílias homoparentais. Este autor fez uma leitura cuidadosa e bem elaborada dos passos dados na década de 90 no Brasil para a ocorrência da união civil estável entre pessoas do mesmo sexo. Seu estudo tem como base o Projeto de Lei nº 1.151/95²³, que tem como proposta a união civil²⁴ entre pessoas do mesmo sexo, apresentado pela, então, Deputada Marta Suplicy à

²³ Na versão original do referido projeto de lei não havia qualquer referência, nem proibindo e nem autorizando a adoção de crianças por casais homossexuais. Somente no projeto substitutivo, proposto pelo então relator Deputado Roberto Jefferson, aprovado pela comissão especial em Dez/96, ficou estabelecido que, [...] “*nos contratos de parceria civil registrada, são vedadas quaisquer disposições sobre adoção, tutela ou guarda de crianças ou adolescente em conjunto, mesmo que sejam filhos de um dos parceiros*” (MELLO, 2005. p 64).

²⁴ No âmbito civil os termos “união civil, união estável, ou parceria civil” são sinônimos e garantem aos parceiros desta união somente alguns direitos conjugais, vedando o principal, o direito à parentalidade. Somente o termo “casamento” assegura uma equiparação total dos direitos conjugais, inclusive o direito a parentalidade,

Câmara dos Deputados.

O Projeto de Lei nº 1.151/95 é tido como um marco na história da luta homossexual pelo reconhecimento da cidadania e dos direitos civis. Foi a partir dele que eclodiu em todo o país os debates e embates (políticos e sociais) sobre a temática, provocando manifestações, tanto de aceitação e apoio quanto de repulsa a conjugalidade homossexual. A repulsa foi manifestada pelas instituições em geral, principalmente, por parte da Igreja e seu discurso dominante, como também, por um grupo de deputados que negaram a legitimidade da união de homossexuais. Contudo, foi a primeira vez na história brasileira que o Congresso Nacional e a sociedade viram ser questionada a norma heterocêntrica, que sempre estruturou os pressupostos éticos, morais e legais relativos à família.

Embora as relações homossexuais não sejam juridicamente definidas como relações ilegais e nem cientificamente reconhecidas como patológicas, a exclusão da legalidade para as uniões homossexuais além de ferir os princípios da dignidade e igualdade trás prejuízos (sociais, morais e psíquicos) a estes sujeitos. Nega aos casais homossexuais os recursos jurídicos que lhes garantam os mesmos direitos dos casais heterossexuais e o acesso à participação política disponíveis a todos os outros cidadãos. Psicicamente, talvez o maior prejuízo, seja que, a dificuldade de aceitação social destas uniões fomenta a existência dos atos discriminatórios. Conseqüentemente, provoca nos homossexuais o sentimento de baixa auto-estima, menosvalia, impotência, injustiça, e até mesmo, de não se sentirem pessoas “normais”.

Para denunciar e combater estes sentimentos, bem como, para proporcionar direitos iguais a todos os casais, não importando se, são do mesmo sexo ou de sexo oposto, a busca dos homossexuais pelo reconhecimento da legitimidade de suas relações afetivo-sexuais faz parte da luta pela cidadania de gays e lésbicas no Brasil desde a década de 80²⁵. Esta luta tem como um dos objetivos, levar ao entendimento de que, quaisquer duas pessoas que se amam formam uma conjugalidade, independente da orientação sexual que assumam.

como pode ser visto no prefácio da obra de Mello (2005b). Pode-se concluir que união civil é diferente de casamento civil e o Projeto de Lei nº 1.151/95 trata da união civil de parceiros do mesmo sexo, não assegurando, portanto, o direito à parentalidade.

²⁵ Facchini, mostra que em janeiro de 1984 foi realizado em Salvador, o II encontro dos grupos que compunham o movimento dos homossexuais no Brasil. Na pauta de suas discussões figurava, “além das lutas pela ‘despatologização’ e por legislação antidiscriminatória, a aprovação que se lutasse pela legalização do ‘casamento gay’, por um tratamento positivo da homossexualidade na mídia e pela inclusão da educação sexual nos currículos escolares” (FACCHINI, 2005, p.120).

Atualmente, temas relativos à legalização e normalidade das relações homossexuais são mais visíveis, na mídia, nas ruas e nos meios acadêmicos, onde estão sendo discutidas por profissionais de várias disciplinas. Mott (2006) é um dos defensores ativos do direito dos homossexuais de terem sua conjugalidade reconhecida por Lei. Argumenta que não existem razões histórica, lógica ou ética, que justifiquem a não participação dos homossexuais deste direito, a não ser, a ignorância e o preconceito homofóbico²⁶

Na esfera do Direito, existe no Brasil uma linha mais progressista que considera e respeita as famílias homoparentais, abrindo portas para a reflexão de uma realidade que se torna cada vez mais visível e que não pode mais ser negada. Alguns juízes e desembargadores defendem que “*o direito de família caminha cada vez mais em direção ao reconhecimento da natureza familiar de relações humanas, estáveis e duradouras, fundadas na sexualidade e no afeto* (RIOS, 2007, p. 115)”. Algumas petições por reivindicações pelos direitos previdenciários, direitos à herança, moradia, participação em planos de saúde, e algumas delas com ganho de causa favorecem os homossexuais e reconhece suas uniões.

Um dos passos dado nesta direção foi em outubro de 2002, quando Maria Eugênia, companheira da falecida cantora Cássia Eller, adquiriu a tutela definitiva do filho biológico desta. Este caso teve grande repercussão na mídia e deu maior visibilidade à homoparentalidade.²⁷ Outras decisões judiciais no âmbito previdenciário, autorizando o pagamento da pensão para companheiros homossexuais, foram noticiadas por Petry (2006). Além disto, em julho de 2006, na cidade de Porto Alegre, foi concedida autorização judicial

²⁶ “*Enumero dez razões que justificam minha convicção de que a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo representa uma conquista importantíssima para a liberação homossexual, uma verdadeira revolução politicamente correta que deve ser abraçada por todos quantos defendam um mundo igualitário regido pelo amor e não pelo ódio, conquista que beneficiará não apenas os homossexuais, mas a toda sociedade, que passará a conviver mais harmonicamente com formas alternativas de uniões matrimoniais* (MOTT, 2006. p. 516). As razões enumeradas pelo autor são: nenhuma lei pode discriminar os homossexuais; o casamento de homossexuais já é legalizado em vários países; a homossexualidade é universal e antiqüíssima, a legalização é aspirada por homossexuais que vivem juntos; faz parte do desejo dos homossexuais terem o ritual de bênçãos sobre suas uniões; o casamento e a relação com um parceiro fixo contribui para combater a AIDS; representa uma segurança social e legal; contribui para o aumento do respeito pela homossexualidade e por último, o casamento é desejado como uma fonte de felicidade, amor recíproco, segurança emocional e material por todos os tipos de casais (MOTT, 2006).

²⁷ Tarnovski (2004), sugere que a aceitação social para este caso tenha sido fortemente influenciada pelos papéis de mãe e de dona de casa que Eugênia assumia nesta relação. Papéis que estavam de pleno acordo com o tradicionalmente esperado para as mulheres. Eugênia se responsabilizava pelos cuidados diários da criança e era reconhecida como mãe. Este reconhecimento partia tanto de Cássia, que declarou: “Se me acontecer alguma coisa, [...] a guarda do meu filho tem que ser dela, ela é a mãe” (p.134). Quanto do garoto que afirmou: “quero ficar com minha mãe” (p. 134). Muito provavelmente, se Eugênia assumisse posturas classificadas no pólo masculino e questionasse a identidade tradicional de mulher, este caso não teria tido a mesma aceitação social.

para um casal homossexual registrar o filho adotivo, desde que, não constasse na certidão de nascimento menção a "pai" ou "mãe" (PETRY, 2006). Em novembro de 2006 foi noticiado o primeiro caso de autorização no Brasil para adoção por um casal de *gays*, ocorrido em Catanduva/SP no dia 21/11/2006. Na certidão de nascimento da filha adotiva consta o nome dos “dois pais” (AUTORIZADA...,2006).

Estas decisões judiciais, bem como, a ocorrência de casais homossexuais em famílias de alta relevância social que assumem publicamente seus relacionamentos, são importantes para auxiliar na legalização das famílias homoparentais e na redução de preconceitos²⁸. Além disto, mostram que, de alguma forma, os padrões de conjugalidade e parentalidade, até então regidos pelo padrão heterossexual²⁹, estão sendo "quebrados", mesmo que paulatinamente. De qualquer modo, estas ações vêm abrindo espaços para inclusão das relações homossexuais no rol das famílias brasileiras.

Porém, a adoção de filhos por casais homossexuais e a proteção legal dos grupos de famílias homoparentais pelo Estado, ainda continuam sendo as principais interdições cívicas que atingem os homossexuais brasileiros. Enquanto as famílias homoparentais não obtiverem uma legitimidade e reconhecimento social e jurídico existirão pais e filhos envergonhados e que prefiram esconder a vivência homossexual, pois assim são muito mais aceitos socialmente³⁰.

Apesar disto e das demais dificuldades encontradas, alguns casos podem ser citados no

²⁸ Por exemplo, no ano de 2006 foi noticiado que a filha do vice-presidente dos Estados Unidos (Dick Cheney), vive há quinze anos com sua companheira e estava grávida. O bebê será criado pelo casal de lésbicas (UM BEBÊ..., 2006). Para outros exemplos, ver o *site*: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u131344.shtml>

²⁹ O padrão heterossexual vigente é mantido pelo heterocentrismo, heterossexismo e ainda, pela heterossexualidade compulsória. O heterocentrismo é o modo de pensar e agir pautados na arbitrariedade do sexo biológico, que dá lugar de destaque e superioridade à heterossexualidade. O heterossexismo, é o que define a orientação heterossexual como a única “normal e verdadeira”. A heterossexualidade compulsória é uma pressão social e psíquica que visa “garantir” que as pessoas sejam heterossexuais. Este padrão dificulta a aceitação e visibilidade das famílias homoparentais, tanto por parte da sociedade, quanto por parte dos órgãos governamentais. Nos censos do IBGE, não há itens relativos às uniões homossexuais, todas as questões relativas aos vínculos amorosos e familiares pressupõem a heterossexualidade das pessoas (TEIXEIRA FILHO, 2007). Não temos dados oficiais que nos dizem quantas famílias no Brasil são homoparentais e, nem quantas crianças estão sendo educadas em lares homoparentais.

³⁰ Existem muitos “mitos” no senso comum em relação à homossexualidade e homoparentalidade, que também favorecem a clandestinidade. Os mais relevantes são: a homossexualidade é contagiosa e pecaminosa; os homossexuais são promíscuos e possuem relacionamentos instáveis, têm tendência a molestar as crianças e não são bons pais; as crianças criadas por homossexuais terão tendências a serem homossexuais, e ainda, estarão sujeitas à hostilidade e rejeição de seus colegas. Além disto, as crianças precisam de um lar composto por um pai e uma mãe para terem os modelos masculinos e femininos durante seu processo de desenvolvimento (UZIEL, 2002; ZAMBRANO, 2006; TEIXEIRA FILHO, 2007). Ao longo deste estudo abordaremos esses mitos na tentativa de auxiliar na desconstrução dos mesmos, como já vem sendo feito pelos demais pesquisadores.

intuito de exemplificar famílias homoparentais bem sucedidas. Santos (2004), em sua pesquisa de doutorado, entrevistou 15 homossexuais assumidos que vivem com filhos biológicos ou adotivos. Ela apresentou o seguinte depoimento de uma mãe homossexual: "*Tenho uma família, eu me sinto assim, eu tenho uma família de fato. Às vezes eu olho no porta-retrato eu, a Samantha e a Sandy e digo: Ah! Minha família é tão linda!*" (SANTOS, 2004, p. 449). Horpaczky (2006), apresenta o depoimento de uma filha de homossexual que ao ser questionada sobre o que diria para os pais gays, respondeu: "*que cada um escolhe a sua maneira de ser feliz, compartilhe da sua felicidade com as pessoas que você ama...*". Para os filhos de pais gays esta mesma garota deixou a seguinte mensagem: "*não importa a opção sexual de seu pai, ele vai sempre ser seu pai e te amando e querendo sempre o melhor para você. A opção sexual não interfere em nada!!!*"³¹.

A não legalização da união dos homossexuais e a rejeição social (que ainda acontece por grande parte das instituições e da população), frente a homossexualidade, favorecem para a inexistência da ritualização dos casamentos dos homossexuais. Sendo assim, não há para os homossexuais brasileiros, um ritual que marque a passagem da vida de solteiro para a vida de casado. Frequentemente, estas uniões são estabelecidas sem maiores formalidades (CASTRO, 2007).

Para a doutrina da Igreja e a moral cristã, o homossexualismo é um comportamento totalmente inadequado e não pode ser aprovado. Mesmo que a moral dê liberdade de escolha aos indivíduos, a escolha homossexual e, principalmente, os atos homossexuais, são considerados pela Igreja como atos desordenados e moralmente maus³². A Igreja considera, a relação sexual entre pessoas do mesmo sexo, um ato sexual transgressivo que contraria a "ordem natural" da sexualidade e, por este motivo, deve ser julgada como um "crime de morte", um "vício contra a natureza" (VAINFAS, 1986).

Desde sua origem, o sacramento do matrimônio foi pensado como a união entre um homem e uma mulher e nunca como a união entre duas pessoas do mesmo sexo. Pois a Igreja entende que a homossexualidade não corresponde à ordem estabelecida por Deus e está em

³¹ Estes relatos foram extraídos de um artigo eletrônico não paginado, ver Horpaczky (2006).

³² Neste ponto, a Igreja faz uma ressalva e esclarece que somente os *atos* homossexuais são considerados moralmente maus. As pessoas que têm tendência à homossexualidade, bem como os homossexuais que se mantêm castos, não são considerados pessoas más. Porém, os assumidos e ainda aqueles que apóiam a cultura *gay*, não podem ser admitidas no sacerdócio. Exceto nos casos em que o candidato à missão sacerdotal tiver apenas uma "tendência homossexual" (de caráter transitório). Se assim for, ele poderá ser admitido, mas terá que superar tal tendência, pelo menos, três anos antes da ordenação diaconal, caso contrário, não poderá ser sacerdote (VIDAL, 2007).

contraste com a lei moral “natural”. Impede o dom da vida e põe seriamente em risco a natureza e os direitos da família. Sendo assim, em hipótese alguma, uma união homossexual pode pôr-se no mesmo nível que o sacramento do matrimônio e pode receber qualquer aprovação ou bênçãos sacramentais. A postura oficial da Igreja é repelir radicalmente as uniões homossexuais, bem como, a adoção por parte desses (VIDAL, 2007).

Nos mais recentes documentos da Igreja católica, reunidos na Congregação para a Doutrina da Fé, nos Documentos Romanos e nas Cartas Episcopais³³, as uniões homossexuais não são mais enquadradas como pecado, mas continuam sendo vistas como aberrações e patologias. A Igreja deve acolher os homossexuais, com delicadeza, respeito e compaixão, evitando-se todo o tipo de injustiça e discriminação, pois são todos filhos de Deus. Entretanto, deve fazer todo o empenho para que os homossexuais superem “suas dificuldades pessoais” e “inadequação social”. A igreja deve, portanto, auxiliar a “curar a homossexualidade” (VIDAL 2007).

A falta de um ritual de casamento contribui para perpetuação da crença de que os casais homossexuais tenham que ser mantidos em segredo. Muitos homossexuais desejam normalizar e institucionalizar o ritual do casamento para desfazer esta crença e serem reconhecidos como cidadãos. O desejo de institucionalização pode ser explicado pela função psicológica e simbólica que as cerimônias e rituais abarcam em seu bojo. Uma delas é a função de marcar os acontecimentos relevantes na vida das pessoas. Por meio de palavras, ações e símbolos, as cerimônias afirmam o que é importante em cada cultura.

Segundo Nunan (2007), cerimônias de casamentos de homossexuais têm sido mais comuns nos EUA e Europa e são consideradas um importante avanço para a validação social e legal destas pessoas. Entretanto, muitos casais que decidem oficializar suas relações e realizar o ritual do casamento, enfrentam dificuldades perante seus familiares, que muitas vezes, toleram a homossexualidade, desde que, esta não seja colocada à vista. De fato, as famílias homoparentais vêm problematizando a normatização heterocêntrica da vida familiar, de seus sistemas de parentesco e da conjugalidade. Quando analisados isoladamente, os sistemas de

³³ São documentos da Congregação da Doutrina da Fé: Congregação para a educação católica (1983); Catecismo da Igreja Católica (1992); Pontifício Conselho para a família (1995 e 2000); Instrução da congregação para educação católica sobre sacerdócio e homossexualidade (2005). Os documentos romanos e as cartas episcopais são: Carta aos bispos sobre a atenção pastoral às pessoas homossexuais (1992); Carta do cardeal B. Hume (1995); Carta do comitê sobre matrimônio e família da conferência nacional dos bispos católicos dos EUA (1997); Documento da conferência episcopal dos bispos suíços sobre as bênçãos das uniões homossexuais (2002) e Considerações sobre as uniões de homossexuais (2003). Para aprofundamentos ver Vidal (2007).

procriação, filiação, parentesco e parentalidade são diferentes entre si e possuem características próprias³⁴. Não obstante, na nossa cultura, é comum integrá-los e tratá-los como se fosse um único sistema, uma vez que, nas famílias tradicionais são, geralmente, exercidos pelos pais biológicos. Desse modo, somos levados a crer que os filhos são “naturalmente” situados numa genealogia familiar de parentesco a partir da sua concepção e reconhecimento legal.

Encontramos em estudos antropológicos normatizações e sistemas diferenciados da vida familiar. Parseval (1986), mostra como as teorias da concepção, da gravidez, do parto, do resguardo e a relação com os filhos são fortemente criadas e afirma que “*a paternidade é um lugar geométrico*” (PARSEVAL, 1986 p. 46), assim também o é, a maternidade. Diversos são os exemplos encontrados em sua obra que confirmam este fato. Certas culturas consideram pais, pessoas que não têm entre si nenhum vínculo biológico ou não estão ligadas por nenhum vínculo familiar, no sentido em que entendemos no Ocidente. Por exemplo, na África, a mãe pode ser uma co-esposa do pai, uma tia ou uma irmã da cunhada. No Tibet, entre os poliândricos, todos os maridos da mãe são considerados pai. No sistema do Levirato, caso morra o pai, o irmão mais novo deste ocupa imediatamente seu lugar e desposa a viúva. Se, este novo casal vier a ter filhos, os mesmos serão considerados filhos do irmão mais velho falecido. Para os Trobríandeses, o pai da criança é o tio materno. Entre os Mojaves, a mulher tem relações sexuais com dois homens durante a gestação, tendo o direito à paternidade aquele que contribuir com maior quantidade de esperma neste período.

Parseval (1986), mostra ainda que em outras culturas o pai pode ser o tio da mãe, o irmão da mãe, os irmãos do pai, o avô (paterno ou materno), um velho considerado impotente, Deus e, até mesmo, uma mulher estéril, como é o caso do grupo Bantes (África do sul). Na cultura deste grupo, a mulher é pai em dois casos, quando for estéril ou filha única. Em ambos, ela desposará outras mulheres, que terão amantes homens para conceber os filhos. Entretanto, os filhos concebidos nesta relação, são considerados filhos da mulher estéril (ou da filha única), que nestas culturas, assumem simultaneamente o papel de pai e mãe³⁵.

³⁴ A procriação está ligada ao fator biológico, é responsável pela concepção e origem genética de um ser. A filiação está associada ao fator jurídico, a criança é reconhecida legalmente e, registrada judicialmente, como filho. O parentesco está relacionado à genealogia, diz respeito ao lugar que a criança ocupará na árvore genealógica de uma família, determinando quem são seus pais, avós, tios, etc. E por último, parentalidade é o exercício cotidiano dos cuidados necessários para criação deste ser (ZAMBRANO, 2006a).

³⁵ Muitos outros exemplos de diferentes construções para os sistemas de parentesco e filiação podem ser encontrados na obra de Lèvi-Strauss (1982).

Estes exemplos nos servem de base para, mais uma vez, ratificar que a família é uma construção sociocultural. Há uma artificialidade em toda figura de procriação, o que é estabelecido pela cultura, ou o que nela é criado, é que determina os parâmetros para a paternidade, bem como, para a maternidade. Fica evidente que o “estatuto de pai ou de mãe” varia de acordo com o sistema de representações de determinada cultura e, a configuração simbólica dos filhos, no social, não passa pelo gênero daqueles que deles cuidam, e sim, pela função dos mesmos.

Sendo assim, as famílias homoparentais evidenciam que *“parentalidade não é sinônimo de parentesco e filiação e pode ser exercida por pessoas sem vínculo legal ou de consangüinidade com a criança”* (ZAMBRANO, 2006a, p. 13), mostrando-nos que, muitas vezes, a *filiação socioafetiva e psíquica* se sobrepõem à realidade biológica.

O termo *filiação socioafetiva* foi cunhado pela moderna doutrina jurídica, que não mais define o parentesco somente em função da genética, mas reconhece o vínculo da afetividade e a realidade psíquica das pessoas envolvidas. A paternidade, maternidade e filiação são reconhecidas como a relação afetiva, íntima e duradoura, em que uma criança é tratada como filho, colocada neste lugar por quem cumpre todos os deveres inerentes ao poder familiar: criar, amar, educar e proteger (DIAS, 2003).

Psiquicamente, nas famílias homoparentais, as funções paterna e materna são exercidas por pessoas do mesmo sexo. Segundo Zambrano (2006 a,b), costuma ocorrer uma confusão entre o que é função psíquica cumprida pelo “terceiro” e sua nomeação de “paterna”. A confusão está no fato de considerar que a “função paterna” tenha que ser exercida por um homem e a “função materna” por uma mulher. Apresentamos argumentos psicanalíticos para a compreensão de que as funções parentais não se referem ao sexo das pessoas que as cumpram. Assim, na conjugalidade homossexual a “função do terceiro” pode ser exercida pelo parceiro do pai ou pela parceira da mãe, desde que, opere a interdição da díade mãe/filho.

Deste modo, o fato do casal parental ser do mesmo sexo faz com que, o cumprimento das funções parentais, sejam mais flexíveis e negociadas de acordo com as necessidades da família, as preferências e interesses de cada um. Contudo, ainda encontra-se no imaginário dos pais e mães homossexuais a necessidade de proporcionar à criança um contato mais estreito com adultos do sexo oposto ao da parceria homoconjugal, para que tenham as referências masculinas e femininas. Esta situação foi encontrada nos estudos de Zambrano (2006a,b) que mostrou que nas famílias homoparentais masculinas, é comum a presença de empregadas domésticas participarem dos cuidados com o filho a fim de exercerem a

referência feminina. Já nas parcerias lésbicas, existe uma tentativa de possibilitar um maior contato da criança com o avô, tios ou amigos, para assegurar a referência masculina. Ou seja, gays e lésbicas ainda reproduzem o modelo dominante, porém, podemos dizer que, há em processo uma operacionalização da redefinição das funções parentais e dos papéis de pais e mães por eles assumidos.

Acreditamos que a necessidade de apresentar ao filho as referências do outro gênero aconteça pelo fato destas famílias não serem ainda compreendidas e aceitas. Conseqüentemente, provoca nas conjugalidades homossexuais a necessidade de não serem tão diferentes, de não se sentirem culpadas por “destruírem os papéis de pai e mãe”. Ou ainda, porque no senso comum não foi incorporado que as funções parentais não têm necessariamente de serem desempenhadas por um homem ou uma mulher. Ceccarelli (2002), contribui com este debate ao afirmar que:

[...] a realidade anatômica de quem cria a criança não é um elemento fundamental para a construção da subjetividade desta última. Esta construção está muito mais subordinada à organização psíquica daqueles que cuidam da criança... ao lugar que a criança ocupa no universo psíquico dos pais (CECCARELLI, 2002, p. 96).

As funções parentais podem ser desempenhadas por qualquer um dos parceiros(as) da conjugalidade homossexual, sem que isto os transformem em homem ou mulher (ZAMBRANO, 2006a). Destacamos que este fato justifica o uso das expressões “duas mães” ou “dois pais” em nossa linguagem corrente, para os atores das famílias homoparentais. Embora, a princípio tais expressões possam gerar um sentimento de estranheza, visto que, a possibilidade de ter duas mães ou dois pais só é possível de acontecer em nível sócio-afetivo e não biológico. Ainda que as funções parentais sejam ocupadas por outras pessoas, que não os pais biológicos, as posições (do pai e da mãe biológica), mesmo que fiquem vazias, não deixam de existir numa estrutura familiar, independente do seu arranjo.

Como um “arranjo familiar diferente” a família homoparental vem apresentando mudanças nas relações conjugais, parentais e familiares como um todo e, por sua vez, vem gerando novas tematizações e questionamentos para a própria sociedade, num movimento recíproco e dinâmico. O que a coloca também frente a muitos questionamentos e críticas vindos por parte desta. Na grande maioria das vezes, tais críticas fundamentam-se, principalmente, em dois argumentos: primeiro, que a homossexualidade é uma doença, segundo, que traz conseqüências desastrosas para o desenvolvimento psicossocial dos filhos de homossexuais.

O primeiro argumento no entanto não serve de sustentação para estas críticas, visto que, a homossexualidade não é uma doença, não é contagiosa e nem é transmitida aos filhos³⁶. Todavia tal argumento encontra-se tão arraigado e introjetado pela nossa cultura, que os próprios homossexuais apresentam receios quanto à orientação (homo) sexual de seus filhos. Pois, a homossexualidade de seus filhos pode ser julgada e analisada como uma falha da família homoparental (GARCIA *et al*, 2007).

Nos estudos de Medeiros (2006), o depoimento de uma de suas informantes mostra nitidamente seu medo e preocupação ao constatar que um de seus filhos estava apresentando a identificação homossexual. Para ela, era certo que o julgamento negativo recairia no fato dela ter educado seu filho ao lado de sua companheira, com a qual convivia há quinze anos. Por isto, ele seria *gay* e ela seria a “culpada” disto.

Outros exemplos, retratando o medo de que seus filhos sejam homossexuais são encontrados também nos estudos de Tarnovski (2002) e Garcia (2007). Tal fato parece se relacionar ao preconceito e vulnerabilidade sofridos por essas pessoas pela sua condição homossexual, por isso, são desejosas de que seus filhos tenham a orientação (hetero) sexual, entendida como “normal” em nosso contexto cultural.

Neste sentido, a heterossexualidade dos filhos de homossexuais representa um paradoxo, por um lado, serve para mostrar a normalidade das famílias homoparentais, mas, por outro, por diversas razões, serve para se opor ao homossexualismo. A heterossexualidade dos filhos, é tida como um critério de adaptação positiva dos mesmos frente à homossexualidade dos pais (GARCIA, 2007). Caso contrário, a orientação (homo) sexual do filho, denuncia uma falha da família homoparental, que ao ser julgada como “anormal”, é punida com o desenvolvimento da dupla culpa nos pais, por sua própria homossexualidade, e a de seu filho.

Sendo assim, as famílias homoparentais só seriam consideradas “normais”, se as crianças nelas criadas não se tornassem adultos homossexuais. Dessa maneira, inconscientemente, os pais podem transmitir ao filho que este não deve se tornar homossexual. A este respeito, Garcia (2007, p. 285), comenta: “*para se afirmar o direito dos pais homossexuais, nega-se o direito do filho à orientação homossexual*”. Ou seja, na tentativa de provarem a “normalidade” de suas famílias, os pais homossexuais “não

³⁶ A Organização Mundial de Saúde (OMS), o Código Internacional de Doenças (CID 10) e o Manual de Doenças e Estatísticas da Sociedade Americana (DSM IV), são responsáveis pela classificação das doenças em todo o mundo e nenhum deles, considera a homossexualidade uma doença. O Conselho Federal de Psicologia (CFP), em sua resolução 001/1999 também afirma que a homossexualidade não constitui uma doença, distúrbio ou perversão (CONVITE..., 2004, p.8). Para maiores detalhes, ver Resolução disponível em www.pol.org.br

poderiam” ter filhos com essa mesma orientação sexual. Entretanto, a orientação sexual dos filhos não depende da orientação sexual de seus pais (mães), se fosse assim, pais heterossexuais não teriam filhos homossexuais e, o contrário, também não ocorreria. Vários são os fatores que interferem na orientação sexual de uma pessoa, esta, não se constrói somente pelo comportamento de imitação dos pais.

O argumento de que a educação dos filhos criados por casais do mesmo sexo, provoca “conseqüências desastrosas” para os mesmos, também não é suficiente para sustentar as críticas direcionadas às famílias homoparentais. Pesquisas comprovam que o fato dos pais serem homossexuais não prejudica o desenvolvimento psicossocial das crianças. Suzan Golombok, citada por Zambrano (2006), acompanhou em suas pesquisas filhos de casais homossexuais por 14 anos . Sua conclusão foi de que não há diferenças entre filhos de mães lésbicas ou de heterossexuais em relação à identidade e ao comportamento de gênero. Da mesma maneira, Ceccarelli (2002), cita os resultados do trabalho do pesquisador francês Nadaud. Este analisou o desenvolvimento de 58 crianças, filhas de casais do mesmo sexo e concluiu que estas não revelam nenhuma anomalia. Ele afirmou que o desenvolvimento destas crianças é tão normal quanto o de qualquer outra, e declarou: [...] “*ao que tudo indica, a homopaternidade não constitui, em si, um fator de risco para as crianças; elas vão bem*” (*apud* CECCARELLI, 2002, p.96).

Derrida e Roudinesco (2004), dialogando sobre a diferença anatômica do par parental, concluem que não é necessário que esta exista para que a criança elabore as diferenças imaginárias e simbólicas relativas ao gênero. [...] “*Uma vez que, o que permanece imutável é a realidade biológica da fabricação do ser humano*” (DERRIDA & ROUDINESCO, 2004, p.48).

O mais relevante para ocorrência de um desenvolvimento saudável dos filhos é a qualidade da relação afetiva destes com seus pais (ou cuidadores), não importando qual seja o sexo destes últimos. Além disto, não podemos esquecer que problemas e dificuldades relacionais ocorrem em quaisquer famílias, pois, não existe uma estrutura perfeita e sem falhas.

3 CONSTITUIÇÃO DAS FAMÍLIAS HOMOPARENTAIS

Na cultura ocidental o que distingue um "casal" de uma "família" é exatamente a existência dos filhos, estes são fundamentais para se constituir qualquer modalidade de família, inclusive as homoparentais. Contudo, existe uma diferença marcante para a formação da família homoparental, pois é óbvio que pessoas do mesmo sexo não têm condições biológicas para procriarem³⁷. Isto faz com que os casais homossexuais tenham que vencer a impossibilidade biológica da procriação e encontrar uma maneira de conceber e gerar seus filhos, para constituírem suas famílias. Conseqüentemente, os casais homossexuais têm que dissociar o desejo sexual da procriação e contar com a presença de uma terceira pessoa (agente externo), mediando a existência deste filho. Além disto, em alguns casos é necessário recorrer às tecnologias de reprodução humana para que a concepção ocorra.

Para Passos, a esterilidade envolve duas questões: os casais estéreis quando desejam ter um filho têm que “*abrir mão de um princípio narcísico de continuidade biológica*” (PASSOS, 2005b, p.34), e ainda, processar o luto da fertilidade, para tornarem-se pais. A impossibilidade de gerar filhos é por si só causadora de angústia, fazendo com que os casais que desejam ter filhos tenham que encontrar uma forma “menos dolorosa” e “menos ameaçadora” para realização deste desejo. No entanto, entendemos que a esterilidade não necessariamente pode ser objeto de conflitos internos. Dependerá da forma como a esterilidade é assimilada pelo casal, e ainda, das fantasias que possuem em relação ao filho.

Diante das questões levantadas, a conjugalidade homossexual precisa encontrar uma “saída”, diferente da contracepção biológica espontânea, para a formação de suas famílias. Dentre as saídas encontradas, as mais comumente utilizadas pelos casais homossexuais e citadas por PASSOS (2005b) são:

1. A adoção, legalizada ou não, feita pelo casal.
2. Inseminação artificial, para as mulheres, é realizada com o sêmen de um doador conhecido ou anônimo. Para os homens, é realizada com a presença de uma mãe substituta (barriga de aluguel), que através da inseminação artificial do sêmen de um dos parceiros do casal homossexual masculino, gera em seu ventre, o filho deste.

³⁷ A impossibilidade biológica de procriar não é um fator que acomete somente os casais homossexuais, muitos casais heterossexuais são estéreis e também precisam encontrar outras maneiras para tornarem-se pais.

3. Inseminação natural ou co-parentalidade, quando um dos membros do casal homossexual tem um relacionamento sexual consentido pela parceria, com uma pessoa do sexo oposto com o objetivo somente de procriar.

4. Recomposição familiar, ocorre quando um membro do casal traz para sua relação homossexual o(s) filho(s) de um relacionamento heterossexual anterior.

O casal homossexual terá que fazer duas escolhas importantes para que sua família seja constituída. Terá que escolher uma das possibilidades de organização familiar acima citadas, e ainda, quem será o agente externo (exceto nos casos de recomposição familiar). Estamos considerando que estas escolhas compõem um contexto, digamos diferenciado, que atravessa a constituição da família homoparental e que exigem maiores elaborações por parte de seus integrantes. Fatores conscientes e inconscientes operam nos processos de elaborações psíquicas, que de acordo com a história individual, podem ou não, como dissemos anteriormente, serem sentidos como processos angustiantes, dolorosos e ameaçadores.

Na literatura brasileira (TARNOVSKI, 2003; UZIEL, 2002; EUGÊNIO, 2002; SOUSA, 2005), encontramos dados interessantes que interferem na escolha de uma ou outra modalidade a ser utilizada pelos casais homossexuais. Pelo fato de biologicamente, a mulher poder gerar filhos e o homem não, é comum na nossa cultura, o pensamento de que as mulheres são “naturalmente” mais preparadas para o exercício da maternidade do que os homens para o exercício da paternidade, independente da orientação sexual destes. Conseqüentemente, a valorização da parentalidade biológica é mais importante para as mulheres homossexuais do que para os homens homossexuais. De um modo geral, os *gays* se satisfazem mais com a parentalidade social do que as lésbicas, que preferem a parentalidade biológica.

Estes fatos interferem também na forma de acesso ao projeto parental escolhido pelos homens e pelas mulheres homossexuais. Na grande maioria das vezes, para tornarem-se pais, os *gays* optam pelo caminho da adoção (legalizada ou não). Esta opção é influenciada pelo fato do homem necessitar, obrigatoriamente, do corpo de uma mulher para gerar seu filho, por este motivo, há pouca demanda dos casais de *gays* pelas outras técnicas de reprodução (TARNOVSKI, 2003).

Por outro lado, o fato das mulheres poderem gerar o filho, faz com que a grande maioria dos casais de lésbicas optem mais pelas técnicas de reprodução, preferindo a inseminação artificial à adoção. Além disto, Souza (2005) revelou em seus estudos que há uma grande incidência de famílias homoparentais femininas formadas a partir da incorporação dos filhos de relacionamentos heterossexuais anteriores, caracterizando, como dissemos, as

famílias homoparentais recompostas femininas.

3.1 A necessidade e a presença do agente externo

Embora casais heterossexuais estéreis também necessitem do agente externo para constituição de suas famílias, neste estudo centraremos nossas atenções sobre esta necessidade quando vivenciada pelos casais homossexuais. Para esses últimos, é notório que, em qualquer uma das saídas encontradas para constituírem suas famílias, há a dependência de um agente externo, sem ele, a família homoparental não seria possível de ser concretizada.

Há uma diferença entre “necessidade” e “presença” do agente externo. A necessidade está associada ao fato de, biologicamente, ser preciso uma outra pessoa, externa ao casal, para a ocorrência da fecundação. A presença diz respeito ao lugar que este ocupará na organização psíquica dos pais e mães homossexuais, e da família como um todo. Não está relacionado ao fato do agente externo ser uma pessoa fisicamente presente ou ausente na nova organização familiar. Mesmo quando ausente o agente externo ocupa uma posição na estrutura familiar homoparental e faz parte do imaginário dessa, principalmente, no imaginário de cada membro do casal homossexual. Por isto, de alguma maneira ele estará presente.

Sua presença, real ou fantasmática, segundo Passos (2005b, p.35), “*se interpõe na formação dos laços afetivos com os filhos de modos diferentes, dependendo de como ele é assimilado/elaborado por esses pais*”. Isto nos permite dizer que existe como pano de fundo o sentimento de que o filho não é uma exclusividade do casal homossexual. Sendo assim, quem pode prever que um dia o agente externo não vai reclamar os direitos à paternidade ou à maternidade do filho concebido através de si? Talvez seja neste ponto que os sentimentos de angústia e ameaça tenham maior relevância.

O fato de necessitar de um agente externo faz com que o casal homossexual tenha que escolher quem será esta pessoa, e ainda, estabelecer com a mesma, uma “negociação”. É através desta negociação que as regras e as formas de participação do agente externo, no momento de constituição da família e nos posteriores, fica traçada. Dizendo de outra maneira, esta negociação é o contrato de participação do agente externo. Este de alguma forma expõe o casal homossexual a riscos, pois embora ao menos objetivamente, seja compreendido por todos, subjetivamente, não se tem garantias. Pois não podemos prever e, muito menos, controlar os fatores inconscientes que também interferem na escolha desta terceira pessoa e

atravessam as negociações. Por isto, por mais que todos possam estar conscientes do contrato estabelecido, não se tem certeza que o mesmo será cumprido. A subjetividade neste momento parece ter maior relevância do que a objetividade não nos sendo possível dizer da “facilidade ou dificuldade” que os envolvidos terão para cumprir tal acordo.

Exemplo disto pode ser visto no estudo de Eugenio (2003), sua informante declara que desejou ter um filho com sua companheira. Para concretizarem este desejo e realizarem a fecundação, escolheram o método da inseminação artificial. Sendo o sêmen doado por um amigo em comum, com o qual fizeram seus acordos. Entretanto, esta informante relatou já estar arrependida, pois não esperava tanta interferência da família do rapaz doador do sêmen. Ela disse: *“Não queria tanta gente achando coisas sobre o meu filho. No meu acordo com o L., eu contaria que ele foi o pai, mas quem realmente ia criar a criança seríamos nós duas. Mas é claro que não vai ser assim. Já tô vendo tudo”* (EUGÊNIO, 2003, p.12).

Este caso retrata que as negociações, mesmo que não sejam acompanhadas de “certidão de garantia”, se refletem na constituição dos laços afetivos da família homoparental. Isto nos faz pensar que o fato de depender de uma terceira pessoa pode interferir na economia psíquica da família, assim como, pode ser gerador de sofrimentos e de sentimentos de ameaça. Mas, por outro lado, pode também não interferir, isto depende diversos fatores, por exemplo, o lugar que o agente externo ocupará no imaginário dos membros da família, e ainda, o modo como sua necessidade e presença são assimiladas pelo casal homossexual. Podemos fazer algumas inferências sobre isso, mas não podemos nada afirmar, visto que, cada pessoa e cada casal vivenciam estes processos de uma forma particular.

Nos casos em que o casal homossexual consegue, de forma satisfatória, aceitar a necessidade do agente externo e reconhecer que ele faz parte da estruturação de sua família, podemos deduzir que sua interferência sobre a economia psíquica familiar poderá ser positiva. Provavelmente, sua necessidade e presença não serão causadores de sentimentos de angústia e ameaça. Caso contrário, se o agente externo não é “bem” assimilado, poderá interferir negativamente na economia psíquica familiar, e ainda, aumentar os sentimentos de angústia e de ameaça. Contudo, esses sentimentos podem apresentar diferentes graus de intensidade, além disto, podem variar de casal para casal, e ainda, podem também variar de acordo com cada estratégia escolhida (adoção, inseminações ou recomposição familiar).

Faremos a seguir um exame mais detalhado de como a necessidade e presença do agente externo podem ser assimiladas pelo casal homossexual em cada uma das estratégias disponíveis para constituição das suas famílias. Em paralelo, traçaremos uma reflexão acerca desta necessidade em relação ao discurso heteroparental dominante. Visto que, há uma força

imperativa neste discurso, que diz que o normal é a existência de um par parental e não de uma parentalidade a três ou a quatro.

A adoção por parte dos casais homossexuais, embora ainda não seja uma prática legalizada, tem sido uma das estratégias mais utilizada por eles para formarem suas famílias (TARNOVSKI, 2003; UZIEL, 2002). Esta realidade nos faz supor que a opção da adoção seja menos ameaçadora, possivelmente porque não precisa tanto do envolvimento do agente externo³⁸, favorecendo sua eliminação. Parece haver nestes casos uma implícita relação de exclusividade em relação à criança, sem a interferência, pelo menos direta, dos pais biológicos, independente dos motivos que o levaram a não assumir este filho e entregá-lo para adoção. De alguma forma, a adoção mantém a família homoparental nos mesmos padrões da família heteroparental, no que diz respeito ao número de pessoas envolvidas na parentalidade, ou seja, duas pessoas. Dois pais ou duas mães, sendo que os pais biológicos parecem ser ignorados nesta constituição familiar.

A inseminação artificial quando é uma opção dos casais inférteis, exige destes uma elaboração específica para lidar com a ferida narcísica de não ter condições de gerar um filho (PASSOS, 2005b). A decisão de expor ou não a existência do agente externo, tanto para o próprio filho, quanto para a sociedade dependerá entre outras coisas, da forma como o casal processa o luto da fertilidade e do lugar que este terceiro venha a ocupar no imaginário de cada um. Além disto, o doador de sêmen tanto pode ser uma pessoa conhecida do casal, como pode ser um doador anônimo, o que terá diferentes implicações para o casal e para a família a ser constituída.

Existem diferenças quando a inseminação artificial é escolhida por um casal heterossexual ou homossexual. No caso dos casais heterossexuais, há uma possibilidade de encobrir para os filhos gerados nesta condição, e para a sociedade, a ferida narcísica provocada pelo fato de não poderem procriar. Para isto é necessário que o ato da inseminação seja mantido em sigilo. Deste modo, o filho concebido não demandará conhecer suas origens, nem tampouco, o terceiro será, concretamente, presente na vida desta família. Isto porque o casal não poderá ocultar de si mesmo a infertilidade, e nem a necessidade de recorrer ao agente externo, fazendo com que tenham de elaborar a presença deste. O fato de o agente externo ser mantido em sigilo não exclui sua existência, desse modo, este terá um lugar no

³⁸ Os estudos de Tarnovski (2003) e Uziel (2002), revelam que quantitativamente a adoção tem sido mais escolhida pelos casais de *gays* do que pelos casais de lésbicas, entretanto, as reflexões aqui expostas servem para os casos de adoção por homossexuais em geral.

imaginário dos pais e participará, com menor ou maior intensidade, desta configuração familiar. Não nos é possível dizer que, a decisão de manter em sigilo a necessidade do agente externo, tende a ser menos ou mais dolorosa e ameaçadora para este casal, mas podemos dizer que, subjetivamente, deixará sua marca.

Quando a inseminação artificial é uma opção dos casais homossexuais torna-se impossível manter em sigilo a condição adotada para fertilização. Sendo assim, serão notórias a necessidade e presença do agente externo. Em qualquer momento, questões relativas à origem deste filho poderão vir à tona³⁹. A capacidade de respostas a tais questionamentos dependerá entre outros fatores, da forma de assimilação do agente externo na economia psíquica da família, das negociações estabelecidas e da participação ou ausência do agente no cotidiano familiar.

A este respeito, Souza (2005), observa que, tanto no Brasil quanto no exterior, é comum a preferência entre lésbicas por pais *gays* ou doadores *gays*. Sua análise é que isto tem ocorrido com o intuito destas mulheres evitarem problemas futuros de homofobia para seus filhos, seja por parte da família ou dos amigos. Tarnovski (2004), tem uma outra interpretação para o fato das mulheres escolherem *gays* para serem os pais de seus filhos. Este autor apresenta o caso de uma mulher heterossexual que se engravidou em um encontro casual com um estrangeiro e optou por escolher um *gay* para assumir a paternidade. Em sua análise, o fato da escolha ter sido por um *gay*, inconscientemente, assegura para esta mulher que nem uma outra assumirá o seu lugar. Para Tarnovski (2004), o mesmo pode estar presente no imaginário das lésbicas, inconscientemente, escolher um *gay* garante seu lugar de mãe. E acrescenta que talvez, os *gays* também optem por escolher mulheres lésbicas para serem mães de seus filhos pelo mesmo motivo, para não comprometerem seu lugar de pai. Nós concordamos com este último autor e consideramos que evitar a homofobia é nestes casos, menos relevante do que garantir o lugar da maternidade ou da paternidade. Além disto, acrescentamos um outro ponto para reflexão, o desejo inconsciente dos homossexuais de terem que eliminar qualquer vínculo futuro com o agente externo, pelo alto grau de ameaça que este pode representar. Fato que tem aumentado progressivamente a opção pelas tecnologias de reprodução, preferencialmente, com o anonimato do doador.

Esta mesma preocupação foi observada por Eugênio (2003), seus informantes (homossexuais) quando decidiram ter filhos optaram pela adoção ou pela inseminação

³⁹ Lembramos que estas questões não acometem somente os casais homossexuais e também podem ser presentes nas famílias formadas por casais heterossexuais estéreis que optam pela inseminação artificial.

artificial com doador anônimo, com o objetivo explícito de evitar a interferência do agente externo, como pode ser visto no seguinte relato de um casal de mulheres:

[...] O que a gente queria era ter uma família, o mais próximo possível do normal. E o normal são dois pais e não três. Achamos que o melhor pra criança seria ter duas pessoas que se amam como mães e não mais um terceiro pra complicar a história. Eu até tinha um amigo meu que a gente tinha combinado de ter filho junto, e tal. Só que aí seria mais um pra dar palpite, pra dizer como achava que tinha que ser a educação dele etc. Então a gente decidiu tratar a questão como se nós fôssemos um casal em que o marido é estéril, e partimos pra inseminação (EUGÊNIO, 2003, p.10, grifo nosso).

O fato dessas mulheres desejarem “*uma família, o mais próximo possível do normal*”, nos mostra que, mais uma vez, o discurso heterocêntrico se faz presente, colocando no lugar de “normal” a família heteroparental, e as demais famílias, no lugar de “anormal”. Inconscientemente, essas mulheres pensam e desejam suas famílias dentro do mesmo modelo da família tradicional nuclear, ou seja, *com duas figuras parentais e não três*. As próprias lésbicas tentam ignorar a necessidade de um homem, o pai biológico, como condição para constituírem suas famílias. Ao que tudo indica, há uma dificuldade de descolar do modelo heteroparental de família e uma forte tendência a imitar tal modelo. Para que essas mulheres sintam e vejam suas famílias como uma “família normal” elas precisariam mesmo eliminar o agente externo? Por que não conseguem pensar em suas relações de maternidade numa relação a três como nos casos da co-parentalidade? O que está por de trás do discurso heterossexual parental que impulsiona a família homoparental a segui-lo? ou até mesmo repeti-lo? Que modelo é este que vem sendo “criado” pela família homoparental? Trata-se realmente de uma criação? De uma novidade? Ou de uma imitação da família heteroparental?

Nos casos de inseminação natural (co-parentalidade) e de recomposição familiar, a necessidade e presença do agente externo são mais relevantes, tornando estas saídas para a constituição da família homoparental mais complexas, e provavelmente, mais ameaçadoras do que as demais. Nestes casos há diferentes e imprevisíveis tipos de acordos entre as pessoas envolvidas, no que dizem respeito à concepção, ao acompanhamento da gravidez e ao parto, até a inserção do bebê no núcleo da família homoparental.

Quando a inseminação natural é uma escolha dos casais de *gays*, pode exigir maior elaboração por parte destes para lidarem com a necessidade e presença do agente externo. Primeiramente, a prática conhecida como “barriga de aluguel”, não é legalmente permitida em nosso país, fato que dificulta ao casal buscar amparo legal, caso a mulher não queira entregar-lhes o filho após seu nascimento. Em segundo lugar, é possível que o casal encontre maiores

dificuldades para inserir a mãe da criança (o terceiro) no circuito familiar, assim como, para finalizar o acordo estabelecido. Isto porque, os *gays* dependem da mulher desde a concepção até o nascimento, no mínimo. Não raro a mãe estabelece um vínculo afetivo com a criança, principalmente, quando ocorre o período da amamentação. A permanência da mãe no circuito familiar pode vir a ser fonte de conflito e dificultar as separações necessárias à constituição desta família homoparental (que insiste em seguir o modelo dual). Percebemos que, mais uma vez, para manter a família homoparental dentro dos padrões da heteroparentalidade, faz-se necessário eliminar o terceiro, evitando a todo custo que a mãe participe do circuito familiar. Mas, se for aceito que na homoparentalidade, a parentalidade não segue o dualismo “pai e mãe” e que o agente externo faz parte da estruturação familiar, este circuito não seria outro? Será que nessas condições o agente externo realmente seria ameaçador? Aceitar que a homoparentalidade é, no mínimo, produzida a três, afetaria também a circulação pulsional nas famílias homoparentais.

Por outro lado, as inseminações naturais nas relações de lésbicas parecem ser de “mais fácil”⁴⁰ elaboração para o casal, pois o homem é realmente necessário somente para a fecundação. Após a ocorrência da fecundação o homem pode ser mantido oculto, se ausentar, ou ser eliminado da relação pelas mulheres. Visto que, a gravidez, o parto, a amamentação e tudo o mais que rodeia a chegada de um bebê pode ser acompanhada desde o início pelas duas mulheres, sem a presença “concreta” do homem. Deste modo, desde o princípio, o bebê realmente já está inserido neste núcleo familiar. Percebemos que nesses casos, há também uma maior aproximação do modelo heteroparental, no sentido de formar um par, e não um triângulo parental.

Os sentimentos de angústia e ameaça, provocados pelo agente externo nos casos de recomposição familiar, serão abordados detalhadamente mais adiante. Neste momento queremos apenas chamar a atenção para os seguintes fatores: na recomposição familiar, o agente externo não é escolhido pelo casal homossexual, portanto, ele é anterior à constituição da família homoparental. O triângulo parental dificilmente permanece oculto, não há como omitir ou tentar negar a realidade do agente externo. Sua presença exigirá, por parte de todos, um maior esforço de integração e coloca às claras o discurso heterocêntrico.

⁴⁰ O aspecto facilidade ou dificuldade estão sendo aqui avaliados apenas em níveis objetivos, pois sabemos que as questões subjetivas não são valoradas pelo nível da objetividade. Isto implica dizer que, subjetivamente, esta mesma situação, que estamos hipoteticamente considerando “mais fácil”, possa não sê-lo. Entretanto as exposições feitas anteriormente sobre a “naturalidade da maternidade para mulheres” nos permitem dizer desta suposta facilidade.

Cadoret, citado por Tarnovski (2003), em suas reflexões sobre as figuras de homoparentalidade, nas modalidades da adoção, inseminação artificial com doador desconhecido e inseminação natural (co-parentalidade), destaca dois pontos. Primeiro, a adoção e a inseminação artificial dão origem a uma “*unidade familiar simples*” com ênfase no casal homossexual. Segundo, a co-parentalidade dá origem a “*duas células familiares*”, e nela o que é realçado não é o casal homossexual, mas a necessidade da criança poder identificar quem é seu pai e quem é sua mãe. Neste ponto acrescentamos que os casos de recomposições familiares passam pelo mesmo viés da co-parentalidade e também originam “*duas células familiares*”. Pois, tanto na co-parentalidade quanto na recomposição familiar há uma dissociação entre o casal conjugal (aliança afetiva) e o casal parental (pais biológicos). Esta condição dá origem a uma outra organização familiar, composta pelo casal homossexual, o filho e o agente externo (pai ou a mãe biológicos), caracterizando o quadro de pluriparentalidade⁴¹. Este fato torna estas organizações familiares mais delicadas e justifica porque a co-parentalidade e a recomposição familiar parecem demandar de seus membros elaborações mais complexas.

Na linha de raciocínio proposta por Cadoret, uma *unidade familiar simples* exclui a presença do agente externo, enquanto as demais não. De acordo com as reflexões que expusemos anteriormente, não concordamos com esta distinção. No nosso entendimento, a exclusão do agente externo, em qualquer uma das modalidades de constituição da família homoparental, somente pode ser possível em nível social, mas não em nível imaginário, neste, o agente externo terá sempre um lugar. Entretanto, concordamos com a autora no que diz respeito à complexidade envolvida nos casos de inseminações naturais (co-parentalidade) e ainda, nos casos de recomposição familiar. Principalmente, se ponderarmos o fator “desejo de ter o filho” no momento da constituição de cada família homoparental, como veremos adiante.

⁴¹ Para compreender a pluriparentalidade é necessário ter em mente a diferença existente entre procriação (ato biológico) e filiação (ato social) e lembrar que não necessariamente os agentes de cada um destes sistemas são os mesmos. Segundo Uziel (2002, p.43), “*a idéia de pluriparentalidade desafia a lógica da primazia do biológico sobre o social, propondo não uma hierarquização ou substituição, mas uma adição*”.

3.2 O desejo de ter filhos

Desejar um filho vai além do planejamento de uma gravidez. Do ponto de vista psicanalítico, desejar um filho é dar um lugar imaginário a ele, ou seja, é colocá-lo no lugar de objeto de desejo. O nascimento de uma criança não é uma certeza de que ela será considerada um filho, ou que tenha sido desejada. A criança só se torna filho quando ocupar o lugar de desejo para o outro.

Qualquer pessoa pode desejar ter um filho, independente de sua orientação sexual e estado civil, entretanto, este desejo nem sempre será concretizado. Uma gravidez mesmo tendo sido planejada e desejada pode não ocorrer. O contrário também é verdadeiro, uma gravidez pode ocorrer sem que o desejo de ter filho tenha sido manifestado e sem que tenha existido qualquer planejamento para a gravidez. Segundo Ceccarelli (2002, p. 97), “[...] *do ponto de vista psicológico as famílias são sempre construídas e os filhos sempre adotivos. O fato de um homem e uma mulher viverem juntos e terem filhos não significa que formem uma família*”. O que o autor nos diz é que, qualquer pessoa, para ser considerada filho, precisa ser adotada como tal, ou seja, precisa ser colocada no lugar de desejo.

Neste sentido, as famílias podem ser constituídas tendo ou não o filho sido desejado e/ou planejado. Fazendo o recorte para a família homoparental observam-se, no mínimo, duas situações distintas para sua constituição: uma, onde há um projeto compartilhado pelo casal para a constituição da família e outra, onde não há este projeto, fato que ocorre na recomposição familiar.

Nas situações em que o filho é desejado e planejado pelo casal, começa a fazer parte do imaginário e do discurso de cada um de seus membros, antes mesmo de sua concepção ser concretizada. Desde o momento que haja um projeto para se ter um filho, este já é marcado pelo desejo e ideais dos pais. A este respeito, Eugênio (2003) enfatiza que nas conjugalidades homossexuais, quando o filho é desejado, freqüentemente, os pais o assumem publicamente e, possuem “*um discurso já articulado, e a criança cresce sabendo que tem dois pais ou duas mães*” (EUGÊNIO, 2003, p.12). Nos casos de recomposição familiar, mesmo que o filho não tenha sido desejado pelo casal homossexual, ele é “apresentado”⁴² ao parceiro(a) antes que o

⁴² Ao dizermos que o filho é apresentado ao outro, não estamos necessariamente referindo ao ato de colocar o parceiro(a) diante do filho para que tenham um primeiro contato e possam se conhecer. Mas, estamos nos referindo ao fato do pai ou da mãe introduzir o filho em seu discurso e manifestar sua existência.

arranjo homoparental se concretize. A maneira como este filho é apresentado ao novo parceiro(a) diz o lugar que ele ocupa no desejo de seu pai ou sua mãe, independente da orientação sexual destes. O que equivale dizer que a existência de um filho, anterior a qualquer nova conjugalidade, trará implicações que serão vivenciadas de maneira particular por cada casal.

Seguindo esta mesma direção de pensamento, Eugênio (2003) menciona que:

[...] A relação entre os cônjuges, e destes com os filhos, também é bastante diferente em função do arranjo familiar ter sido ou não planejado. Quando o filho é um projeto do casal, os dois cônjuges consideram-se pais da criança, mesmo que esta só possa ser registrada em nome de um deles, ou que apenas uma das mães possa gerá-la. Quando, entretanto, os filhos são de um relacionamento anterior, o novo parceiro ou parceira do pai ou da mãe é quase sempre identificado inicialmente – e muitas vezes por longo tempo –, apenas como um amigo ou amiga, subitamente tornado muito próximo (EUGÊNIO, 2003, p.10, grifo nosso).

Considerando a existência ou não do desejo de ter o filho, agrupamos para efeito deste estudo, as possibilidades até então encontradas pelos casais homossexuais para a constituição de suas famílias e criamos duas modalidades de família homoparental: família homoparental primária (masculina ou feminina) e família homoparental recomposta (masculina ou feminina).

1. Família homoparental primária: é uma família constituída por um casal homossexual que deseja ter um filho e faz disto um projeto de vida em comum. O projeto de parentalidade é compartilhado e supõe-se a existência de “duas figuras maternas” ou “duas figuras paternas”. Os casais podem escolher, para constituírem suas famílias, os caminhos da adoção, inseminação artificial ou inseminação natural. Para ser considerada uma família homoparental primária, é de fundamental importância que nenhum dos membros deste casal tenham tido filhos de outras relações e que venham a ser pai ou mãe pela primeira vez.

2. Família homoparental recomposta: É uma família constituída quando pelo menos um membro do casal homossexual já tenha tido, no mínimo um filho de outro relacionamento, independentemente de como este tenha sido concebido. Sendo assim, os filhos são pré-existentes ao relacionamento afetivo dos parceiros atuais, por isto, não fizeram parte do desejo e nem do projeto de vida em comum dos mesmos. O filho é uma realidade que antecede ao desejo do casal em tê-lo.

Comparando este agrupamento com as observações anteriormente citadas de Cadoret (*apud* TARNOVISKI, 2002), observamos que as famílias homoparentais primárias se assemelham ao que esta autora chamou de “*unidade familiar simples*”, e as famílias

homoparentais recompostas são análogas às “*duas células familiares*”. Porém, as divergências entre estes agrupamentos podem ser assinaladas, principalmente, através de dois pontos: ao fato do filho ter ou não sido desejado e à posição do agente externo em cada uma das modalidades que permitem a formação da família homoparental.

Havendo ou não o desejo de ter o filho, a decisão de constituir uma família homoparental, seja ela “primária” ou “recomposta”, afloram no casal homossexual e, em cada grupo familiar, questões que demandam elaborações específicas e que influenciam na circulação pulsional destas famílias.

Uma síntese das estratégias utilizadas para a formação das famílias homoparentais primárias ou recompostas, bem como, da necessidade e presença do agente externo pode ser apreciada na figura 2.

Figura 2: Estratégias para constituições das famílias

Fonte: Da autora

3.3 O desejo de ter filhos e a circulação pulsional

Nosso objetivo, ao trazer a distinção entre desejar um filho, ou ter que lidar com o filho do(a) parceiro(a), é mostrar que o significado do filho será diferente não somente para cada casal, mas, sobretudo, para cada membro do casal. Este fato interfere na dinâmica familiar, ademais, isto é verdadeiro para todos os tipos de família e não é uma especificidade das famílias homoparentais. Porém nosso esforço será compreender esta interferência nas famílias homoparentais, sejam elas, primárias ou recompostas.

3.3.1 Famílias homoparentais primárias

Na estrutura familiar em que o filho é desejado ele ocupa, desde o princípio, um lugar no imaginário e no discurso de cada um dos membros do casal e deste de uma forma particular. Isto faz com que a circulação dos afetos entre o casal homossexual e, entre ele e a criança, tenha um viés específico.

Embora o filho tenha sido desejado pelo casal, a maneira como este é inserido ao lar homoparental parece também interferir nas posições e funções de cada membro. Por exemplo, nas adoções, parece mais habitual que as duas mulheres sintam-se igualmente mães⁴³ e se responsabilizem, como tais, pelo processo de formação e educação desta criança. Neste arranjo o bebê poderá ocupar no imaginário das duas mulheres o lugar do falo. Desse modo, o filho será o objeto de desejo para as duas mulheres (A e B). Sendo assim, é provável que seja construída com ambas a relação mãe/filho. Mas, por dedução, as duas mulheres (A e B) terão que exercer a função paterna, ou serem a ela submetidas, para produzir a separação da díade mãe/filho que foi estabelecida entre elas e a criança. Dizendo de outra maneira, as duas mulheres ocupam em momentos distintos, o lugar do “terceiro” no processo de castração, e assim o filho saberá que não é o único objeto de desejo, de cada uma delas, e poderá se constituir como sujeito.

Uma outra possibilidade é o fato de uma das mulheres exercer de forma mais marcante a função materna e a outra, a função paterna, desse modo, é provável que o filho estabeleça

⁴³ Mais adiante teremos oportunidade de aprofundar sobre o que estamos chamando de “sentimento de mãe”.

com aquela que mais exerce as funções maternas a relação mãe/filho. Mesmo assim, aquela que exerce mais acentuadamente a função paterna não deixa de ter um lugar significativo para o filho, embora este lugar não seja ainda nomeado, pode ser o lugar da “segunda-mãe”.

A formação destes vínculos dependerá também de como os processos de identificação, ocorridos no *estádio do espelho*⁴⁴, tal como entendido por Lacan, pelo qual a criança passa no momento de sua constituição, são por esta, vivenciados. Além disto, a idade da criança no momento em que é adota é um ponto significativo, pois de acordo com sua idade ela já terá passado por todos os processos de constituição psíquica e já terá sido inserida na cultura. Mesmo assim, para que esta criança realmente seja acolhida como filho, um modo de vinculação parental terá que ser estabelecido com as mães adotantes, para que o arranjo familiar seja, de fato, constituído.

Sendo assim, estamos considerando que a estrutura das famílias homoparentais primárias femininas, constituídas pelo caminho da adoção, terão suas inter-relações familiares estabelecidas pelas posições “mãe” + “segunda-mãe” + filho + agente externo (pais biológicos). Os pais biológicos passam a ocupar o segundo plano e as mães adotivas o primeiro, ou seja, as mães substituem os genitores no exercício das funções, mas estes não deixarão de existir na estrutura desta instituição familiar enquanto posição.

Nos casos das famílias homoparentais primárias femininas constituídas pelo método de inseminações (artificiais ou naturais), as inter-relações familiares serão estabelecidas pelas posições “mãe biológica” + “companheira ou segunda-mãe” + filho + agente externo (doador de esperma desconhecido nos casos das inseminações artificiais). Ou ainda, “mãe biológica” + “companheira ou segunda-mãe” + filho + agente externo (pai biológico nos casos das inseminações naturais).

⁴⁴ O *estádio do espelho* foi o primeiro tema da contribuição de Lacan à teoria psicanalítica e foi um conceito que este autor retomou em diferentes contextos. Trata-se de um momento anterior à aquisição da linguagem, que vai aproximadamente do sexto ao décimo oitavo mês de vida, quando a criança é captada pela sua imagem no espelho. Esta fase assinala um momento decisivo para o desenvolvimento e para a constituição do sujeito. Caracteriza-se pela formação do eu através da identificação com sua própria imagem especular, quando a criança vê seu corpo como uma unidade. O outro tem uma função fundamental para a afirmação da criança enquanto um eu. É por meio do olhar deste outro que a criança se vê como uma unidade separada e diferente deste. É o outro que sustenta a imagem vista pela criança, ou seja, o homem aprende a reconhecer seu corpo por intermédio do outro. Para Lacan, o *estádio do espelho* representa um aspecto fundamental da estrutura da subjetividade e introduz o sujeito na ordem do imaginário (DYLAN, 2005; KAUFMANN, 1996). Resumidamente, o *estádio do espelho* pode ser entendido como o período em que estabelecemos nossas imagens psíquicas. As imagens que fazemos de nós via olhar do outro, dependente da maneira como este outro nos vê, assim como, a imagem que fazemos dos outros, também relacionadas a este olhar (PALONSKI, 1997).

Entretanto, na constituição familiar via inseminação, mesmo que o filho tenha sido um projeto compartilhado e desejado pela díade homoconjugal, o fato de apenas uma das mulheres gerar a criança, pode implicar em diferentes circulações do afeto e na ocupação da posição de “mãe”. Devido ao vínculo que a gestação proporciona ao feto e à gestante, é mais provável que a relação mãe/filho ocorra entre a criança e a mulher que a gerou. Porém, a companheira⁴⁵, mesmo não sendo a mãe biológica, poderá (ou não) nutrir pela criança o sentimento de mãe, ou de segunda mãe.

Podemos falar em pelo menos três maternidades; a biológica, a psíquica e a social. Nas famílias heteroparentais, quase não é perceptível esta divisão pois, a mulher comumente assume simultaneamente as três maternidades. O mesmo não ocorre nas famílias homoparentais femininas, nos casos de adoção, nenhuma das mulheres é a mãe biológica, porém, ambas podem assumir as maternidades psíquicas e sociais, que nestes casos, sobrepõem à maternidade biológica. Nos casos de inseminação (artificial ou natural), compartilhada pela parceria, apenas uma das mulheres terá a maternidade biológica e a ela caberá o “lugar de mãe”, reconhecido, inclusive, legal e socialmente. Para sua companheira, a maternidade do ponto de vista social e psíquico passa a ser mais relevante do que a maternidade biológica. Segundo Herrera (2007, p.231), *“a maternidade não é algo dado, pela natureza, é algo que deve ser construído através da gestação, do cuidado e da criação, pela ação humana.”*⁴⁶

Roudinesco e Derrida (2004) nos lembram que já existem inclusive famílias compostas não apenas por duas ou três mães, mas por três + *n* *parents*. Como pode ser visto nos casos em que uma mulher doa seus ovócitos (mãe genética), outra gesta e dá a luz (mãe de aluguel) e, uma terceira adota e cria a criança (mãe social). Além disto, complementam dizendo que atualmente não só o pai é incerto, mas a mãe também o é, pois, a mãe é não apenas a genitora, uma outra pessoa pode se tornar mãe, tantas outras pessoas podem vir a assumir este posto. *“Ora o que é difícil pensar, em primeiro lugar desejar, depois aceitar, sem achar uma monstruosidade, é isto mesmo, mais de uma mãe. Suplementos de mãe, numa irreduzível pluralidade”* (p.57). Segundo estes autores, o avanço tecnológico referente à

⁴⁵ Como já discutimos, na falta de uma nomenclatura para aquela que não carregou no ventre a criança, mas a desejou como filho, e por isto poderia ser considerada também de “mãe”, optamos por generalizar e para efeitos deste estudo denominá-la “companheira”, pelo fato desta ocupar, para a gestora, o lugar de objeto de desejo. Em outros estudos, encontramos também os termos “outra mãe”, “segunda mãe”, “tia”, “amiga da mamãe” e “co-parenting” (HERRERA, 2007).

⁴⁶ No original: *“la maternidad no es algo dado – por la naturaleza -, sino algo que debe ser construido a traves de la gestación, el cuidado y la crianza – por la acción humana.”*

procriação irão provavelmente acelerar uma mutação na relação pai e mãe. Contudo, afirma Derridá, “[...] *haverá sempre nascimento e laço familiar em torno da criança*” (p.58).

O sentimento de mãe não se submete somente ao vínculo proporcionado pela gestação biológica, embora a fantasia narcísica, sustentada pela primazia do biológico tenha grande significação. É fortemente projetada no filho a identificação narcísica, manifestada em depoimentos do tipo “meu filho é meu sangue, meu filho sou eu”. Segundo Herrera (2007), para que a companheira da mãe biológica sinta-se igualmente mãe, os cuidados maternos, a responsabilidade com o filho e o reconhecimento, tanto da parceira quanto dos familiares e das pessoas mais próximas, são alguns dos fatores que, sem dúvidas, contribuem para a formação deste sentimento, porém não são os únicos. Em sua pesquisa a autora observou que há mulheres que assumem os cuidados da criança, são responsáveis financeiramente por elas e, entretanto, não se sentem mães. Outras, mesmo não assumindo diretamente o papel de mãe, tendo pouca participação nos cuidados diários e pouca responsabilidade financeira sobre o filho biológico de sua parceira, sentem-se igualmente mães.

Estes fatos nos mostram que, a construção do sentimento de mãe está co-relacionado a vários fatores, conscientes e inconscientes. Está relacionado à identificação da mulher com o papel de mãe e à sua autorização interna para ser mãe. Ademais, depende também da autorização externa, do reconhecimento da parceira e dos demais familiares e amigos, do entorno social, aceitando-a e colocando-a no lugar de mãe. Além disto, há um outro fator, quiçá o mais importante, para que o sentimento de mãe se instaure: o lugar imaginário que a criança venha a ocupar para esta mulher, bem como, o lugar que ela ocupará no imaginário da criança.

Herrera (2007), avaliando o sentimento de mãe de suas informantes, conclui que parece ser mais fácil que este ocorra entre as mulheres que planejaram a maternidade em conjunto (que estamos denominando de famílias homoparentais primárias) e ambas participam ativamente da criação da criança. Estas mulheres sentem-se igualmente mães, mesmo que o filho tenha sido adotado, ou, gerado por apenas uma delas. Nesses casos, a maternidade sociológica e a maternidade psicológica, ganham maior relevância do que a maternidade biológica. Para exemplificar esta situação a autora utiliza o caso da família homoparental primária de Luz e Carmen. Este casal optou pelo método da inseminação artificial e Carmen foi responsável por introduzir em Luz o sêmen do doador, sendo a criança considerada filho das duas em igual proporção. Ambas sentem-se mães e cumprem os

cuidados do filho. “Luz afirma: a criança é filho de nós duas, porque nós a fizemos entre nós duas” (HERRERA, 2007, p. 213)⁴⁷.

Herrera (2007), também aponta que há aquelas mulheres que mesmo tendo planejado a maternidade em conjunto e participarem da criação da criança, colocam o acento mais na maternidade biológica do que na psicológica ou social e, não se sentem igualmente mães. Para estas mulheres, a mãe de verdade é quem gerou. Isto nos faz pensar na força da completude narcísica, para aquela que não gerou, fica a ferida.

Nos casos de recomposição familiar, Herrera (2007), observou que é mais difícil para companheira construir o sentimento de mãe e posicionar-se enquanto tal. O fato de já ter sido estabelecido o vínculo da mãe biológica com o filho é um dificultador para que a companheira se coloque no lugar de mãe, pois “a mãe” já existe. A autora considera que a aceitação e autorização externa, nestes casos, parecem ter maior peso. Em nossa opinião o peso recai sobre a aceitação e autorização interna, muito mais do que a externa, esta última, quando existente, é um facilitador, mas não é o fator decisivo na construção do sentimento de mãe. O fator decisivo, como já dissemos, é o lugar imaginário que a criança ocupará para a companheira.

Uma outra questão que perpassa a estrutura da família homoparental refere-se ao vínculo legal da maternidade. Neste ponto, o que vemos é a primazia do biológico, pois este é concedido somente para a mãe biológica. A falta do reconhecimento jurídico da companheira como “mãe”, “outra mãe” ou “segunda-mãe”, somado a não valorização de seu vínculo afetivo com o filho, trás implicações em vários níveis. Impede a criança de ser inserida na árvore genealógica da família de origem da companheira, a ser herdeira de seus bens e de seu sobrenome, enfim, a criança deixa de ter todos direitos que são concedidos legalmente ao filho. Nos casos de separação, a companheira pode vir a perder o contato com o filho por não ter aparato judicial que a proteja como “mãe”, mesmo tendo assumido esta função. Dificulta a aceitação social e favorece ao preconceito. Muitas vezes o reconhecimento da companheira como mãe, não existe também por parte das empresas, das famílias de origem das parceiras, amigos e da sociedade como um todo. Esta situação tem conseqüências que podem ser dolorosas para toda a família. No exemplo de Carmem e Luz, essa última luta para que sua família de origem reconheça que Carmem também é mãe de seu filho (autorização externa) e, caso ela faleça, venha a assumir todos os cuidados do mesmo (HERRERA, 2007).

⁴⁷ No original: “*el niño es hijo de las dos, porque lo hicimos entre las dos*”.

Podemos, com este exemplo, confirmar como a lei é importante para a aceitação social das famílias homoparentais, ela garantiria os direitos e obrigações à segunda-mãe ou ao segundo-pai, bem como a participação do filho nos sistemas de parentesco de ambas as famílias de origem, integrando-o à família como um todo.

3.3.2 Famílias homoparentais recompostas

Nas famílias homoparentais recompostas o filho pré-existente a relação homoconjugal não é um filho do desejo do novo casal. Entretanto, não é um filho do qual a nova parceira (ou parceiro) não tenha conhecimento. Pelo menos, é esperado que o filho, uma vez tendo sido assumido por seus pais, não seja omitido dos novos parceiros. Podemos notar que é diferente um casal desejar (adotar ou inseminar) um filho ou “ter que” se organizar para lidar com os filhos já nascidos, de uma (ou de ambas) as partes do casal. Nestes casos, será necessário realizar uma “adoção de coração”, uma aceitação mínima que seja, para a formação de um novo arranjo familiar. Mas, muitas vezes, os filhos de casamentos anteriores não são tão bem aceitos pelos novos cônjuges e isto pode vir a ser um ponto de conflito em quaisquer recomposições familiares. O que importa neste momento da discussão é a força que os filhos possuem no cenário familiar, acrescentando à conjugalidade (homossexual ou heterossexual) o sentido de família.

Em qualquer arranjo familiar, os filhos demandam dos pais condições que garantam sua sobrevivência, tais como, alimentação, higiene, saúde, segurança, educação, entre outros. Entretanto, o amor e a dedicação parecem ser os ingredientes que legitimam a parentalidade, mesmo quando os pais/mães não conseguem atender estas demandas. Neste sentido, a dimensão afetiva e os investimentos que circundam as relações entre os membros da família são importantes aspectos na formação dos vínculos familiares.

Uma particularidade observada entre os casos de um primeiro arranjo familiar e os de recomposição é que, nestes últimos, a família não foi originada pelo desejo de ter o filho. O desejo é, no primeiro momento, direcionado para uma pessoa que já tenha filho(s) e, não propriamente, para o filho. Sendo a constituição da família um resultado do desejo do casal em compartilhar suas vidas, momento em que os filhos são inseridos. É neste contexto que as famílias recompostas são constituídas, sejam elas homoparentais ou heteroparentais.

A circulação pulsional nas famílias recompostas terá que encontrar outros caminhos, pois, ainda que o filho não faça parte do desejo do novo cônjuge, faz-se importante incluí-lo na relação. A maneira como esta inclusão é ou não realizada afetará na circulação pulsional desta nova família.

Nas famílias homoparentais recompostas femininas esta situação não é diferente. Quando uma mulher se enamora por uma outra que tenha filhos, pelo menos a princípio, seu desejo não está dirigido para os filhos desta última. Dirigir seu olhar e afeto também para o filho de sua amada faz parte de um processo, individual e do casal. Já para a mãe biológica, parece ser mais fácil direcionar seus afetos para a companheira e para o filho simultaneamente.

No discurso do casal de lésbicas em que o filho é pré-existente à relação, a mãe biológica é, na maioria das vezes, considerada a “mãe de verdade”. A companheira pode ou não vir a assumir nesta relação um lugar parental e deixar que o filho ocupe também para ela, “o lugar de filho”. Ou seja, nos casos de recomposição familiar entre duas mulheres, o filho não necessariamente, é considerado “filho das duas”. Isto nos permite inferir que, na recomposição familiar homoparental feminina, os filhos do relacionamento anterior ocupam um lugar diferenciado daquele que foi adotado ou inseminado pelo casal de lésbicas. Como vimos, nos casos de adoção ou inseminação, o filho, desde o princípio, fez parte do imaginário do casal e, comumente, é considerado “filho das duas”.

Além disto, se as duas mulheres já forem mães, a relação demandará, pelo menos em termos quantitativos, maiores elaborações, visto que, o número de pessoas envolvidas é maior e, cada uma delas terá que elaborar psiquicamente a chegada dos novos integrantes na família. Destacamos novamente que estes aspectos abordados não são específicos das famílias homoparentais e estão presentes em todas as recomposições familiares.

O lugar e as funções da companheira só poderão ser traçados de acordo com a dinâmica afetiva familiar estabelecida. Dizendo de outra maneira, a vinculação afetiva da companheira com o filho, será construída posteriormente, de acordo com a posição que esta ocupará para o mesmo e, que será definida pela dinâmica familiar construída neste contexto. A possibilidade de esta vir a participar afetivamente e efetivamente da parentalidade pode ser reduzida quando comparada com os casos de adoção e inseminação, como nos mostrou Herrera (2007). Ou seja, a companheira somente poderá vir a exercer as funções parentais se for afetivamente autorizada, por todos os membros da família, a cumpri-las. É necessário, portanto, uma intenção por parte dos envolvidos em colocá-la no lugar de “mãe” ou de “pai”.

Em relação à companheira levantamos as seguintes questões: O que a mãe biológica espera dela? Que função espera que ela ocupe para seu filho? A mãe a considera uma “auxiliar”, uma segunda-mãe? Permite que ela participe das tomadas de decisões relacionadas à educação e disciplina do filho? Qual a significação da companheira para o filho? Seus pensamentos e ações são importantes para ele? O filho considera suas opiniões e aceita que esta tenha algum “poder” sobre ele?

Temos que levar também em consideração a posição do pai, que é ocupada pelo pai biológico, sendo este presente ou ausente. A mulher que vier a ocupar o lugar da companheira, não ocupará a posição de “novo pai”. Em muitos casos o vínculo pai-filho já foi estabelecido e a dinâmica familiar é marcada por este acontecimento. De um modo ou de outro, a existência do pai influenciará na circulação pulsional desta família, dependendo do grau de relacionamento afetivo que estabeleça com cada um de seus membros.

A atribuição de direitos e obrigações, das funções parentais que serão exercidas por cada membro nesta configuração, bem como as atitudes esperadas de cada um, estarão dependentes dos laços e negociações afetivas estabelecidas neste ínterim, a qual estamos chamando de circulação pulsional. Tudo isto compõe um contexto onde não podemos simplesmente isolar uma de suas partes. Os vínculos prévios bem como os posteriores não podem jamais ser descartados ou impensados.

Independente de terem ou não convivido com seus filhos, de serem ou não presentes na vida destes, de serem incluídos ou excluídos da nova relação familiar, o pai biológico ocupa uma posição diferenciada nesta estrutura e afeta sua circulação pulsional. Assim sendo, algumas questões que mereceriam um estudo aprofundado, podem ser levantadas em relação ao pai biológico: Que valor é dado a ele no interior da família? Qual sua importância na vida da mãe biológica? Ele mantém uma relação de amizade com sua ex-parceira após saber de sua orientação homoerótica? Que vínculo mantém com o filho? E o filho com ele (é um vínculo estreito, temporário, ou sem vínculo)? Aceita ou rejeita a presença da companheira da mãe? Que vínculo estabelece com a mesma? Como se posiciona perante as influências desta na educação e vida de seu filho, restringe ou estimula suas intervenções? Enfim, aceita ou rejeita a família homoparental?

Portanto, faz-se necessário por parte da companheira a elaboração das presenças do filho e do pai biológico, e o contrário também é verdadeiro. Isto nos faz pensar que as inter-relações familiares construídas nas famílias homoparentais recompostas femininas, serão estabelecidas pelas posições: “mãe biológica” + “companheira” + “filho” + “agente externo (pai biológico)”.

Estas reflexões são necessárias quando pensamos no lugar psíquico que cada membro ocupa (uns para os outros) nas famílias homoparentais recomposta femininas. Uma vez constituída, cabe à família homoparental sustentar as funções fundamentais para a produção do filho-sujeito, que passa psiquicamente pelas amarras desejanças das funções parentais e pela circulação pulsional familiar. Será que esta circulação é diferenciada das demais famílias? Tudo indica que não. Por isto, não podemos pensar a homoparentalidade presos à ótica relacional heterossexual, temos que ampliar nossos olhares, numa ótica que dê conta de suportar o amor em todas as suas formas de expressão. Estarmos cientes que são os investimentos afetivos, a qualidade e a intensidade dos afetos que dão suporte às relações familiares e definem uma família. Sendo assim, não podemos mais nos apoiar sob as premissas da família tradicional e utilizá-las como únicas referências para pensar os modelos atuais de família. Afinal, cada modalidade familiar cria suas próprias demandas, que nem sempre são inteiramente “novas”.

Para finalizar este capítulo, lembramos que não existe uma “verdade” única para as famílias, qualquer que seja ela, cada uma “*sabe a dor e a delícia de ser o que é.*” (VELOSO, 1986). Estas reflexões teóricas estão na base analítica dos dados de pesquisa de campo deste estudo, que serão apresentados no próximo capítulo.

4 AS MULHERES E SUAS NARRATIVAS: O DESEJO E A CIRCULAÇÃO PULSIONAL

Ao definir o objeto desta pesquisa, vislumbrava uma certa dificuldade em localizar os seus sujeitos, uma vez que eu não pretendia utilizar os casos clínicos que estavam sobre minha responsabilidade. Esta previsão se confirmou. A primeira tentativa em mapear e localizar as famílias homoparentais recompostas femininas foi junto a Associação de Lésbicas de Minas Gerais (ALEM). No entanto, por várias razões, não consegui estabelecer o contato com a referida Associação. Diante desta dificuldade, trilhei outros caminhos, solicitando indicações de pessoas próximas, para possíveis contatos com mulheres homossexuais que atendessem ao recorte estabelecido. Ou seja, mulheres que viveram o casamento heterossexual, tiveram filhos nestas relações, separaram-se e recompuseram suas vidas amorosas ao lado de outras mulheres, dando origem à família homoparental recomposta feminina. Foi assim que tive acesso às famílias homoparentais de Vera e Ellem⁴⁸, que se tornaram sujeitos-chave desta pesquisa. A família de Vera é composta por ela, Carla e Paula e a de Ellem, por ela, Mara e Ana.

O convite para participar de uma pesquisa acadêmica pode gerar várias inquietações no sujeito convidado. Junte-se a isto o fato desta pesquisa abordar a temática da (homo) sexualidade, e ainda, ser proposta por uma psicóloga, que marca o lugar do suposto saber. Estes fatos tendem a produzir uma resistência nos sujeitos convidados, pois, nas “entre-vistas” (CASTRO TEIXEIRA *et al*, 2006) o sujeito rememora suas histórias. Falar de si, de suas escolhas amorosas e de sua família pode se tornar momento de ameaça (medo, julgamentos, críticas, exposição) ou de autoconhecimento (tornar consciente o recalco permitindo elaborações, ter sua história reconhecida e valorizada, contribuir para produção de novas significações sociais). Estas situações justificam porque o acesso e a aceitação do convite para participar deste estudo foi recebido por cada família de modo diferenciado. Vera, Carla e Paula, aceitaram prontamente, ao passo que Ellem, Mara e Ana, apresentaram uma resistência

⁴⁸ A partir do esclarecimento de que o projeto original desta pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, coordenado pela Professora Maria Beatriz Rios Ricci, sob o nº de registro CEP: CAAE – 0004.0.213.000-07, as informantes tiveram contato com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Este documento foi devidamente explicado, lido e assinado por cada uma delas. Todas foram informadas que suas identidades seriam mantidas em sigilo, por esse motivo, os nomes aqui citados são fictícios. Ver o Termo em anexo.

inicial⁴⁹.

Apresentaremos como chegamos aos sujeitos pesquisados, como ocorreu a aceitação do convite, e faremos uma breve análise deste momento. Em seguida, as condições de produção das entrevistas e como se deu a participação das informantes nas mesmas.

Vera foi indicada por sua irmã, numa conversa informal me disse: “*vou te passar o telefone da minha irmã pode ligar que eu tenho certeza que ela topa participar, **ela não tem problemas com isto***” (grifo nosso). Este depoimento me levou a hipótese de que Vera é uma pessoa bem resolvida com sua homossexualidade perante sua família, o que a possibilita falar de si mesma com tranquilidade.

No primeiro contato telefônico ouvi: “*Ah! Estava esperando você me ligar, já sei do que se trata, minha irmã já me falou*”. Sua fala espontânea e firme confirmou minha hipótese inicial, uma vez que ela se colocou prontamente disponível a participar da pesquisa. Afirmou naquele momento, que vivera 20 anos com a namorada e a filha, mas que não se encontra mais casada. Finalizou a conversa afirmando: “*Já fiz muita terapia e não tenho o menor problema de falar de mim e da minha vida, se minha história servir e puder ajudar, terei muito prazer em contribuir com seu trabalho*”.

Vera foi responsável pela indicação de sua filha Paula e sua ex-parceira Carla, que consideraram o estudo muito importante e se dispuseram prontamente a participar.

No primeiro telefonema, Carla disse:

[...] o mundo hoje é diferente, a juventude vê os homossexuais com menos preconceito e os homossexuais não têm que deixar de ser o que cada um é. O pessoal já vê a homossexualidade nos cinemas, nas novelas e nas ruas. É muito mais fácil do que na minha época, mas a homossexualidade ainda é muito mal entendida, por isto eu acho muito bacana o seu estudo. Acho importante qualquer estudo sério sobre a homossexualidade. Que dia podemos encontrar?(grifo nosso).

Nesta fala destacamos dois pontos importantes. O primeiro trata da mudança que vem acontecendo desde as últimas décadas no que tange a definição da opção sexual dos sujeitos e

⁴⁹ A resistência é um conceito psicanalítico fundamentado nas necessidades do ego de se defender de idéias, afetos e impulsos sexuais recalçados na primeira infância, capazes de despertarem sentimentos de vergonha e autocensura. A ameaça do retorno do recalçado à consciência faz com que as pessoas utilizem mecanismos de defesa, entre eles, a resistência, para evitarem que isto aconteça. Por resistência entendemos tudo aquilo que atrapalha ou dificulta o acesso ao inconsciente. Em certo sentido, a resistência é um obstáculo às descobertas dos desejos inconscientes, uma manifestação emocional esperada em situações novas (FREUD, 1893-1895).

a valorização sobre o saber científico. À medida que questões emergentes passam a ser estudadas pelo meio acadêmico, influenciadas pela sociedade do espetáculo, por artistas, ou mesmo, pela sociedade, os resultados retornam aos grupos, modificando-os. Neste sentido, a ciência cumpre o seu papel ampliando a visão do senso comum sobre a temática.

O acesso ao casal Ellem e Mara também se deu por meio de indicação. Ao contrário da certeza de participação observada entre as primeiras informantes, nesta, ficou nítido o cuidado da pessoa que a indicou e a impossibilidade de saber se os sujeitos iriam ou não aceitar o convite. Como pode ser observado em sua fala: “*eu as conheço e elas encaixam direitinho no perfil que você está procurando, mas eu não sei se elas gostariam de participar. Vou conversar com elas primeiro e, se elas concordarem, eu passo o telefone delas para você*” (grifo nosso). Assim, o primeiro contato com Ellem foi realizado por quem a indicou e que lhe explicitou, grosso modo, os objetivos deste estudo. Autorizada a me fornecer o contato, foi advertida que, antes do aceite ou recusa, a informante fazia questão de conversar com sua parceira, pedindo que o contato se estabelecesse após alguns dias.

Deduzi que esta condição da informante se configurava em uma resistência inicial. Ao ser novamente contactada, Ellem desculpou-se, afirmando: “*esqueci de conversar com Mara sobre isto e não posso te dar a resposta agora, tenho que explicar tudo direitinho pra ela antes, se ela concordar, nós vamos participar*”. Em nenhum instante, Ellem cogitou a possibilidade de participar sozinha deste estudo, o que foi visto como uma postura submissa em relação à sua parceira (fato confirmado posteriormente). Somente após a concordância desta última é que a entrevista foi marcada, atendendo outra solicitação, que fosse realizada com o casal conjuntamente.

Ellem tem três filhas, Regina (24 anos, Ensino médio), Taísa (18 anos, Ensino médio) e Ana (14 anos, Ensino Médio em curso). Somente Ana reside com ela e Mara desde o nascimento. Logo após sua separação as filhas mais velhas foram viver ao lado da avó paterna. Taísa permanece sob os cuidados da avó e Regina se casou, indo viver ao lado do marido.

Após a primeira entrevista como o casal, houve a autorização para que as filhas também prestassem suas contribuições. Porém, o fato das filhas mais velhas não residirem com Ellem e Mara dificultou meu acesso às mesmas e somente Ana foi entrevistada. Não sem antes haver uma intervenção por parte de Mara:

Ana, minha filha, é importante você conversar com ela porque ela precisa ter uma idéia mais certinha de como a gente vive aqui. você vai falar ‘prá’ ela só o que

you wish, in your way, you are free 'prá' talk what you wish. You don't need to be worried about what you will say 'tá' right or wrong, you don't have anything of that. You will talk what you think, it's only this (Mara, grifo nosso).

Na entrevista com o casal, um fato me chamou atenção. Naquele momento, as três filhas de Ellem estavam em sua casa, mas não haviam sido convidadas a participar deste encontro. Elas permaneceram nos outros cômodos da casa enquanto a entrevista acontecia na sala de estar, sem nenhuma privacidade. Toda a cena de entrevista podia ser vista e ouvida pelas filhas, numa demonstração de que existe respeito ao relacionamento ali constituído.

Ao analisar o aceite do convite pelas duas famílias observamos que três fatores contribuíram em maior ou menor intensidade para isto, são eles: a experiência em processos terapêuticos por parte das informantes, a aceitabilidade da família de origem da mãe biológica sobre o redirecionamento de seu desejo e o nível de escolaridade das informantes.

As entrevistas na família de Vera foram realizadas com cada uma delas em separado. Na de Ellem, o casal foi entrevistado conjuntamente, e Ana, individualmente. A duração de cada encontro variou entre uma hora e quinze minutos a duas horas.

O registro se deu por meio de gravação digitalizada e anotações pessoais do pesquisador. Não houve objeção por parte das informantes quanto ao uso do gravador. Os conteúdos das entrevistas foram transcritos na íntegra, mantendo-se as transgressões gramaticais, vícios de linguagens e interrupções. O tom da entrevista foi estabelecido de acordo com a singularidade dos sujeitos entrevistados e cada uma delas teve suas particularidades.

A quantidade de entrevistas realizadas com cada informante variou de acordo com a aceitação, disponibilidade e abertura interna das mesmas. Foram realizados quatro encontros com Vera, dois com Ellem e Mara e um com as demais.

A data, hora e local para a realização das entrevistas foram definidos respeitando a preferência das informantes. Em relação a esta condição da pesquisa, percebi que aquelas que já haviam passado por processos psicoterapêuticos em experiências anteriores, dispuseram-se facilmente a virem em meu consultório, como foi o caso de Vera, Paula e Carla. Como conseqüência estas tiveram maior abertura para falar de suas vidas do que aquelas que não passaram pela mesma experiência. Assim, Ellem, Mara e Ana preferiram que eu fosse ao seu encontro, em suas própria residência (zona de conforto, lugar de aconchego e segurança).

Observei que o ambiente motivacional para a realização das entrevistas interferiu na condução e no processo de escuta terapêutica. O consultório é um espaço livre de interrupções e de fatores externos, propício à escuta, ao passo que a casa da informante, sendo o espaço de

seu próprio domínio, exigiu do pesquisador uma maior acuidade. As interferências externas como o barulho da televisão, de telefones, conversas próximas, dificultaram o andamento das entrevistas. Entretanto, estes fatores pouco afetaram o teor qualitativo das mesmas.

As informantes possuem características pessoais diferenciadas que precisam ser respeitadas e simultaneamente, interferiram nas formas como as entrevistas foram conduzidas.

Vera (49 anos, Terapeuta ocupacional), é uma pessoa extrovertida e ficou muito à vontade em todos os contatos. Motivos que contribuíram para que suas entrevistas tivessem maior duração e fossem mais espontâneas.

Paula (24 anos, Administradora de empresas), é uma pessoa introvertida e reservada, porém atenta a todos os acontecimentos à sua volta. Sua entrevista teve caráter diretivo e ela se limitou a responder o que lhe foi perguntado. Suas respostas foram firmes e objetivas. O fato de poder expressar seus sentimentos, idéias e experiências, enquanto filha de homossexual, parece significar muito para ela, sentiu-se importante em poder contribuir. Na entrevista afirmou: *“Minha mãe me disse que estava vindo aqui [no consultório] e fico feliz de poder contribuir, tem tanto gay né, que às vezes falta algum material que possa ajudar, eu acho importante poder ajudar”*. Seu posicionamento me permite dizer que ela apresenta uma postura política e ética frente às questões relativas a homossexualidade e a homoparentalidade. Mesmo não atuando como militante percebi que Paula tem um desejo (instituinte) de contribuir para que mudanças sejam operadas, em níveis sociais e psíquicos, possibilitando uma maior aceitação desta realidade. Ela se coloca como uma co-participante, empreitando, internamente, uma ‘luta secundária’ para isto, mesmo que nos bastidores e dificilmente se colocando como protagonista das cenas.

Carla (49 anos, Analista de sistemas), é uma pessoa observadora, rígida e com maior dificuldade para se lançar nos ambientes. Características de personalidade que poderiam comprometer a sua participação na pesquisa. Entretanto, sua disponibilidade, interesse e o fato de estar prestes a se mudar de estado facilitaram o processo. Sua entrevista foi longa, suas respostas profundas e reflexivas. Ela ainda sinalizou interesse pela conclusão do trabalho dizendo: *“quando você acabar eu quero ver ‘cara’, este tema é muito polêmico, é um desafio! Eu não poderei ir à sua defesa, mas eu quero ler, acho legal isto”*. Este interesse manifestado parece ultrapassar a curiosidade e dizer da necessidade do respaldo teórico e científico, para a aceitação da homossexualidade e de seus desdobramentos. Isto mostra uma tendência do senso comum em valorizar o que é escrito e discutido pelas ciências, tornando o conhecimento legítimo, transformando-o em *doxa*.

Ellem (42 anos, Auxiliar de limpeza, Ensino Médio) e Mara (54 anos, Proprietária de um pequeno bar, Ensino fundamental), adotaram posturas discretas e reservadas. Contudo, Ellem, é extrovertida, agiu com maior naturalidade na entrevista e tomou à frente ao responder as questões. Mara, é observadora, esteve atenta a tudo, porém falou menos e para que emitisse sua opinião foi necessário fazer as perguntas direcionadas a ela.

Ana (14 anos, estudante do Ensino Médio), é uma adolescente tímida, reservada e introvertida. Sua entrevista foi rápida e objetiva. Foi firme em suas respostas, mostrou ter suas próprias opiniões e valores e ser madura, responsável e disciplinada para sua pouca idade.

Ainda em relação às entrevistas, não foi previsto ouvir os pais biológicos durante a pesquisa, os aspectos levantados em relação a eles foram extraídos dos discursos das informantes. Portanto, trabalhamos com a realidade psíquica⁵⁰, diferente da realidade fática ou material, ao nos referirmos aos mesmos.

Após as entrevistas confirmei a satisfação das informantes com o estudo, visto que, suas histórias a partir do momento que são escutadas, são também valorizadas. Indo ao encontro do que diz Machado (2002), o entrevistado sente-se considerado, pois será ouvido e é capaz de formular um conhecimento importante para o outro, através de sua história. Todas fizeram da entrevista um momento de reflexão e análise de suas vidas e podemos afirmar que, de algum modo, cada encontro foi terapêutico, visto que a entrevista ultrapassa a própria entrevista. Pois, certamente coloca o sujeito diante de questões relativas à própria subjetividade. Entre a história revelada e velada, de cada uma das informantes, há um intervalo que pretendemos dar conta de escutar e interpretar. Mesmo que cada sujeito pesquisado seja único e que suas histórias sejam marcadas pelo desejo, definindo a singularidade de cada um, os ideais e valores, sonhos e frustrações, são reflexos de um universo simbólico amplo, histórico e social, que atravessam suas narrativas. Como pode ser percebido na fala de Carla: *“conversando aqui com você eu pude ver muitas coisas que eu não estava vendo. Repassando a minha história, a história da minha vida, mesmo que tenha sido em tão pouco tempo, eu pude ver um tanto de coisas”*.

⁵⁰ Do ponto de vista da psicanálise, o campo da realidade psíquica, é o campo do inconsciente (subjetivo). Não se refere à realidade dos fatos propriamente dita, e sim, faz menção a tudo aquilo que, para cada indivíduo, assume valor representativo da realidade e tem importante papel em sua vida. Os efeitos da realidade psíquica interferem na percepção que temos da realidade objetiva do mundo e das coisas. *“A realidade psíquica, possui, na subjetividade de quem a anuncia, uma certa “realidade”.*” (CECCARELLI, 2001).

4.1 O amor de mulheres por mulheres: o redirecionamento do desejo

O amor está na subjetividade individualizada e gera nas pessoas a necessidade de estarem mais próximas de seus pares amorosos, levando-os muitas vezes ao “casamento”. A união exige de seus membros uma modificação e organização interna, pois iniciarão a construção de um novo estilo de vida. O parceiro(a) passa a ser o co-habitante mais próximo e a relação construída entre o casal passa a ser privilegiada e significativa. Visto que, envolve um alto grau de afetividade e intimidade sexual. Através da união afetiva, os parceiros se comprometem numa história comum e o comportamento de um afeta o outro (TRAVIS, 2003).

Segundo Castro (2007), a estabilidade no tempo de convivência, a intensidade do vínculo afetivo, o comprometimento e a reciprocidade, o fato de compartilhar o amor, a vida sexual, as responsabilidades domésticas e financeiras, os planos para a vida diária e futura, são critérios que interferem diretamente no sentimento de estar casada (o). O desejo é um dos principais ingredientes para esta definição, bem como, para a realização pessoal entre os cônjuges. Atualmente, presenciamos a união de muitos casais sem a realização oficial do casamento, segundo Bilac (*apud Retrato ...*, 2007, p.42), “*para o brasileiro, morar junto é casar. As pessoas casam menos no papel, mas continuam-se unindo*”⁵¹.

As informantes deste estudo utilizam livremente o significante “casamento”, relacionando-o ao estado afetivo e social, ao fato de morarem juntas e compartilharem seus sentimentos amorosos. Para elas, e para muitos outros casais, o casamento não está relacionado ao estado jurídico. Mesmo que o casamento entre homossexuais não seja uma realidade institucionalizada em nosso país, a intimidade e o aprofundamento nas relações afetivo-sexuais de nossas informantes as autorizam intitular-se como “casadas”.

Descreveremos a seguir uma breve biografia da vida afetiva dos sujeitos-chave deste estudo (Vera e Ellem), para contextualizar como se deram às circulações e redirecionamentos de seus desejos e de como seus casamentos heterossexuais se transformaram em homossexuais, originando as famílias homoparentais recompostas femininas.

Destacaremos para análises: o casamento heterossexual e a separação; a constituição da homoconjugalidade e da homoparentalidade; definição dos papéis sociais e

⁵¹ Do ponto de vista jurídico, a partir do Novo Código Civil, tanto para os casamentos legalizados, quanto para as uniões consensuais, os direitos e deveres são equiparáveis, isto, somado aos altos custos da cerimônia de casamento, têm contribuído para o aumento das uniões não oficializadas.

posicionamento da família de origem frente a recomposição familiar.

4.1.1 A história de Vera

O primeiro casamento de Vera foi com Pedro (54 anos, Comerciante, Superior incompleto). Esta relação teve a duração de dois anos incluindo o período de namoro, casamento e gestação. Vera relata:

*[...] Eu conheci ele num bar, eu era garçoneiro no bar que ele ia beber, todo dia ele tava lá né, ele era separado já tinha dois anos, mas continuava indo na casa da ex-mulher e ela ficou grávida. Tiveram uma filha que eu conheci quando ela era pequenininha, mas nós estávamos namorando e tal... depois de um ano, aproveitando e tudo.... ih resolvi, resolvemos.... **Um dia meu pai me chamou e falou: filha, ou você mora aqui ou você mora lá, assim não dá!** Então resolvemos ir morar junto e fizemos a festa de casamento[não se casaram legalmente]. **Nunca sonhei em casar, mas o fiz naquela ocasião por pressão do meu pai** (Vera, grifo nosso).*

Percebe-se que o casamento com Pedro se deu por uma pressão familiar diante a relação permissiva que o casal vivia. Em nossa sociedade esta pressão sofrida em função dos valores culturais, representa a manutenção da herança heterossexual e a necessidade de atender os padrões sociais esperados para as relações amorosas. Na literatura, encontramos outros relatos de homossexuais que também se casaram por pressão social, e romperam seus casamentos para viverem com outros parceiros (TARNOVSKI, 2004; SARAIVA, 2007).

Saraiva (2007), identificou entre os seus informantes (*gays*) que o casamento heterossexual ocorreu em resposta às estas demandas, tendo como objetivo afirmar a “normalidade” e virilidade dos sujeitos, e ainda, adotado como estratégia, inconsciente, para conter as fantasias e desejos homossexuais. Os depoimentos por ele coletados nos mostram claramente esta situação:

Fábio, 53 anos: Como todo mundo casava, casei (SARAIVA, 2007, p.72).

Caco, 46 anos: Eu me casei, na verdade, porque fui induzido a este tipo de vida, eu tinha que trabalhar, ter uma namorada e constituir família, porque esta foi a criação que meus pais me deram (SARAIVA, 2007, p.73).

Heitor, 43 anos: Eu tinha que ter uma namorada para ser aceito, o normal é um cara ter uma namorada. [...] Na verdade eu não queria casar, eu casei por medo, por impulso, sei lá (SARAIVA, 2007, p.73).

Carlos, 45 anos: Pensava que, afirmando esta escolha, de forma consciente, estes ‘outros desejos’ cessariam. Já estou casado, não vou precisar ficar ‘sentindo estas coisas’ (SARAIVA, 2007, p.77).

Tarnovski (2004), observou que além dessas situações, seus informantes se casaram para, inconscientemente, concretizarem o desejo de ter filhos. Como foi o caso de Denis (47 anos) que tem duas justificativas para seu casamento heterossexual. Tinha vontade de ser pai e além disto, sofria pressão por parte de seu pai para dar continuidade ao nome de família através de filhos homens. Casou-se e teve três filhos, separou-se para viver com um rapaz, com o qual convive há 14 anos. Os filhos sabem de seu relacionamento homoafetivo e aceitam o companheiro do pai.

Também o casamento de Vera e Pedro se concretizou em função das condições impostas por seu pai e para a realização, inconsciente, do seu desejo de ser mãe, como podemos ver em seu relato:

*A gente tinha o maior tesão, mas no terceiro mês do meu casamento eu engravidei, ele ficou muito insatisfeito com isto e, **eu fiquei muito satisfeita porque eu era louca para ter um filho**". [...] **Eu nunca sonhei em casar e ter uma "família", mas sempre sonhei em ter filho.** Eu tive a filha que eu quis ter. Eu casei com o pai da Paula, morei com ele e tudo, eu separei ela tinha 9 meses de idade (grifo nosso).*

Segundo Vera, a gravidez foi um divisor de águas em seu casamento. Antes a relação era marcada por momentos sociais, lazer com amigos e vida sexual intensa. Durante a gravidez e após o nascimento da criança, a relação se transformou, chegando a existir maus-tratos e abandono por parte do marido, fatos que culminaram em sua separação:

***Com a gravidez Pedro perdeu todo o interesse pela relação.** O casamento ficou muito ruim, ele saía de casa e desaparecia por alguns dias, **voltava bêbado e me agredia fisicamente.** A criança nasceu e ele nunca ajudou com nada, chegava em casa de madrugada me batendo, eu acordava apanhando, sem saber porquê. Então numa dessas resolvi, peguei minha sacolinha, peguei a menina, fui embora e nunca mais voltei. Ela tinha nove meses..... fui morar lá perto da mamãe.*

O relacionamento conjugal de Vera e Pedro foi instável, seguiu o padrão de casamento que atende ao estereótipo de homem machista, beberrão, violento e mulher submissa. Estereótipo que reforça o clichê de que "homem não presta". Porém, pensar que o motivo para Vera vir a se relacionar com uma mulher, tenha sido o insucesso de seu casamento heterossexual e o não atendimento das expectativas de uma experiência amorosa, seria uma análise simplista. Não é o fracasso de uma relação heterossexual que sustenta ou motiva a homossexual, e sim, a identificação sexual originada na primeira infância, durante a vivência do Complexo de Édipo. Um dos sujeitos pesquisados por Saraiva, tendo saído de um

casamento heterossexual se pergunta: “*Eu sou ou fui uma pessoa heterossexual que se tornou homossexual? Não. Eu sempre fui uma pessoa homossexual que teve uma vida heterossexual, disto eu tenho certeza*” (SARAIVA, 2007, p. 81)⁵².

Ao abordar a temática da separação Vera sinaliza, mesmo que de forma inconsciente, o redirecionamento de seu desejo e sua identificação homossexual, ela afirma:

*[...] Era uma relação que ficou insuportável, porque não dava certo, então eu não senti que estava perdendo um casamento, um marido, nada disto.... Eu saí, senti que acabou, foi só isto, senti que meu caminho era outro, eu queria era pegar minha filha e pronto. Peguei minha filha e saí de casa. **Meu caminho era outro e pronto** (Vera, grifo nosso).*

Vera relata que após a separação Pedro reatou com sua ex-esposa e filhos. Raramente visitava Paula, “*ele não era carinhoso e nem atencioso com ela, marcava de ir buscá-la, não aparecia e nem dava explicações. Não se comprometia com os cuidados da filha e nem ajudava financeiramente*”. Contudo, com o passar do tempo, houve uma aproximação entre Pedro e Paula, que se consolidou um pouco mais em sua adolescência e vida adulta. Nos dizeres de Vera, dois fatores contribuíram para esta aproximação, o próprio crescimento da menina, que por ela mesma, cativou o pai e, a forma como Paula foi recebida pela mulher de Pedro. Em suas palavras,

[...] Paula sempre foi uma criança muito boa, muito linda, muito educada e muito na dela, que cativava a todos. Pedro sempre bebeu demais, quando ela ia para casa dele era a mulher dele que ligava para ela. Hoje a relação entre eles melhorou muito. Hoje ele é um pai que paparica ela, acho que ela é a filha predileta dele, é a filha que ele leva para conhecer as terras dele, o gado..... os negócios que ele faz no interior, tudo. Ela é o xodó da vida dele, em qualquer lugar ele enche a boca para falar que ela é filha dele..... Ele passou a ajudar no pagamento da escola dela e a comprar roupas, passou a dar uma espécie de pensão.

⁵² A gênese da homossexualidade ainda é discutida nos meios acadêmicos, e de modo geral, as explicações giram em torno das causas biológicas, psicossociais e culturais. Do ponto de vista da biologia, buscaram-se causas hormonais ou genéticas. No campo psicossocial, a noção da bissexualidade originária, é utilizada desde 1884 por autores que já anunciavam a existência de elementos masculinos e femininos em todos os seres humanos. Mas é Freud (1905), que afirma que o ser humano recém-nascido é, organicamente, homem ou mulher, mas, psiquicamente, torna-se homem ou mulher de acordo com suas identificações. No inconsciente, não existe nem masculino e nem feminino e para a Psicanálise, a conjugalidade funda-se na escolha amorosa inconsciente dos cônjuges e está pautada no direcionamento da pulsão. No campo da cultura, a homossexualidade é explicada como sendo um produto do meio, produzido culturalmente, de acordo com as características do ambiente, da política e dos costumes de cada época (PEREIRA, 2004).

Nota-se que a circulação libidinal entre Pedro e Paula foi facilitada por um agente externo (sua nova esposa). O comportamento de Pedro, embora não possa ser generalizado, costuma ocorrer entre os homens que se separam, como nos mostra Travis (2003), ao aprofundar no estudo das separações conjugais e recasamentos. A autora mostra que na situação familiar no período pós-divórcio há, em geral, um descomprometimento familiar dos homens em relação a seus filhos, o que de alguma maneira é reforçado pela valorização dada à relação mãe-filho, que, em sua opinião, “*parece concorrer para expulsar os homens da família desunida*” (TRAVIS, 2003, p. 35).

A separação é um evento crítico na família, provoca uma desconstrução do mundo em comum que foi projetado pelo casal quando no início da união, gerando frustrações e decepções. Representa um corte na estabilização da vida familiar que implica em transformações emocionais e comportamentais por parte de seus membros e definição de novos papéis. Além disto, quando ocorre o recasamento acrescenta-se na família as figuras do padrasto, madrasta, companheira ou companheiro dos pais, que não têm papéis familiares claramente definidos. De onde pode advir complicações ou conflitos surgidos a partir das novas uniões, que demandam elaborações por parte de todos os integrantes da família. Nem sempre o novo cônjuge ou os filhos das relações anteriores são incluídos facilmente na nova organização familiar (TRAVIS, 2003).

As famílias recompostas possuem características e especificidades que as diferenciam das nucleares. O ponto de partida para tal diferenciação é que nas recompostas, a díade conjugal antecede a díade parental e interfere diretamente na circulação pulsional de seus membros, independente do tipo de conjugalidade que é estabelecido na nova união, como podemos ver no segundo “casamento” de Vera.

Vera conheceu Carla no seu local de trabalho (há neste episódio uma repetição inconsciente).

Quando nos conhecemos no final de 86 eu nunca tinha tido uma experiência homossexual. Aí eu já a conhecia do lugar onde nós trabalhávamos. Um dia saímos juntas e me senti muito atraída por ela. Então a convidei para ir na minha casa e nós ficamos juntas lá em casa, e ela foi embora. Uma semana depois nós nos reencontramos e começamos a namorar. Saímos de férias e nesta viagem o nosso namoro consolidou mais. Quando voltamos das férias, eu morava numa casinha com minha filha, ela ia lá na minha casa e encontrávamos praticamente todos os dias depois do trabalho dela (Vera, grifo nosso).

No início da relação Vera morava com sua filha que tinha pouco mais de três anos de idade. Carla tinha apartamento próprio, mas residia na casa de seu pai, juntamente com ele e uma irmã. Um curto período de namoro foi suficiente para Carla convidar Vera para ir morar

com ela (na casa de seu pai). Para Vera, aceitar este convite foi a oficialização do casamento entre elas. A princípio, causa estranheza a permanência do casal na residência do pai de uma delas. Porém, é Carla que afirma ter sido educada pelo pai para atender o desejo dele de ter um filho do sexo masculino.

'Pô cara', eu senti culpa desde que eu nasci 'cara'..... Meus pais queriam um homem, e lá vem uma outra mulherzinha 'pô'. Eu era a quarta filha, eles já tinham três e queriam um menino, então eu nasci 'sacou'. Mas meu pai sempre quis um menino, eu fui criado como um menino, ele só me dava presente de menino, eu saía com ele, me dava bicicletas, estas coisas..... Meu pai sempre me chamou de filho homem dele, ele achava isto lindo, falou até a pouco tempo, antes de morrer. Ele não sabe o tanto que isto me custou, 'sacou'? Isto me custou entendeu? Eu nasci para ser o homem da casa, minhas irmãs sempre tiveram a maior relação de confiança em mim, uma relação de proteção (Carla, grifo nosso).

Como vimos, quando alguém deseja ter um filho, este, ocupa imaginariamente o lugar do objeto de desejo desta pessoa. Esta situação fica evidente na relação entre o pai de Carla e ela. Carla ocupa o lugar do menino que lhe foi imposto. Não sem questionamentos, mas a ele se sucumbe e, inconscientemente o aceita. Desse modo, ela se constituiu como sujeito. Em seu depoimento afirma que a aceitação de sua condição “masculina”, ocorre por volta dos 18 anos:

Eu por exemplo, eu era um menininho, desde pequena, bem antes, lá na minha juventude eu era um rapazinho, usava a camisa para dentro da calça, um dia eu cortei o cabelo, isto foi minha grande libertação, poder cortar o cabelo, eu era homem entendeu. Eu não era um homossexual que podia ser mulher não, eu tinha que ter sempre esta fixação, esta identidade masculina comigo. Era mais fácil eu ser um homem do que eu viver uma relação homossexual de fato.

Numa leitura psicanalítica podemos dizer que “cortar o cabelo igual a um homem” contribuiu para que ocorresse a identificação com o pai e a permitiu identificar-se como homossexual⁵³.

⁵³ Em psicanálise a identificação é um processo psíquico pelo qual os seres humanos passam para se constituírem enquanto sujeito (do inconsciente) e serem portadores de diferenças e desejos. Do ponto de vista conceitual, as identificações são realizadas por meio dos laços afetivos (amor e ódio) que são estabelecidos com o outro, durante o complexo de Édipo (LAPLANCHE, 1970).

A identificação homossexual se dá de forma diferenciada para cada sujeito⁵⁴. Uns se identificam e se autodenominam *gays* ou *lésbicas* mais facilmente do que outros. Freud (1905), mostra que isto ocorre porque alguns consideram sua homossexualidade natural e aceitam a orientação de sua libido. Outros, se revoltam contra a própria homossexualidade e lutam contra esta orientação. Freud, assim diz sobre a posição das “mulheres invertidas ativas”, elas “*exibem características masculinas, tanto física quanto psíquicas, com singular freqüência, e procuram, em seus objetos sexuais, a feminilidade*” (FREUD, 1905/1969, p. 143).

Para Carla, assumir a própria homossexualidade foi muito sofrido. Ela diz;

[...] Foi muito difícil né. Para sobreviver eu tive que assumir minha identidade (homossexual), e em Belo Horizonte, não era nem no Rio e nem em New York, ‘cara’, era Belo Horizonte... foi muiiiiiiito difícil ‘véio’, eu tive que fazer muita grana, tive que ficar muito bacana, tive que dependurar na parede todos os diplomas que as pessoas da nossa cultura dão valor ‘cara’, cumprir metas, ter emprego bacana, chefe..... estas coisas..... tinha que tampar a boca do povo cara..... tinha que calar a boca do mundo, eu tinha que assegurar que eu podia ser o que quisesse. [...] Acho que esta coisa de ser homossexual não passa pelo.... bom pelo menos comigo, é uma coisa muito doida, porque não é que eu desejo estar com uma mulher, que eu olho para uma mulher e sinto tesão, pelo peito que ela tem, pela genitália feminina, não é nada disto. Acho que é muito mais uma coisa minha, uma relação minha com a minha essência, do que o que vem de fora entendeu?. Eu pergunto: o que faz a gente ficar com uma mulher né? É uma pergunta interessante... o que faz uma mulher ficar com uma mulher né? Eu não sei....no meu caso, eu tive uma história né, eu tinha que ser um menino..... [...] Quando eu tinha 13 anos, meus amigos me chamavam de lésbica, de lésbica! Naquele tempo ser lésbica era o fim do mundo, era o fim do mundo cara.....era um horror! Além disto, eu era uma mulher atraente, bonitona, gostosa, pernuda.....então eu era atraente cara. Esconder isto era difícil ‘né’ (grifo nosso).

De modo geral, os seres humanos utilizam-se do prestígio, competência profissional, cargos políticos, dinheiro e poder, como substitutos do falo. Também os homossexuais buscam nestas substituições uma permissão interna (fálica) para assumirem a homossexualidade e, conseqüentemente, se relacionarem com o mundo e serem reconhecidos.

⁵⁴ A identificação sexual ocorre a partir do desejo e obedece ao destino da pulsão, que não tem um objeto definido. Não coincide, necessariamente, com o sexo biológico da pessoa e nem exige a presença de desejos por um outro do sexo oposto. Neste sentido, Freud, esclarece: [...] *a Psicanálise considera que a escolha de um objeto, independentemente de seu sexo, -que recai igualmente em objetos femininos e masculinos- tal como ocorre na infância, [...] é a base original da qual, como conseqüência da restrição num ou noutro sentido, se desenvolvem tanto os tipos normais como os invertidos. [...] A atitude sexual definitiva do indivíduo não se define senão depois da puberdade e é o resultado de numerosos fatores, nem todos ainda conhecidos, alguns são de natureza constitucional; os outros, porém, são acidentais* (Freud, 1905/1969, p.146, nota acrescentada em 1915).

Após alguns meses residindo na casa do sogro, o casal se muda para o apartamento de posse da Carla e imprimem uma nova rotina à relação:

*[...] então nós tínhamos uma vida normal, como qualquer família. Eu saía para trabalhar, ela também, minha filha ia para escola. Mas eu trabalhava menos fora, então eu tinha a dupla jornada de cuidar também da casa, lavava, passava, cozinhava, arrumava tudo. **Então como em qualquer outra família, nesta época, quem assumia as funções femininas tinha a mesma dupla jornada.** Ela vinha às vezes almoçar em casa, nós tínhamos uma vida normal (Vera, grifo nosso).*

Este foi o momento de definição dos papéis sociais entre o casal. Em nossa cultura, o sustento financeiro do lar historicamente, apesar das mudanças, ainda é reservado aos homens e as tarefas domésticas e os cuidados dos filhos, à mulher. Embora em uma família de mulheres, não caiba a tradicional divisão de papéis baseadas nas diferenças de gênero, percebemos que este padrão se mantém no universo investigado. Carla não participava da rotina da casa, trabalhava fora o dia todo e era responsável pelo sustento financeiro da família (papel do masculino). Além disto, não dividia com Vera os cuidados com Paula. Vera também trabalhava fora, mas se responsabilizava pelos cuidados com o lar (papel do feminino). A semelhança da divisão de tarefas delas em relação aos casais heterossexuais dá a Vera total liberdade para falar que sua família teve uma vida “normal”.

Em toda conjugalidade, a aceitação ou não do(a) companheiro(a) pelos membros da família extensa interfere no cotidiano do casal. Bem como, na forma de convivência deste com seus familiares e na circulação pulsional entre eles. A relação pode se dar de forma aberta e tranqüila quando a conjugalidade é aceita e aprovada pelos familiares. Nos casos de reprovação da conjugalidade, podem gerar resistências, dificuldades de convivência, discórdias entre os casais e suas famílias. Quando a rejeição é levada ao extremo, pode provocar o isolamento do casal em relação as suas famílias, ou ainda, provocar a separação do próprio casal.

Carla e Vera não ocultaram o relacionamento amoroso entre elas de suas famílias. Vera considera que seu jeito de ser conquistou toda a família de Carla e não tinha dificuldades de convivência com os mesmos. A família de Carla aprovou desde o início o relacionamento das duas.

*Eu já disse, **cresci para ser um homem**, inclusive pensei em fazer cirurgia para mudança de sexo, estas coisas. **Eu me sentia um homem.** Eu não sei se eles aceitaram ou engoliram né? Eu era brava demais, **eu me impus.** Tive outras namoradas antes da Vera. [...] No principio acho que eles gostaram mais da Vera do que de mim, gostam da Paula ‘prá caramba’, eles gostam delas demais. **Nós nunca escondemos nada lá em casa, e nem na casa dela. Eu não sei, acho que era normal, nos tratavam normal, acho que minha família incluía muito mais as duas na minha vida do que eu mesma...** (Carla, grifo nosso)*

Carla, entretanto, tinha muitas dificuldades de relacionamento e não conseguiu se incluir na família de Vera. Sentia que eram preconceituosos e tinham dificuldades para aceitá-la por este motivo. Esta situação dificultava sua convivência com a família de Vera.

Na família de Vera houve no princípio uma forte rejeição de seu novo relacionamento, principalmente, por parte de sua mãe e dos irmãos (homens). Seu pai e suas irmãs lhe apoiaram desde o início. Muitas vezes Vera sentia-se mais à vontade na família de Carla do que na sua própria. Destacamos na fala de Vera a sua identificação com o pai e situações de estranhamento com sua mãe. Em suas palavras,

*[...] no início foi difícil, **minha mãe tinha uma posição muito clara, ela não aceitava. Mas também, ela não aceitava tanta coisa da minha vida, que isto era só mais uma.** Ela me viu envolvendo com Carla e disse:- cuidado! tudo seu agora é Carla, só fala dela, só pensa nela, só fica com ela, o quê que está acontecendo?*
*- Eu disse, **mãe, porque você não me pergunta se eu 'tô' feliz? Eu 'tô', minha vida 'tá' legal, eu 'tô' feliz, 'tô' alegre.** Aí um dia ela me perguntou e eu disse que eu era namorada dela sim e que achava que não tinha nenhum problema isto, que eu 'tava' feliz. Minha mãe não acreditava, mas com o tempo, acabou aceitando, minhas irmãs mais velhas conversavam muito com minha mãe. **Meu pai não, eu era a filha predileta do meu pai, ele era um amigo meu, mesmo quando a Carla chegou na minha vida ele continuou meu amigo.** Ele falou com a Carla antes de morrer "cuida bem da minha filha". A cabeça dele era aberta, cabeça de Manoel Bandeira, Carlos Drummond, entendeu? ele não importava, ele não discriminava ninguém, ele era moderno, para ele no mundo cabia de tudo. Então meu pai me ajudou a não ter um sentimento de discriminação por isto. **Meus irmãos, os homens, tiveram muitas dificuldades** para me acolher e dividir seus programas comigo, vamos dizer, dividiam só com as famílias tradicionais. Um dia eu reclamei isto e meu irmão falou: estou vendo que você está magoada, mas você há de convir que também com um 'pitbull' do lado era muito difícil que você quisesse que a gente tivesse momentos de lazer e de soltura com você. Isto me fez pensar que eles tiveram dificuldades de aceitar o jeito da Carla e não o fato de eu ser homossexual entendeu (Vera, grifo nosso).*

As informantes foram questionadas se sentiam vítimas de preconceitos elas afirmaram:

*[...] Olha... eu não sei, como a Carla era uma pessoa muito difícil, eu não sei se as **dificuldades que enfrentamos foram causadas pelo preconceito ou por causa do jeito dela.** Nunca perdemos amigos por causa da homossexualidade, nossas amizades eram muito verdadeiras. Nossos vizinhos sempre nos tratavam bem, **quando descobriam que éramos um casal, já era tarde, eles já gostavam da gente, de mim e da Paula e já sabiam lidar com a Carla.** Na nossa casa sempre teve cama de casal, nós nunca escondemos de ninguém e eu não deixei de fazer nada na minha vida por causa disto. Na família da Carla quando a gente ia para o sítio do pai dela tinha um quarto só para nós e outro para Paula, ninguém implicava. Quando a gente viajava, nós ficávamos em um quarto e a Paula em outro. Para a Paula eu não sei como que foi, não sei se ela foi discriminada por causa disto. **Tinha um preconceito na família do pai dela porque ela era meia irmã entendeu? E não porque eu era homossexual.** Na escola por exemplo tudo que tinha de fazer eu fiz. Algumas amigas dela dormiam lá em casa, era tudo normal, tranquilo (Vera, grifo nosso).*

Carla,

*Sofremos preconceito sim, totalmente! Na minha família não, porque era minha família. Não sei se eles aceitaram ou se engoliram... Mas na família da Vera tinha, eles achavam que ela era **heterossexual e que a gente encontrou por acaso. Então, eles tinham o maior preconceito, mas ninguém fala não entendeu, porque é feio falar que tem preconceito.** Acho que a Paula também deve ter sofrido muito com isto, principalmente na família da mãe dela. [...] As pessoas têm que aceitar a diferença, ser diferente não quer dizer que tem que ser melhor ou pior não, apenas ser diferente. Mas, o pior é que a **tendência do mundo é a exclusão** (Carla, grifo nosso).*

E Paula assim avaliou:

***Diretamente eu acho que não sofri, mas indiretamente pode ser... Quando eu era pequena eu sentia por parte da mulher do meu pai que ela me tratava diferente, eu tenho um irmão e uma irmã por parte de pai e ela não me deixava tomar banho com meus irmãos. Mas eu nem sabia na época, mas eu acho que é porque ela não sabia como que eu era educada. Não sei o que ela achava, mas devia comentar alguma coisa.... Eu acho que quando eu era criança o fato de ter duas mulheres pode ter feito diferença, eu não levava meus amigos lá em casa, mas era porque a Carla não gostava de receber pessoas e não era pelo fato delas estarem juntas entendeu. Para mim, a diferença vem das pessoas de fora. Os meus amigos eram meus primos, aí não tinha problemas, éramos todos da família. Meus avós viam minha família de uma forma tranqüila, isto não foi complicado. Meus tios são todos doidos.... As pessoas de fora que conheciam a gente já sabiam, então não tinha problema** (Paula, grifo nosso).*

Há nitidamente uma discordância entre elas. Vera e Paula não identificam com certeza se, sofreram ou não preconceito, enquanto Carla afirma, categoricamente, que sim. Isto aponta para singularidade de cada sujeito, a percepção e vivência do preconceito são muito particulares. O que atinge uma pessoa não necessariamente atingirá a outra, ou será percebido com a mesma intensidade. Porém, parece que, inconscientemente, elas utilizam de algumas estratégias para evitar o preconceito. Por exemplo, Vera trata bem todas as pessoas para, conseqüentemente, ser bem tratada. Procura não ocultar a homossexualidade, acreditando que, a partir do momento que esta passa a ser visível, passa a ser respeitada e deixa de ser motivo para comentários desagradáveis, futuras chacotas e comportamentos homofóbicos. Não vê a presença de atitudes preconceituosas por parte de seus familiares, numa tentativa de negar a realidade e assim incluir Carla nos programas de sua família de origem.

Estes acontecimentos nos mostram que existe uma ambigüidade na forma como o preconceito interfere na circulação pulsional familiar. Em alguns momentos, é visível sua interferência, trazendo conseqüências negativas, em outros não, pois não são as críticas externas que direcionam o desejo.

4.1.2 A história de Ellem

Jean (45 anos, Ensino Médio) foi o primeiro marido de Ellem. Eles eram ainda adolescentes (18 e 15 anos respectivamente) quando namoraram e, após um ano, se casaram (ela com autorização dos pais). Indagada por que se casou tão cedo, se havia sido pressionada pelos pais, ela responde convictamente: *Não! Ele foi meu primeiro namorado, eu casei por que eu quis!* Perguntei ainda; se naquela época já havia sentido alguma atração por outra mulher e, se por acaso, casou-se para “esconder” algum desejo homossexual. Para qual respondeu: *“Não! Isto para mim era um horror! Só me sinto homossexual com a Mara, não sinto atração por outras mulheres”* (grifo nosso). Ellem não se denomina como homossexual e tem dificuldades para se assumir como tal. Aparentemente, identifica-se com o feminino, como pode ser percebido em seus gestos, maneira de vestir, gosto por jóias e bijuterias, profissão e ainda, pelo próprio fato de ter assumido a maternidade. Atributos que estão de acordo com o padrão de gênero destinado às mulheres.

Ellem e Jean permaneceram casados por doze anos. Tiveram três filhas, Regina (24 anos, Ensino Médio), Taísa (18 anos, Ensino Médio) e Ana (14 anos, Ensino Médio em curso).

Ellem avalia negativamente este relacionamento. Além da insatisfação sexual, queixa que sua vida de casada se resumia aos cuidados domésticos, das filhas e à subserviência ao marido.

Ele foi o primeiro e único homem que eu tive, nossa relação sexual existia, mas, não me satisfazia, faltava algo, não tinha tesão. Ele era muito seco, tinha que ser na hora que ele queria, do jeito que ele queria. Era muito ruim, eu achava isto horrível. Eu pensava em separar, mas tinha medo de ficar sozinha, nunca tinha trabalhado, fui agüentando... (Ellem, grifo nosso).

Somado a isto, Ellem reclama também da “falta” de atenção de Jean, alegando que ele se importava mais com a sua família de origem do que com ela e as filhas. *“Nem quando eu fui para o hospital para ter as meninas ele foi comigo, e quando fui ter a Ana, eu fui sozinha”*.

No entanto, a separação se deu por iniciativa de Jean, motivado por um outro direcionamento de seu desejo. Ele apaixonou-se por outra mulher, com a qual realizou sua recomposição familiar. Neste relacionamento teve mais três filhos e convive com esta família até hoje. A separação foi um processo doloroso para Ellem, que afirma:

[...] na época da separação, quando ele saiu de casa, foi tudo muito conturbado, o mundo acabou pra mim. Ele falou que não gostava mais de mim, que gostava de outra mulher, ele 'tá' com ela até hoje. Ele falou que eu ia ter de cuidar sozinha do bebê que ia nascer, sem a ajuda dele. E, depois que o bebê nascesse eu ia ficar um 'bicho'. Nesta época eu conheci a Mara, mas não tínhamos nada haver. Depois de dois meses de separada foi que nós ficamos juntas e, eu estava grávida da Ana (grifo nosso).

Como pudemos ver, o casamento heterossexual de Ellem também atendeu ao estereótipo machista, com a dominação masculina e submissão feminina, como o ocorrido no relacionamento de Vera e Pedro.

Seu interesse por Mara é despertado quando ainda está casada, porém a consolidação de seu relacionamento homossexual se deu após sua separação, Ellem declara:

No princípio foi muito difícil para eu aceitar que estava ficando apaixonada por uma mulher. Eu achava que era uma brincadeira, fiquei curiosa. Um dia eu perguntei pra ela: - 'como é ficar com você ?' e ela respondeu: - 'você fica que você vai ver'. Nem me passava pela cabeça ficar junto de uma mulher, quando vi, estava ficando sério. Tive muito medo, eu pensava: 'como vai ser para as meninas? para meu ex-marido? Foi difícil aceitar. Tinha muito medo de perder minhas filhas por estar gostando de uma mulher (Ellem, grifo nosso).

A concepção de brincadeira não se fez presente no olhar de Mara:

Quando eu conheci ela, ela já estava grávida da Ana, desde o início eu ajudava nas dificuldades, já tinha intenção de ficar com ela. Neste momento eu não tive dificuldades com isto [com o fato dela ter outras duas filhas e estar grávida], sempre fui muito carinhosa com ela e as meninas. Ela imaginava que seria uma aventura e eu sempre quis coisa séria. Eu falei pra ela: ou você vai para o meu humilde barraco ou a gente acaba e aí ela veio. Eu tive que conversar muito com ela, falar que as filhas dela não deixariam de ser dela. (grifos nosso).

Saraiva (2007), verificou que entre os sujeitos por ele pesquisados, vários se referiram aos seus primeiros encontros homossexuais como 'brincadeira' ou 'aventura', entendidas pelo senso comum, como algo desprovido de seriedade. Estes significantes diziam de uma prática sexual sem compromissos ou vinculação afetiva, de experiências sexuais pelo prazer e pelo sexo, desconectado do afeto. Porém, os mesmos sujeitos relatam que, à medida que os encontros se tornam mais frequentes e mais íntimos, deixam de ser uma brincadeira e passam a ser 'algo mais sério', passam a ser considerado um 'encontro de verdade', 'amor de verdade', possibilitando a vivência do amor e da cumplicidade.

A brincadeira é interpretada na psicanálise, como uma realização imaginária do desejo recalçado, por meio dela, pode-se driblar o direcionamento das pulsões e assim, gerar menos

ameaças e conflitos. Como lembra Saraiva (2007), a brincadeira e aventura sexual estão articuladas aos jogos eróticos infantis⁵⁵.

Para Ellem, somente a partir do momento que o relacionamento tomou uma proporção maior, “*ficou sério*”, foi que assumiu a reconstrução de sua vida amorosa ao lado de Mara e foi morar na residência desta última, levando consigo suas filhas. Entretanto, Regina, então com doze anos, percebeu a relação homoafetiva de sua mãe, não aceitou e quis ir morar com a avó paterna. “*Ela nunca morou conosco mas sempre vem aqui. Hoje ela tem 25 anos, é casada e convidou a Mara para ser madrinha de casamento dela. Ela hoje aceita numa boa*”.

E complementa:

*[...] Minha outra filha, a Taísa, que estava com cinco anos, não tinha noção do meu relacionamento com a Mara. Mas meu ex-marido desconfiou e me perguntou se nós duas tínhamos alguma coisa haver e nós falamos que sim. **Aí ele levou a Taísa de mim.** Ele no início teve muita dificuldade de aceitar. Ele nunca foi agressivo, mas levou a Taísa para casa da mãe dele. Eu quase morri quando ele levou ela. **Eu lutei, tentei trazê-las por várias vezes, até à força.** Pela lei, a guarda delas era minha, eu insisti muito para ela ficar com a gente, **mas ele não deixou.** Ela adora a avó, mas ela vem cá e também gosta muito da Mara. **Ele tentou levar também a Ana, à força, ela foi chorando e esticando o braquinho.** Ela tinha menos de um ano, **mas ela ficou lá só um dia, não comeu nada e não parava de chamar a Táta, é assim que ela chama a Mara até hoje!** Então ele trouxe Ana de volta e nunca mais tentou tirar ela da gente. Acho que o Jean agiu assim, tirando as meninas de mim, para fugir de dar pensão. A família dele aceitou bem a gente, hoje ele mudou muito, dá recado ‘prá’ gente ir na casa da mãe dele. **Ele paga algumas coisas para a Ana, mas raramente ele vem ver ela** (Ellem, grifo nosso).*

Ellem não esconde sua dor por não ter tido permissão para continuar educando suas filhas, mas, aceita esta condição. O que pode ser analisado, antes de tudo, como uma

⁵⁵ Para a criança, segundo Freud, a brincadeira é considerada uma atividade muito séria. “*O brincar da criança é determinado por desejos: de fato, por um único desejo – que auxilia o seu desenvolvimento -, o desejo de ser grande e adulto*” (FREUD, 1908/1969, V.9, p.151). O que pode ser traduzido para o desejo de amar e ser amado. Enquanto brinca, a criança cria um mundo próprio, em que pode reorganizar suas vivências e conflitos de tal forma que, lhe permita suportar o desprazer e obter prazer. Ou seja, o brincar permite a satisfação do desejo (mesmo que de forma ilusória ou fantasiosa). Sendo assim, a criança, tal como o escritor criativo, investe na brincadeira grande quantidade de emoção, porém ela sabe separar o real do imaginário. Estes motivos fazem com que as experiências vividas nos jogos e nas brincadeiras, sejam estruturantes para o desenvolvimento psíquico do ser humano. Na brincadeira a criança está na posição de sujeito falante, ela investiga o mundo do adulto e representa vários papéis, inclusive, os papéis sexuais. Assim, no brincar encontramos a dimensão do risco e do prazer, presentes também na atração sexual da vida adulta. Deste modo, a atração sexual é também um jogo. Em outro texto, também de 1908, “*As teorias sexuais infantis*”, Freud, nos mostra que as crianças realizam jogos sexuais com o intuito de testarem suas hipóteses sobre os mistérios do sexo, as origens dos bebês, o casamento e a vida sexual dos adultos. Entretanto, para o adulto, o brincar representa uma futilidade, uma atividade não-séria e por isto, sem valor. Então, o adulto pára de brincar e substitui suas brincadeiras pelas fantasias, mas “*o adulto se envergonha de suas fantasias por serem infantis e proibidas*” (FREUD, 1908/1969, v. 9, p.151). Por isto, precisamos romper com a idéia de que o brincar é uma atividade que serve apenas como diversão. O brincar está associado, pelas tramas do inconsciente, aos desejos eróticos.

autopunição pelos sentimentos implícitos de; culpa, medo, insegurança e vergonha, de ser homossexual. Expresso na fala: “*tinha medo de perder minhas filhas por estar gostando de uma mulher*”. Ficar sem as filhas é uma coação sutil, uma exigência, inconsciente, de reparação. De alguma forma, estar neste lugar (de vítima, de não poder ficar com as filhas porque o ex-marido não aceitou sua opção sexual), a (des)responsabiliza e a (des)culpa. Por outro lado, a postura de Jean, tem o significado de aumentar o poder e a forma de controle da heterossexualidade e omite, por sua vez, sua dificuldade em lidar com a própria angústia da separação, bem como, com a própria sexualidade. Há na sua recusa e nos seus atos, porque não dizer, violentos, de manter afastado o que o lhe incomoda e causa desconforto.

Em seguida, Ellem compara seu casamento atual com o anterior dizendo:

[...] hoje meu casamento é muito melhor do que o primeiro, meu casamento é ótimo! Nós saímos pouco, mas sempre saímos juntas, Ana está sempre do nosso lado. Eu trabalho fora, tenho o meu dinheiro, sou valorizada, eu virei outra pessoa, me sinto útil. Hoje sou feliz no meu casamento e na relação com minhas filhas. Minha vida ‘tá’ muito melhor, não tem nem comparação. Mas eu já falei que no início foi muito difícil. Eu tinha muitos medos... (grifo nosso).

Ellem conclui que, mesmo não tendo criado suas filhas, não perdeu o contato com as mesmas e não deixou de ser mãe delas. Elas a valorizam e a reconhecem como mãe, bem como, reconhecem o papel e a importância de Mara em sua vida. “*Elas não deixaram de ser minhas filhas, elas aceitam a gente numa boa, mas, do lado afetivo, eu queria elas mais perto de mim. Disto eu sentia e sinto muita falta delas* (Ellem, grifo nosso).

Entretanto, Ellem critica o fato de ter sido impedida de criar e educar suas filhas, devido sua orientação sexual. Ela afirma:

Taísa é hoje um problema, o pai e a avó arrependeram de tê-la tirado de mim. Eles têm muitas dificuldades com a Taísa. Ela não tem regras, não quer estudar e nem nada... eles reclamam e falam que se ela tivesse ficado comigo, hoje seria diferente. Faltou regras e conversas com ela, em síntese, faltou eu do lado dela. Mas o que eu pude fazer? Eu tentei muito! Hoje ela não vem morar aqui porque aqui tem regras, tarefas, tem que estudar. Ela não aceita regras. Lá é muito tranquilo, ela come, dorme, sai e faz o que quer, na hora que quer, não tem obrigações em casa. Eu deveria ter brigado mais por ela, se ela tivesse ficado comigo não estaria assim, teria sido diferente... (grifo nosso).

Este fato exemplifica e confirma que não é simplesmente a orientação sexual de quem cuida da criança o responsável pelo seu desenvolvimento psicossocial (CECCARELLI, 2002; ZAMBRANO, 2006).

No que diz respeito ao posicionamento de suas famílias de origem sobre a

constituição da recomposição familiar homoparental, na família de Mara, o relacionamento das duas é aceito. Mara declara:

*Quando perguntam ‘prô’ meu pai quantos filhos ele tem, ele responde: **Eu tenho 5 homens e 1 sapatão, se juntar os 5 homens não dá nem o dedinho do pé dela!** Nós não demonstramos nenhum carinho na frente deles ou das meninas, achamos melhor para convivência. Meu pai me valoriza por causa disto. Já minha família não aceita o meu irmão que é gay como me aceitam, porque ele tem manifestações de carinho na frente da família. Eu pergunto ‘prô’ meu pai porque ele não aceita o meu irmão ser gay e me aceita? Ele responde: **é porque eu já te conheci assim, você veio ao mundo assim...** [referindo-se ao seu jeito masculino]. **Eu desde os 7 anos era isto que eu sou hoje, eu pensava que se meus pais soubessem** [da sua identificação homossexual] **eles iam me bater. Eu quando fiquei adulta sai de casa, morei 6 anos em São Paulo com outra mulher. Quando voltei para casa ele perguntou: - cadê o resto? quer dizer, ele estava perguntado pelos netos, marido, etc, né? aí eu falei: - eu trouxe uma nora para o senhor conhecer, se o senhor quiser me bater eu aceito. Mas ele falou: - minha nora pode entrar, eu não te bato. A minha mãe também sempre aceitou. Depois eu me separei desta mulher, e quando comecei a ficar com a Ellem, de cara, todos gostaram muito dela e tem muito carinho com a gente** (Mara, grifo nosso).*

Identificamos que nesta fala de Mara há também um pedido, inconsciente, de punição que denuncia o sentimento internalizado pela culpa de ser homossexual. Entretanto, a aceitação de seu pai pode ser interpretada como a autorização necessária para assumir sua identificação homossexual e os traços identificatórios masculinos, expressos em seu modo de vestir, postura corporal, tipo de corte de cabelo, profissão, e até mesmo na maneira como fala de si mesmo, no gênero masculino. Ao ser questionada sobre o que a leva a falar de si utilizando o artigo masculino sua resposta foi: *“ah! Sei lá! **eu me sinto assim, meio homem, nem percebo que falo assim, você que ‘tá’ me mostrando isso**”. **Acho que é porque eu me sinto homem.** Neste momento Ellem completa: *“eu também sinto ela como homem, só quando ela ‘tá’ doente é que eu vejo a carência feminina nela. Eu não, eu não me sinto homem, eu gosto de me vestir como mulher mesmo”*.*

Na família de Ellem, ao contrário, a reação inicial (e que permanece até hoje), é de total reprovação e rejeição do seu relacionamento homoafetivo. Fato que provocou seu afastamento de seus familiares. Em seus dizeres,

*[...] eles não aceitam de jeito nenhum, então **eu deixei eles para lá e não procuro eles ‘prá’ nada.** Vivo minha vida para cá e eles pra lá. Eles também não me procuram, só quando tem pepino lá que eles me procuram, mas eu não vou lá. **Só que o carinho da família é sempre importante, eu sinto falta sim.** Mara sempre me incentiva a ter mais contato com eles, mas eu não vou, porque eles não aceitam ela e sozinha eu não vou. [...] Teve o casamento de três sobrinhos meus e o convite veio assim: para Ellem e filhas. Para quem sabe ler, um pingo é letra! Eles*

*deixaram bem claro né, a Mara não foi convidada. Então eu não fui (Ellem, grifo nosso)*⁵⁶.

Ellem avalia sua família de origem como preconceituosa. Vê isto em pequenos gestos e acontecimentos, principalmente, nos sociais. A manifestação do preconceito familiar provoca em Ellem grandes sofrimentos, relativos ao sentimento de rejeição. Porém, parece não interferir na circulação pulsional existente entre ela e Mara, mesmo com a forte rejeição, continua amando sua companheira e encontra nesta relação compensações para a “falta da aceitação familiar”.

Ainda em relação ao preconceito, ambas declaram que se sentem vítimas do mesmo, porém, consideram que este ocorre de forma sutil e camuflada. Elas exemplificam;

[...] acho que nossos vizinhos já se acostumaram e aceitam a gente, gostam da gente e não faltam com o respeito, mas sentimos que há preconceito sim. Por exemplo, quando tem uma festa de aniversário na área, todo mundo é convidado e a gente não. Eu já sofri muito com estas coisas, mas hoje não ligo. No início minhas filhas também sofreram preconceito, as pessoas falavam para elas: - sua mãe é sapatão, ela mora com sapatão. Elas reclamavam comigo disto e ficavam sem jeito, eu falava para elas não dá idéia, não discutir e não brigar por conta disto. Até hoje ainda tem uns engraçadinhos, mas elas não reclamam mais comigo, elas já sabem se defender (Ellem).

[...] temos também dificuldades com casais no bar, as mulheres têm ciúmes da Ellem, porque ela é muito bonita e chama a atenção dos homens. Então elas acham esquisito, quer dizer, elas ficam pensando: esta mulher vive com outra mulher, mas pode ser que ela fique de olho no meu marido, acho que é assim que elas pensam. Tem também algumas mulheres que me tratam bem, mas tem outras que não aceitam mesmo e vão embora do bar (Mara).

Ellem e Mara, declaram que têm medo de serem agredidas e para evitarem atos preconceituosos e homofóbicos não têm nenhuma demonstração de carinho em público, bem como, não frequentam ambientes destinados aos *gays*⁵⁷. O que pode ser interpretado, como

⁵⁶ Encontramos outros casos em que os homossexuais se vêem obrigados a se afastarem de suas famílias de origem, devido a não aceitação da homossexualidade. Muitos mudam de localidade para não terem que conviver com o descaso e o preconceito familiar. Ou ainda, optam por esconder a homossexualidade e viver seus relacionamentos na clandestinidade, o que dificulta o estabelecimento de vínculos estáveis e duradouros. Assumir a homossexualidade não é fácil para muitos, pois ao se assumirem, precisam estar aptos a enfrentarem a rejeição, discriminação e marginalização, que muitas vezes, começam dentro de casa. Ainda é pequeno o grau de apoio familiar sobre as relações homossexuais, apesar de estarmos vendo alguns avanços nesta esfera (TARNOVSKI, 2004; NUNAN, 2007).

⁵⁷ Paiva (2007), mostra que há uma diminuição da frequência de utilização dos lugares marcados como territórios *gays*, ou “mundo *gay*” por casais de homossexuais casados. Estes lugares são mais frequentados por homossexuais solteiros em busca de novos encontros e fazem parte de uma cartografia das trajetórias amorosas. À medida que os pares se formam e firmam uma relação mais séria, saem dos guetos e passam a frequentar outros territórios, não demarcados para os *gays*, os espaços comuns das cidades e, intensificam suas relações

uma estratégia, inconsciente, de evitar o preconceito.

*[...] Tem gente que acha que nós somos irmãs de tão reservadas que nós somos! Não mostramos afetividade em público, nada! A gente acha que não precisa publicamente. Também não falo no meu trabalho que eu vivo com uma mulher, eu procuro não expor minha vida pessoal no trabalho, fico na minha. **Mesmo porque ninguém fica falando que é heterossexual.** Se alguém descobrir, tudo bem, mas, se não, eu não falo. Não vem amigos nossos aqui em casa. Não recebemos visitas, mas não é para evitar que saibam que somos casal, é porque é nosso jeito, somos caseiras, reservadas e temos poucos amigos (Ellem, grifo nosso)⁵⁸.*

Mara, mesmo não se importando com sua imagem de ‘sapatão’, tem uma preocupação, juntamente com Ellem, de não tornar pública a identidade homossexual do casal. Elas preferem ter uma reserva sobre seu relacionamento para se preservarem.

*[...] Eu já falei que nós não participamos e nem gostamos de ‘ambiente gay’, gostamos de sair em **lugares onde tem gente normal.** Tenho um irmão que é gay, um dia ele nos chamou para ir numa boate, eu não sabia que era de gay. Eu achei estranho. Ele disse: - aqui vocês podem ficar à vontade, aqui o ambiente é nosso. - Eu falei: - ambiente meu é na minha casa! E fomos embora. (Mara, grifo nosso)*

Paiva (2007), nomeou esta situação de “*ética da reserva e discrição*”, analisada por ele como uma prática micropolítica, em que os homossexuais fazem uma economia (reserva da intimidade). Eles assim o fazem porque consideram a exposição da homossexualidade desnecessária e, não porque queiram guardar segredo da mesma. Esta atitude possibilita aos homossexuais uma “*fluidez de movimentação nas micro-redes relacionais de que participam*” (PAIVA, 2007, p. 32). Concordamos com Paiva, a discrição é um modo de evitar a discriminação e, acrescentamos, os homossexuais evitam a exposição para se preservarem narcisicamente e serem mais facilmente aceitos, confirmando a presença do narcisismo das pequenas diferenças na sociedade, tal qual nos apontou Freud (1930)⁵⁹.

com as famílias e amigos heterossexuais, passam a participar da vida social de forma mais ampla, misturando-se aos cidadãos que eles denominam “normais” (leia-se heterossexuais), favorecendo o sentimento de também serem “normais”.

⁵⁸ Relatos semelhantes foram dados por informantes de outro estudo: [...] *somos assumidos, mas não queremos exposição. Tentamos o máximo possível ter uma vida normal, misturada com as outras pessoas, sem querer destacar que somos um casal gay. [...] só porque você é gay você tem que se expor? [...] a gente não tem esta preocupação de esconder dos outros [...] é muito evidente, mas ninguém precisa falar sobre isto. [...] somos pessoas comuns.* (PAIVA, 2007, p. 32)

⁵⁹ Medeiros (2006) e Garcia *et al* (2007), observaram que aqueles homossexuais que sentem necessidade de se manterem discretos têm, na maioria das vezes, uma postura não militante. Ao contrário, os militantes não temem a exposição e se engajam pela causa da visibilidade e aceitação da homossexualidade. Estes, têm uma consciência político-social e são mais ativos. Porém, a militância, pode também ser interpretada como uma

Por sua vez, Ana não sente ação direta do preconceito sobre si mesma, mas considera que o mesmo existe e tem muita força no social. Ela não aceita o preconceito, seu posicionamento é firme. Tem clareza e argumentação política contra as manifestações preconceituosas, mostrando ter uma visão de cidadania e dos direitos humanos (postura que provocaria inveja em muitos filhos de casais heterossexuais, que reproduzem os preconceitos de seus pais). Ana assim responde quando questionada se, se sente vítima do preconceito:

*[...] Não! meus amigos não ficam fazendo chacotas, perto de mim eu não vejo. Eles sabem, já desconfiaram do relacionamento da minha mãe, mas não fazem comentários, pelo menos nunca chegou nada para mim. **Mas eu acho que tem preconceito sim.** Eu apóio os homossexuais, eu respeito, **acho que tem muito preconceito e as pessoas não apóiam porque não conhecem a homossexualidade.** [...] Eu quero falar para aqueles homossexuais que ainda não se assumiram que eles têm que assumir, que **a homossexualidade é normal.** Eu acho que os brasileiros têm que aceitar a homossexualidade. Lá fora, nos outros países, a homossexualidade já é normal, mas aqui tem ainda preconceitos, tem que ter as paradas gays. Eu acho que a parada gay é legal, mas se não tivesse preconceito, não ia precisar nada disto. Os brasileiros têm que aceitar mais. Eu quero falar para sociedade, eu quero deixar uma mensagem: **todo mundo tem que aprender a respeitar e aceitar as famílias homoparentais, apesar de ser diferente, de ser de homossexuais, somos todos iguais.** Eu acho que é isto. Não sei a palavra, mas acho idiota este negócio de preconceito, tem que acabar com isto (Ana, grifo nosso).*

O posicionamento das informantes em relação ao preconceito mostra, mais uma vez, a ambivalência do mesmo, no que diz respeito à sua interferência na circulação pulsional do casal. Notamos que a interferência é menor quando o preconceito vem do entorno social e maior quando se origina nas famílias extensas de cada um dos membros. Entretanto, cada família encontra uma saída para lidar com o preconceito, ou, para evitá-lo, e assim, se organizam e se amam, apesar da existência do mesmo.

4.3 Implicações psíquicas do redirecionamento do desejo

A recomposição familiar, seja no arranjo da homoparentalidade ou da

formação reativa, no lugar do medo, aparece o excesso de coragem. Não temos elementos suficientes para aprofundarmos nesta análise, apenas gostaríamos de apontar para esta possibilidade.

heteroparentalidade, poderá ocasionar experiências conflituosas, desorganizações subjetivas e objetivas. Isto faz com que todos os envolvidos tenham que encontrar uma outra maneira para se reorganizar e estabelecer uma nova ordem, um novo posicionamento. Por isto, discutiremos neste tópico, a formação das relações parentais na recomposição familiar homoparental, destacando o lugar do filho, dos pais biológicos e da companheira. A definição de família para os integrantes desta organização também será contemplada.

No que diz respeito à aceitação do filho de uma relação anterior, observa-se que, em qualquer nova conjugalidade, esta é uma questão delicada. Em muitos casos, pode ser alvo de conflitos nas recomposições familiares, uma vez que, o filho traz à tona a existência de um envolvimento afetivo-sexual anterior à relação atual. Isto faz com que, imaginariamente, o novo cônjuge tenha que “matar” o anterior e, como se isto não bastasse, muitas vezes, tem ainda que assumir a responsabilidade parental (que nem sempre é facilmente dividida na nova parceria) sobre um filho que não é seu. Esta situação pode gerar angústia, insegurança, ciúmes, raiva, culpa, entre outros sentimentos.

Este é um ponto importante para este estudo, pois se o nosso foco é a circulação pulsional, o desejo pelo filho do outro é fundamental na definição dos espaços que cada um ocupa na economia psíquica da família. Travis (2003) nos mostra que os filhos de uma relação anterior de um dos membros do casal, bem como, a necessidade do relacionamento com os ex-cônjuges em função do bem estar dos mesmos, constituem uma das características marcantes das famílias recompostas, apontados por pesquisadores de famílias, como pontos problemáticos na adaptação dos novos cônjuges. Além disto, uma outra particularidade de qualquer família recomposta é a construção do lugar que o novo cônjuge ocupará.

4.3.1 A circulação pulsional na família de Vera

No caso de Vera e Carla, os espaços na nova triangulação foram difíceis de serem conquistados e a presença de Paula influenciou fortemente a circulação pulsional entre elas. Havia explícito o ciúme e a competição por parte de Carla, que tinham como pano de fundo, o sentimento de ameaça e o peso provocado pelo medo constante de: por um lado da perda do seu objeto de desejo pela presença de Paula. Por outro lado, o risco eminente de Vera perder a guarda da filha por sua causa.

A não aceitação de Paula por parte de Carla gerou muitos conflitos entre as duas, para

Vera:

[...] esta parte da história foi mais difícil. Por exemplo, não sei, eu fico vendo assim, uma mulher que separa com um filho encontra um companheiro e reclama: ah! Meu companheiro não aceita meu filho, não aceita minha filha... Isto não é um privilégio das relações heterossexuais, as relações homossexuais seguem o mesmo caminho. Carla tinha muita resistência com minha filha, entendeu..... Tinha ciúmes Ela não adotou a Paula, ela competia. Era muito ruim lidar com isto, com esta diferenciação para Paula, mas eu não sabia fazer frente a isto. Ao mesmo tempo, a gente era um grude, uma cola uma com a outra. Quando eu a conheci e formei uma família com ela, isto dela não aceitar minha filha foi um choque, eu achava que uma mulher quando amava a outra não existia este tipo de problema. Eu ficava angustiada, revoltada com ela. Eu tentava conversar, perguntava: - o quê está acontecendo? Você está com ciúmes? - Ela tinha uma posição competitiva com minha filha. Uma posição de não assumir entendeu?... Ih era uma relação assim, mais marcada pela negação, por uma “dificultação” (sei lá se existe esta palavra) do cotidiano do que por uma facilitação. Nós já conversamos sobre isto, hoje ela entende muito isto, ela acha que ela foi assim mesmo e que não conseguiu ser diferente e quem mais perdeu com isto tudo foi ela, se ela tivesse uma relação melhor com a Paula todas nós podíamos ter aproveitado mais (Vera, grifo nosso).

Sob o ponto de vista de Carla,

Bom, para mim, foi muito difícil ter uma criança na relação, porque eu ainda sou do tempo que homossexual tinha culpa de ser homossexual. [...] Eu por exemplo tive muita culpa, culpa da sociedade, culpa de tudo né. Então quando pintou a Vera com a Paula, era ‘miiiiiiiito’ complicado, como é que eu ia fazer? Primeiro, a qualquer momento a Vera podia perder a guarda da filha, porque ela estava vivendo com uma mulher. Isto a lei favoreceria o pai da Paula em qualquer situação. Isto gera uma situação terrível, porque como que você ‘tá’ com uma pessoa, amando esta pessoa e colocando ela em risco, dela perder o que lhe era mais caro? Isto foi muito difícil, era uma coisa da qual eu tinha que me defender demais sabe. Então tudo, esta dificuldade toda, isto refletia na minha relação com a Vera. Eu não aceitava a Paula de jeito nenhum, eu competia com ela. Então, competia porque ‘porra’, também eu não tinha culpa disto né bicho, disto tudo que estava acontecendo, de estar amando a mãe dela, da mãe dela ‘tá’ comigo e etc né. Eu me sentia tão ameaçada na relação que eu tentava nem enxergar a Paula entendeu. [...] Então eu comecei a observar que não é porque eu era mulher que eu tinha dificuldades em aceitar a filha dela não. Eu vi que muitos outros casais que tinham relacionamentos com outras pessoas que já tinham filhos, também tinham uma série de problemas, como eu tinha com a Paula. Eu vi que, quem não tinha filhos, tinha muitas dificuldades com os filhos dos outros. Então foi legal eu ver isto, porque eu somava isto na minha culpa, dentro de mim né, porque eu convivia com ela, com a mãe dela, estas coisas. Fui vendo que estas coisas aconteciam, que o raro era uma relação de um casal com filhos dos outros, o raro era isto dá certo (Carla, grifo nosso).

É fato que em recomposições familiares os filhos e o novo cônjuge podem disputar pelo afeto ou pela atenção do pai/mãe ou do parceiro/a, gerando conflitos nas relações. A relação de Vera e Carla não se furtou deste acontecimento. Há uma complexidade na estrutura das famílias recompostas que exige um processo de adaptação de todos os membros dentro da

nova realidade, para que uma nova identidade familiar seja estabelecida. Em outras palavras, precisa-se de um tempo para que a inclusão dos outros integrantes da família seja realizada e se instale uma outra rede de intimidade. Para que outras regras sejam estabelecidas (e entrem em ação), definindo como serão as participações de cada um neste contexto e em outros (contato com as famílias de origens de cada cônjuge, por exemplo). Enfim, para que o sentimento de família seja estabelecido pelas parcerias e pelos filhos, são necessárias uma reorganização interna e abertura de todos.

O sentimento de pertencimento familiar é mais difícil de ser alcançado pelas companheiras, para quem, imaginariamente, a força do ex-cônjuge e o vínculo da paternidade/maternidade biológica não deixa de ter um peso na nova estrutura familiar. Os pais biológicos têm mais direitos do que a companheira, eles já têm, por definição cultural, seus lugares garantidos. Além disto, a falta de reconhecimento legal do vínculo da companheira com os filhos pode interferir na construção do sentimento de pertencer à família. A parceira fica em desvantagem quando seus direitos são comparados com os da mãe biológica, principalmente, nos momentos de separação do casal. Entretanto, esta não é a única condição, e nem a mais importante, para que o sentimento de pertencimento familiar seja construído, este depende muito mais do lugar imaginário que cada membro da família ocupa uns para os outros, conforme discutimos anteriormente. Cabe à companheira construir seu espaço nesta nova relação.

Carla, por sua vez, não sentiu que constituiu uma família com Vera e Paula e em muitos momentos sentia-se “*fora da cena familiar*”, uma intrusa. Naquela época, para Carla, a constituição da família não era uma prioridade, no seu ponto de vista,

[...] família é uma coisa muito estranha, porque, nem na minha família eu era muito à vontade, com meu pai, minha mãe, irmãs, entendeu. Então com a Vera eu não sentia que isto era diferente não, eu nunca sentia que eu tinha uma família com a Vera sacou? [...] E a Paula era filha de um cara que era praticamente um estranho para as duas, então eu batalhei muito com a Vera, sei lá, para que tivesse um pai na relação e para que a filha tivesse uma relação boa com ele. Então era muito difícil, porque eu me sentia fora da cena familiar. [...] Paula foi uma responsabilidade que caiu na minha mão porque eu amava a mãe dela, nossa! Isto me angustiava demais. Na minha cabeça eu não podia amar a Paula, porque mãe ela já tinha, o pai ia ser sempre um outro. Nunca achei que eu coubesse na vida dela sabe, se a relação acabasse como que eu ia ficar? (Carla, grifo nosso).

Neste caso, a vivência de uma constituição familiar foi sentida como muito difícil para as duas, porém, foram vivenciadas de maneira bem diferente por cada uma delas. Carla sentia-se insegurança e ameaçada pela presença de Paula, o que a impedia de demonstrar seu amor

por ela. Sua maneira de lidar com a angústia provocada por tal situação era por meio de mecanismos de defesa, (formação reativa, reversão ao seu oposto, rejeição). Em sua fala fica implícito a importância de Paula em sua vida, o amor que dirige a ela e a satisfação que sente em reconhecer que este amor é recíproco:

*[...] Eu me sentia tão ameaçada na relação que eu tentava nem enxergar a Paula entendeu. Muitas vezes eu **maltratei a Paula, maltratei no momento que eu não escancarava meu amor por ela**, porque não tinha jeito de eu gostar dela, pensa bem, se eu trato a Vera como uma família e trato a Paula como minha filha, mostro meu amor por ela e elas a qualquer momento podem ir embora? [Carla se emociona e chora]. Isto aconteceu, quantas vezes eu e Vera nos separamos e pronto, lá foi embora a Paula, [chorou novamente]. **A Paula não foi uma criança que passou batida para mim entendeu?** [...] Por exemplo, momentos importantes da vida dela, como o dia que ela decidiu ir estudar em outra escola, e agora que ela decidiu ir morar em outro país, era eu que tava do lado dela, ela sempre soube que pode contar comigo. Mas **nunca dei grana, grana não, eu sempre tive problema com este negócio da grana, porque eu nunca quis comprar ela, porque seria muito mais fácil, mas eu quis que ela gostasse de mim pelo o que eu sou, e olha, ela gosta de mim para caramba!** (Carla, grifo nosso)*

Vera, mesmo não tendo compartilhado com Carla o projeto de constituírem juntas uma família, teve grandes expectativas de formá-la e acredita que em muitos momentos isto ocorreu. Vera analisou a vivência familiar da seguinte maneira:

*Com tudo o que aconteceu, com tudo, vivemos um ser família, mas não era aquele modelo de família televisivo. Mas de algum jeito tínhamos noção de família. Nós discutíamos problemas e nem toda família heterossexual não tem problemas, todo mundo tem, meus problemas não eram privilégios de uma família homossexual ou de uma relação homossexual. **Meu desejo era ‘tá’ todo mundo junto nas coisas da Paula.** Nas coisas da escola, de viajar eu, ela a Paula e ser feliz. De assistir programa de tv junto, de conversar, sair para tomar sorvete, numa boa, sem brigar no final. **Este era meu ideal de família e isto a gente não teve.... Nós não fomos uma família ideal, não foi a família que eu imaginei, eu queria uma família unida. A família era eu e a Paula.**[...] **A gente só tem uma família na vida, minha família é eu e a Paula, a Carla faz parte como uma ex-companheira, seria um ex-marido que permaneceu amigo, entendeu? Então, não era uma relação** [ato falho], **uma família marcada pela alegria, nós três juntas. Eh, não que a gente era infeliz o tempo todo não ‘tá’. Eu e minha filha tínhamos uma relação legal de mãe e filha e, eu e Carla, tínhamos uma relação intensa de paixão, de casamento, de tesão né. Eu e ela tínhamos nossas alegrias, a gente era jovem, saía para divertir, passeava, bebia, saía, curtia. Mas, não tinha o momento de estar nós três, felizes ao mesmo tempo, entendeu..., sempre tinha um desmancha prazer, um se não, um porém..... Nós três juntas não era legal** (Vera, grifo nosso).*

Vera reconhecia e valorizava o amor de Carla por ela, mas se incomodava com suas atitudes perante sua filha. Vera não conseguia, naquela época, reconhecer que Carla também amava sua filha. “*Para mim foi muito difícil, mas nós tínhamos uma transa muito legal, era*

ótimo! Em nome disto, do tanto que era legal, nós não conseguíamos acabar com nossa história. Se fossemos morar, só nós duas numa ilha, estaríamos juntas ate hoje!". Morar numa ilha significava para Vera uma possibilidade imaginária de eliminar as dificuldades que as impediam de viver um casamento feliz e ter uma "família televisiva". Mas isto era impossível, pois a presença de Paula exigia um outro contorno para a circulação pulsional.

Tais sentimentos expostos por Vera mostram como a triangulação familiar foi estabelecida, dividindo a família em dois grupos: um composto por ela e a filha e, outro por ela e Carla. Há aqui também um sentimento ambivalente e de divisão entre seu amor por Carla e seu amor por sua filha. Na literatura encontramos que este conflito é uma fonte de tensão nos casais de segundo casamento (TRAVIS, 2003).

Nesta família, a maternidade foi completamente assumida por Vera, que desde o início teve uma relação muito forte com sua filha. O vínculo entre mãe e filha, embora não chegue a caracterizar uma relação simbiótica, é muito estreito. É comum no período pós-separação que o vínculo entre o adulto que se responsabiliza pela criança e esta, seja fortalecido. Em diferentes momentos, Vera faz questão de mencionar como sua filha é "*bem educada e que todos gostam muito dela*". Reforçando para si mesma que sua educação foi acertada e que não "falhou" como mãe. Como dissemos anteriormente, as mães e pais homossexuais não querem errar na educação dos filhos para não serem culpados em função de sua orientação sexual e assim, atestarem sua "normalidade".

Paula, de uma certa maneira, foi para Vera "um troféu", uma prova que ela era uma boa mãe. Na concepção psicanalítica, o filho, em um dado momento, é o falo da mãe, o que representa uma suposta completude da mãe. Porém, é fundamental para a constituição psíquica do filho, que este deixe de ser o falo. Na relação entre Vera e Carla, isto aconteceu no momento em que Vera consegue dirigir sua pulsão, tanto para a filha quanto para Carla, dedicando sua atenção à rotina da filha e à Carla.

*[...] Eu e a Paula tínhamos nossos momentos, os mais comuns da rotina, de escovar os dentes, pentear os cabelos, nos curtíamos, o dia a dia funcionava normalmente. Então até aquele horário eu tava com Paula mesmo, dava atenção para ela até a hora dela dormir. Também tínhamos nossos **momentos de cada uma na sua, mas, depois eu era da Carla, então, Paula não impediu de eu viver minha vida com a Carla, ela não me incomodava** (Vera, grifo nosso).*

O mesmo acontece nas relações heteroparentais, a mãe dedica sua atenção pra os filhos, para o lar, para o trabalho e para o companheiro. Cabia à Carla realizar o corte na relação dual Vera e Paula, ou seja, realizar a função paterna e se posicionar neste contexto.

Este posicionamento não foi fácil de ser estabelecido e causou à Carla sofrimentos internos.

[...] Eu nunca quis ter filhos não, nunca tive filho não. Paula não era minha filha, mãe era a Vera e o pai era outro. Nunca fui mãe dela, se eu tivesse que ser alguma coisa dela, se eu tivesse que ocupar algum espaço tinha que ser o de pai dela, eu seria o pai sacou? Mas para mim era complicado, eu não queria ter filhos e ainda tinha que ficar criando filho dos outros, ter responsabilidade, era complicado dentro de mim. [...] Nunca vi a Paula como filha não, mas achava que eu tinha que dar exemplos. Eu não tenho no meu íntimo ela como filha não, mas é uma pessoa que eu tenho no meu íntimo com muita responsabilidade, porque eu convivi com ela desde pequena. Ela é uma pessoa que eu adoro e agora torço por ela, a minha vida inteira vou torcer (Carla, grifo nosso).

Por outro lado, Vera tinha muito bem definido a questão da maternidade e não tinha dúvidas de que Carla ocupava o “lugar de pai”.

[...] De qualquer forma, a gente vê muito a relação pelo prisma do filho né, no caso eu que sou mãe acho que é por aí. [...] Eu mandava na Paula, mas era uma relação mais democrática, Paula sempre foi minha cúmplice. A hierarquia na família era assim, Carla mandava em mim e nela própria. O lugar da Carla era como de um pai, do modelo de pai antigo. Ela era um pai, mas não era um pai amoroso, bonzinho.... Mas, ela era como uma lei, uma instigadora da lei. Era mandona, vivia falando com a Paula “cuidado com a turma que você vai andar, cuidado com as drogas, olhá lá!”. O jeito de gostar que ela tinha era observando, dando uns toques na criação da Paula. [...] Mas, na época eu não conseguia ver que, tudo o que Carla fazia era cuidado. Eu não achava que ela cuidava da gente, hoje eu vejo que ela cuidou muito. Eu vejo claramente que ela teve, de certa forma, uma função paterna, nem que fosse para chamar a atenção! Ela falava: “Olha! isto não é hora da Paula ‘tá’ voltando pra casa. Você precisa olhar mais as notas dela”. Ela falava assim comigo, eu achava que era implicância com a Paula, e hoje eu vejo que era cuidado, era como se fosse o pai da Paula falando (Vera, grifo nosso).

Carla teve grandes dificuldades para se posicionar como “segunda-mãe” e negou, lutando internamente, o lugar de “pai”, pois para ela, era certo que “pai, a Paula já tinha. É claro que ele não gostava de mim”. Neste caso, o pai biológico foi uma ameaça constante, uma vez que, ele poderia, a qualquer momento requerer a guarda da filha, devido à falta de reconhecimento legal que acomete a família homoparental recomposta.

Porém, neste re-arranjo familiar, foi o lugar de pai que lhe ficou reservado e para o qual teve permissão (externa e interna) para ocupar. Foi por meio do exercício da função paterna que Carla “entrou na cena familiar”. Ao longo dos tempos, participou direta e indiretamente da educação de Paula. Preocupou-se em ser um bom exemplo e um parâmetro para Paula, principalmente, em seus momentos de decisão. Como podemos ver,

No primeiro momento, eu fui muito rude com a Paula, mas, tinha um esforço meu para ela ter uma relação legal com o pai, da Vera ter uma relação legal com o ex-

marido por causa da filha. Mas por trás disto tinha eu, eu tinha que dar bons exemplos para a Paula, eu tinha o cuidado de não sair comprando a menina. Eu tinha que ser firme com ela [espera-se que o pai seja firme com o filho, que imponha limites]. Porque eu acredito que é assim na vida, tanto é que a Paula hoje parece muito mais comigo do que com o pai ou com a mãe, assim, no jeito de ser entendeu, na escolha da profissão dela. Ela é assertiva, com a vantagem de ser alegre né, ela tem a alegria da mãe e sabe planejar as coisas dela, seguir um caminho, saber o que quer da vida [ser como ela, Carla]. Dentro das regras do jogo do mundo capitalista que a gente vive, dentro da nossa cultura, eu vejo que eu servi de exemplo para ela, hoje em dia isto tudo é mais tranquilo para mim, a dificuldade toda já ficou no passado. Então, basicamente é isto, foi muito difícil, mas hoje eu consigo amar a Paula numa boa, Vera existindo ou não entendeu? Adoro ver a Paula tomando as decisões dela, decisões que no meu coração eu também tomaria. Ela é muito correta, é muito solidária, é uma pessoa livre. Me dá muita felicidade vê-la assim hoje em dia, de certa forma tem meu dedinho nisto tudo, eu to lá, olha eu aí! Então é isto! (grifo nosso).

Mesmo que a relação das três não tenha sido como Vera idealizou, percebe-se que foi uma relação amarrada pelo desejo. Entre Vera e Carla, o lugar de namorada e de objeto de desejo uma para outra foi ocupado por ambas. Entre elas e Paula, ficou estabelecido que o lugar de mãe era ocupado por Vera. Por conseguinte, Paula estabeleceu com Carla uma relação de amizade e respeito. Carla é uma pessoa significativa para ela, como podemos ver em seu depoimento:

Carla tem um lugar grande na minha vida, me acompanhou desde pequenininha, participou de todos os momentos da minha vida e ainda participa. Ela sempre participou muito das minhas coisas pessoais, não interferia, mas participava. Ela 'tá' por dentro das coisas da minha vida até hoje, gosto muito dela. Ela cuidou muito bem da minha mãe, sempre esteve do lado dela (Paula, grifo nosso).

Paula, indagada se Carla era para ela como uma “outra mãe”, ou como um “outro pai”, responde:

Ah! não sei dizer se foi bem papel de pai não, porque.....ah não sei..... às vezes sim, mas **ela não se deixava também ficar neste papel né**. Mas ela tinha um papel importante para mim, do mesmo jeito que a mulher do meu pai também sempre foi muito presente, sempre conversou muito comigo e sempre foi muito minha amiga..... Eu também não sentia que ela era minha outra mãe, isto não. Mas eu sabia que podia contar com ela. (Paula, grifo nosso)

Percebemos que Paula não coloca, “oficialmente” Carla em nenhuma das posições parentais, apesar de “afetivamente” atribuir-lhe um grande valor. No interior da família, Paula situa Carla no lugar do masculino, pelos papéis e funções que ela assume. Ao responder quem é sua família, Paula hesita e não tem muito bem definido quem são os integrantes da mesma;

[...] Família para mim é quem preocupa né, quem dá carinho..... A minha família é eu e minha mãe né. Também tem muitos anos que eu não moro com a

Carla..... mesmo assim, eu a considero muito minha família, mas a minha família é eu e minha mãe, e minha avó também, a mãe da minha mãe, eu gosto muito dela. Mas a Carla era o chefe da família, ela que pagava as contas. Depois minha mãe mandava e eu obedecia, eu andava nas regras da casa. Eu acho que cada um tem um modelo de família, mas o mais importante é cada um ter sua vida, em separado, para ficar bem com o outro. Eu acho que as pessoas têm que ser independentes, pois, enquanto um depender do outro pode gerar conflitos. Todos têm que trabalhar e realizar o sonho em conjunto. Não precisa ser um homem e uma mulher, o casal tem que se gostar, independente do sexo de cada um. Para ser uma família não tem que ser legalizada, isto não muda em nada. Legalmente penso que os direitos de cada um tem que ser assegurado, e tem que prevalecer de qualquer forma, independente se o cara é gay ou não (Paula, grifo nosso).

Todos estes depoimentos confirmam a função paterna exercida por Carla, e suas implicações na circulação pulsional desta recomposição familiar. Todas reconhecem a importância que tiveram, e ainda têm, umas para as outras. Apesar de todas as resistências e dificuldades de inclusão vivenciadas por elas, principalmente, nos primeiros momentos da reorganização familiar, as três conseguiram se enlaçar afetivamente e, cada uma a sua maneira, considera que formaram uma família.

Para Paula, a filiação biológica teve maior peso do que a filiação sócio-afetiva e os lugares dos pais biológicos mantiveram-se intactos. Ela não se sente filha de Carla. Paula tenta elaborar uma definição de família presa no vínculo biológico e na ascendência sanguínea. Esta vinculação ocupa um lugar de destaque, porém, o afeto não deixa de ser valorizado por ela. Este fato mostra que, afeto e consangüinidade têm valor muito próximo, tornando difícil definir quem são os membros de sua família, e ainda, o que é uma família.

Sobre seu relacionamento com seu pai e a importância deste em sua vida, Paula diz:

[...] meu relacionamento com meu pai? Ah meu pai não era muito de conversar não, a gente não se envolveu tanto. Sempre convivemos pouco, mas sempre nos demos bem. Eu vejo que ele gosta muito de mim e que sente muito orgulho e tudo. Ele foi um pai, ahhhhh, um pai mais ou menos presente Ele é muito carinhoso sabe, muito prestativo, mas também são poucos os momentos que a gente fica muito junto. Ele 'tá' sempre muito estressado, atarefado com as coisas da fazenda, muita coisa para fazer. Na minha infância, eu devia ver ele uma vez por mês, eu sempre passei férias com ele e com a mulher dele e meus irmãos, a época que a gente ficava mais junto era nas férias, era super tranquilo, era bom.

As informantes foram também questionadas sobre o que pensam da falta de legalização para as famílias homoparentais, e assim se posicionaram:

Nos dizeres de Vera,

[...] família que não é reconhecida é desamparada. [...] Sem a legalização ficamos discriminados, porque se a lei não te reconhece os outros torcem a cara. Acho que o casal tem que ter o objetivo de estar casado. Acho que tanto no casamento homossexual quanto no heterossexual, não precisa ter o papel para sentir que está casado. Casar é mais do que isto, tem que ter esta vontade de 'tá' casado, casar é,

*na verdade, mais do que ter um papel assinado que fala que você está casado. Mas, qualquer relação tem que ser legalizada por causa dos direitos. Então, a diferença é que o homossexual não tem este direito, nem se ele quiser ele pode casar, então eu acho que ele tem que ter este direito, isto tem que ser conquistado mesmo. Porque tem uma série de questões legais, **participar do plano de saúde, poder ter direito à pensão do INSS, os patrimônios que foram construídos juntos... tudo! O casamento tem que ser sim legalizado para os homossexuais, por que não? Temos que ter os mesmos direitos, porque é um casamento igual a qualquer outro, mas, infelizmente, não tem uma lei que nos ampare.** No caso de uma separação por exemplo, se a gente for procurar um advogado ele vai falar que não tem lei sobre isto, sobre partilha de bens, e tal, mas tem jurisprudência. Ai você tem que topa e estar preparada para uma jurisprudência, porque o caso pode tornar público. No meu caso, eu não 'tô nem aí' para isto, não me importo se torne público. Acontece, que para muitos homossexuais tornar público sua relação é um problema e eles que não querem isto. Isto tem que ser respeitado. Outro exemplo, no caso da minha morte, minha companheira não teria o direito de responder pela minha filha, embora eu quisesse que ela ficasse cuidando da minha filha, das minhas coisas. Enfim, **é um casamento como qualquer outro!** Uma vez a Carla procurou um advogado para me colocar no plano de saúde dela e no INSS e nós não conseguimos. Ele falou que era muito difícil de conseguir naquela época. **Família que não é reconhecida é desamparada. Sem a legalização ficamos discriminados, porque se a lei não te reconhece os outros torcem a cara.** A lei ampara os casais, e isto tem que andar para frente, **a lei tem que reconhecer estas uniões como estáveis, tem que nos amparar.** Hoje estamos um degrau abaixo dos concubinatos que a lei já reconhece (Vera, grifo nosso).*

Para Carla,

*[...] **Eu sou a favor da legalização** do casamento dos homossexuais, teve uma época que eu quis colocar a Vera como minha dependente no INSS, para ela ter direito a minha pensão, estas coisas todas, mas infelizmente nós não conseguimos. Então eu providenciei tudo isto em um **testamento**. Mas hoje eu **já fiz outro testamento**, já coloquei tudo o que tenho em nome da Vera e da Paula, porque a maior parte eu construí ao lado delas, eu acho que de direito, se eu faltar, tudo tem que ficar para elas. **Acho um saco ter que fazer testamento pois os homossexuais tinham que ter o direito da pensão e da herança, como os heterossexuais.** Veja só quanta discriminação, ela não faz parte do meu plano de saúde e não pode ser sócia do meu clube. **Por que tem que ser diferente? Pensa bem? Nós vivemos um casamento, porque não pode ter isto que é de direito? Tem que ter isto normalmente, tem que ter!** Ela tinha que poder ter meu plano de saúde, entrar no meu clube, sem eu ter que ficar explicando muito (Carla, grifo nosso).*

Paula assim se posiciona,

*[...] Existe o movimento gay para conscientização da legalização dos direitos dos homossexuais. Eu penso que para ser uma família não tem que ser legalizada, isto não muda em nada. Quero dizer, **os sentimentos das pessoas não mudam porque a família é ou não é legalizada, em termos de sentimentos né. Mas em termos dos direitos, não é bem assim, penso que os direitos de cada um têm que ser assegurados, e têm que prevalecer sobre qualquer forma, independente se a pessoa é homossexual ou não** (Paula, grifo nosso).*

Carla (e tantos outros) recorrem ao testamento para garantir que, não somente seus bens fiquem para a parceira (o) e seus dependentes, mas também, que tenham o direito de

permanecer com a guarda do filho (quando for o caso) após seu falecimento. É uma maneira de manter-se vivo no coração dos amantes. Destacamos que para Carla a falta de reconhecimento legal influenciou na construção do sentimento de pertencimento familiar e interferiu de modo significativo na circulação pulsional desta família.

O casamento de Vera e Carla teve uma durabilidade de 20 anos, sendo que os últimos dez anos foram marcados por muitas separações e retornos constantes. Muitas vezes o retorno foi provocado por Paula, que inconscientemente desejava a presença da díade parental estabelecida nesta conjugalidade. Segundo Travis (2003) após a separação do casal, é comum a tentativa dos filhos de unirem seus pais novamente.

[...] Nas minhas separações com a Vera, muiiiiiiitas vezes foi a Paula que engendrou a nossa aproximação. Eu acho muito interessante observar isto, porque mostra que a Paula gosta de mim, confia em mim, acha que eu sou importante para mãe dela, que eu faço bem para mãe dela, entendeu. (Carla, grifo nosso).

No momento da entrevista Vera e Carla ainda moram juntas, apesar do término da relação. Os dizeres de Carla, reforçam a circulação pulsional entre elas, e a necessidade neste momento de finalizá-la.

*Eu preciso me mudar, bom, se eu ficar aqui eternamente, minha vida vai ficar um tédio, as coisas não acontecem, assim, nada vai acontecer. Então eu fico aqui pairando em volta das meninas, mas eu não sei se isto dá mais, **eu preciso cuidar de mim, parar de cuidar dos outros e cuidar de mim. Eu já cuidei muito delas. É um problema né, porque meu coração ‘tá’ cheio, não dá para ficar com outra pessoa. É ruim isto né?** mas estou me mudando de cidade tranquila. Porque, veja bem, a Paula ‘tá’ bem, a Vera ‘tá’ bem, minhas irmãs estão be. Então, eu posso ir, não vou fazer falta “pra” ninguém aqui. Eu ‘tô’ deixando as meninas [Vera e Paula] bem. **Eu amo profundamente a Vera e ninguém pode falar nada, eu cuido dela, ela cuida de mim do mesmo jeito... nós resolvemos que vamos ser amigas, grandes amigas** (Carla, grifo nosso).*

4.3.2 A circulação pulsional na família de Ellem

No caso de Ellem e Mara, os espaços na nova triangulação foram estabelecidos com maior facilidade. Mara parece ter elaborado bem a presença das filhas de Ellem, bem como, não se sente ameaçada pela presença de seu ex-cônjuge. Este, passado o período de rejeição que teve pela homossexualidade de sua ex-esposa, conseguiu ter com Mara um relacionamento pautado na cordialidade e educação, dentro dos parâmetros esperados para um bom convívio social. O fato de Mara ter elaborado a presença destas pessoas interferiu positivamente para que, desde o princípio da relação, ela assumisse afetivamente a família de

Ellem, como sua. Este fato também foi importante para que Ellem enfrentasse as dificuldades geradas pela “novidade” do relacionamento homossexual e para aceitação de sua recomposição familiar no viés da homoparentalidade.

Em relação às funções parentais, o lugar de mãe foi ocupado por Ellem, que concebeu e gerou a criança. A gravidez favoreceu para que o vínculo materno fosse estabelecido entre Ellem e Ana. Ellem declara: “*não esperava que Mara fosse o pai das meninas, mas esperava que ela ajudasse a cuidar delas*”. A expectativa de Ellem foi atendida. Mara, mesmo tendo acompanhado a gestação e o nascimento de Ana, não se sente “mãe” ou “segunda-mãe” para a garota. Nossa interpretação é que Mara assumiu a gravidez de Ellem, desde o início, “do lugar de pai”, devido sua forte identificação masculina, e inconscientemente, o fez para realizar o desejo de ter um filho⁶⁰.

Mara, assumiu a função paterna e os papéis sociais, grosso modo, destinados aos homens, principalmente as responsabilidades financeiras (chefe de família) e a estrutura física do lar. Mara vê Ana como sua filha (do lugar de pai) e, o contrário também é verdadeiro, Ana a vê como seu pai (e às vezes como mãe). Isto mostra que as posições de “pai e mãe”, na configuração familiar homoparental, são flexíveis, sendo difícil para os membros, em certos momentos, estabelecer quem é quem. Ana, mostra esta situação muito claramente ao dizer que tem dificuldades de se referir à sua família para as outras pessoas, principalmente, no que diz respeito aos termos “pai e mãe”, ela exemplifica:

*[...] Eu aprendi a falar para os outros que **Tata é minha tia**. Eu falo que meus pais são separados e que eu moro com minha mãe e minha tia. Eu falo que fui criada por elas. **O povo já dá uma sacada, eu acho que eles percebem que ela é mais do que isto**. Mas, eu falo que ela é minha tia, porque minha mãe me ensinou assim, **mas também, não tem outro nome ‘prá’ gente falar da mulher que mora com a nossa mãe né**. No natal e no dia dos pais, eu falo que dou presente para minha tia, que **‘tá’ no lugar do meu pai** (Ana, grifo nosso).*

Embora, a nomeação destes lugares ainda seja confusa, elas não têm dúvidas sobre o que cada uma delas representa uma para outra. A norma heterocêntrica e a falta de referência e vocabulário próprio parecem ser os maiores causadores desta confusão. Como todo fenômeno novo, as famílias homoparentais carecem de nomes adequados para identificar seus personagens e evidenciar seus vínculos. A saída encontrada por Mara para lidar com isto foi

⁶⁰ Nas relações heterossexuais não é raro um homem assumir a gravidez de uma mulher mesmo sabendo que o filho não é seu. Ele o faz pelo amor à mulher e pelo desejo inconsciente de ser pai.

solicitar que fosse tratada por Tata⁶¹. Mara esclarece:

[...] eu não sou o pai porque eu não sou homem de verdade 'né'. E também, porque pai, aquele que gerou, é o Jean. Mas eu sinto como se fosse o pai delas, tenho muitas responsabilidades. Mas tem horas que eu acho que ajo também como mãe delas, isto é difícil de separar. Mas, a primeira vez que ela me chamou de pai eu falei: mas eu não sou seu pai! Eu sou a Tata viu! e assim ficou até hoje. A Ellem ficou muito brava comigo porque eu falei que não era pai dela. De verdade eu não sou pai, mas é como se eu fosse, eu amo a Ana como uma filha minha (Mara, grifo nosso).

Mara, declara com orgulho, que Ana obedece mais a ela do que à própria mãe, “nunca precisei bater, só de olhar pra ela, só de falar, ela obedece. Já as mais velhas obedecem mais a Ellem, é porque elas têm outro pai né, então elas obedecem mais a ele e à mãe. Mas, tem uma coisa, nenhuma delas falta respeito comigo não”. Com esta fala, Mara mostra que é o representante da função paterna e da inscrição da lei. Fato confirmado por Ana, quando se refere à hierarquia familiar. Ela disse:

[...] as duas mandam igual em mim, mas cada uma tem mais responsabilidade e chama atenção mais para uma coisa do que para outra. Por exemplo, Tata cuida mais das coisas da casa, da estrutura da casa, é ela que compra os móveis, tudo para casa, ela adora dar tudo que a gente precisa. Já a minha mãe, preocupa mais com as coisas das tarefas da casa, manda mais nisto e fica me vigiando para eu não ficar muito tempo no computador. Eu obedço as duas, sempre! Não tem quem eu respeito mais, eu respeito as duas no mesmo nível. o meu relacionamento com minha mãe e tata é muito bom, elas não deixam faltar nada. Tem muito amor na minha família, meu com elas e elas comigo. Não tem assunto proibido aqui em casa, a gente conversa sobre tudo, sobre drogas, o que acontece na minha escola, namoro, tudo... [...] Mara é como um pai e uma mãe para mim, ela é as duas coisas, mas na verdade ela é mais pai. Ela sempre foi muito carinhosa comigo e preocupa com minha educação. A “falta” que meu pai podia fazer, ela supre muito bem. [...] Eu não sinto falta do meu pai, a Tata “substituiu” muito isto. [...] Na escola, quando tem festa da família, ou do Dia dos Pais ou Dia das Mães, eu não vou, porque eu não gosto de festas em geral. Mas o presente para do dia dos pais eu dou é para ela [Mara]. (Ana, explicações e grifo nosso).

Ana, ao ser questionada sobre quem é a sua família diz:

[...] Bom, minha família é a mamãe e a Tata. Eu tenho pai e irmãos, mas eu não convivo com eles. Quem me cria são elas, nunca convivi com meu pai. Apesar de minha mãe viver com outra mulher, para mim, é normal, eu fui criada assim. Para mim é normal a minha família. Para mim, família é ter união e respeito, acima de

⁶¹ Em Derrida & Roudinesco (2004, p. 48) encontramos o seguinte depoimento de um garoto de 7 anos “vivo com mamãe e Tata. Tata é como uma mamãe, só que é mais brava. Nunca tive papai. Foi um colega da mamãe que se ofereceu para fazer o bebê para nos ajudar... Mais tarde vou viver com uma menina, é menos complicado para fazer bebês”. Neste caso, Tata é uma denominação dada pelo garoto à companheira da mãe, e assegura a ela o lugar de mãe. Não consegui confirmar se este fato foi coincidência ou não, mas me fez pensar: será que ‘Tata’ é um termo freqüentemente utilizado nas famílias homoparentais quando se referem “a outra mãe”?

qualquer coisa. Se for duas mulheres ou dois homens, ou um homem e uma mulher não importa nada, tem que ter respeito de todo jeito. Aqui nós temos muito respeito e muita união. [...] Minha família é muito boa, não tenho nada a reclamar, elas são muito carinhosas, tem muito cuidado uma com a outra e comigo (grifo nosso).

Vê-se que Ana não mencionou em sua definição de família, seu pai biológico. Ao ser questionada sobre o quê o mesmo representa para ela, respondeu:

[...]Ele tem outra família e a mulher dele não gosta da gente, acha que ele tem que dar atenção só para ela e os filhos deles. Ele paga uma pequena pensão para mim, mas escondido dela. Eu raramente encontro com ele, raramente ele vem aqui. A gente conversa mais por telefone, mas eu e ele somos fechados e falamos pouco. Minha mãe fala que neste ponto eu sou a cópia dele. Eu sei que ele é meu pai, sabe..., mas como eu não vivo com ele, eu não sei, mas acho mesmo que “meu pai é a Táta”, sei lá, isto é muito difícil para te explicar (Ana, grifo nosso).

Interpretamos neste depoimento que Ana tem bem elaborado o fato de ser filha de homossexual e estar sendo educada por duas mulheres. Não reclama a ausência do pai biológico e nem formou com o mesmo um vínculo estreito. Tem consideração por ele, mas este não ocupa um lugar de destaque em sua vida e exerce pouca influência sobre ela.

Ana compara, espontaneamente, sua família com as demais que atendem ao modelo nuclear e diz:

[...] Minha família é muito boa. Eu acho até que é melhor do que muitas famílias, eu vejo isto pelos meus colegas, filhos de pai e de mãe, sabe, e que vivem com os dois. Tenho colegas que não gostam de voltar para casa depois da aula e ficam na rua o dia todo, só para não conviver com os pais. Brigam com os pais o tempo todo...tenho muitos colegas que têm irmãos que se envolvem com drogas. Então eu acho que o ambiente deles é muito ruim. Aqui em casa o ambiente é muito bom, é melhor do que muito ambiente de outras casas onde os casais são heterossexuais. Eu nunca me senti desrespeitada (Ana, grifo nosso).

E complementa,

eu acho a homossexualidade uma coisa normal. Para mim é normal, assim como um homem pode gostar de uma mulher, ele pode gostar de um homem e uma mulher pode gostar de uma mulher, é normal. Mas acho estranho, porque para mim isto ‘tá’ tranqüilo, mas isto não é tranqüilo para outras pessoas, por isto eu acho estranho. Só porque é diferente? porque para mim é normal. Então eu fico perguntando: só porque o mais comum é ter um homem com mulher as pessoas acham que ter uma mulher com mulher não é normal? é estranho? Então, quando eu falo que para mim é estranho, é estranho isto: as pessoas acharem que não é normal. Porque todo mundo ‘tá’ acostumado a ver homem com mulher, porque a maioria é heterossexual ‘né’. Então, é diferente ver mulher com mulher, só isto! É diferente porque não é muito comum, mas para mim, que convivo com duas mulheres, é normal, mas é estranho, porque não é comum. É difícil decidir isto, porque é estranho, mas é normal, é normal porque eu não acho nada de anormal. As pessoas é que acham que é estranho.

Esta fala de Ana retrata a preocupação que os integrantes das famílias homoparentais possuem em relação à “normalidade” de suas famílias e de como elas são percebidas pela sociedade (muitas vezes, como “estranhas”). Ellem e Mara também apresentaram necessidade de afirmar a “normalidade” de sua família e, por diversas vezes, utilizaram o termo *normal*, relacionando-o à heterossexualidade. Por exemplo, Mara afirmou: “**meu bar é ambiente normal, familiar**”. Subentende-se com esta fala que, para Mara, “ambientes gays” não são ambientes bons e, por isto, são “anormais”, impróprios para serem freqüentados por “famílias direitas”. Questionei então o que a faz distinguir o ambiente de seu bar como “normal, familiar”. Obtive a seguinte resposta:

[...] é que não gostamos de ‘ambiente gay’, não gostamos de participar de movimentos e nem de freqüentar “lugares gays”. A gente gosta de sair para lugares onde tem gente normal, uma mulher com seu marido, por exemplo. “Ambiente de entendidas é ambiente gay” e “ambiente normal é ambiente familiar”. Aqui só vem família (Mara, grifo nosso).

Em outro episódio, também fica nítida a associação do “normal” à heterossexualidade, vejamos parte da cena da entrevista:

*[...] Entrevistador: - Como você vê sua família?
Ellem: **Minha família é normal** como toda outra. Nossa vida é muito corrida, com todas as coisas do dia-a-dia, mas é muito tranqüila. Passamos pelas dificuldades do dia-a-dia, como **toda pessoal normal** passa. Temos dificuldades financeiras como todo mundo tem, preocupar com o pagamento das contas, criar os filhos, tudo....
Mara: **mas na vida conjugal não temos problemas, é tudo normal.**
Ellem: As contas fixas (condomínio, luz, tudo...) fica por conta da Mara, ela nunca deixou faltar nada em casa. Esta cumplicidade que é tão difícil **no casal normal**, a gente tem .
Entrevistador: O que você está chamando de “casal normal”?
Ellem: **casal normal é um homem e uma mulher**, é o que todo mundo acha que é normal né?
Entrevistador: E o que você acha sobre você e Mara? Você acha que formam um casal “anormal”, é isto?
Ellem: Aos olhos das outras pessoas isto é anormal, para nós não, é normal.
Mara: nós já sentimos muito preconceito por causa disto, por causa das pessoas acharem que não é normal. Hoje não preocupamos mais com isto, **eu não preocupo, não importo se olham com bons olhos ou maus olhos, eu penso assim: eu pago minhas contas, trabalho.....** (diálogo entre a pesquisadora e as informantes Ellem e Mara, grifo nosso).*

Foi então pontuado que estavam associando a homossexualidade à “anormalidade”, e retrucaram, “*não! Não é isto o que você ‘tá’ pensando. Olha! nós pensamos assim, achamos que nossos sentimentos são normais, só que as outras pessoas acham que não são, e a gente sofre com isto (Ellem)*”. Em todos estes depoimentos percebemos que ‘normal e anormal’,

estão articulados com a hegemonia da heterossexualidade. No sentido de que, o comum e esperado é que as pessoas sejam heterossexuais. Qualquer outra forma de amor é considerada contra a norma, por isto, “anormal”. Fato que contribui para atos preconceituosos, sentidos pelas informantes. Concluimos que o discurso heterocêntrico exerce forte influência no discurso dos homossexuais, que encontram dificuldades para se localizarem na faixa da normalidade, mesmo não se sentindo ‘anormais’.

No que diz respeito à questão da falta de legalização para as famílias homoparentais, percebemos uma ambigüidade entre elas,

a falta de legalização, do meu lado, não me importa, se sair casamento eu não quero casar. Eu já estou casada, para mim está bom assim. Hoje nós fazemos tudo no nome de nós duas, temos conta conjunta e tudo! Olha! [Neste momento, Ellem mostra, orgulhosamente, a aliança de ouro em seu dedo e no dedo da companheira]. *Nós usamos aliança de casadas mesmo! Tem o nosso nome gravado nas alianças, nós já estamos casadas, não precisa de casamento!* (Ellem, grifo nosso).

Eu não penso igual a Ellem, eu sei que estamos casadas, mas isto só vale ‘prá’ nós aqui de casa, não vale de nada lá fora! Eu me preocupo sim, acho esta lei importante, penso no patrimônio, na pensão, nós pagamos INSS... temos conta conjunta e daí? Quando a gente foi comprar um apartamento ‘prá’ nós, foi o maior constrangimento e decepção. A gente não pôde dar entrada nos papéis em nosso nome porque a gente não é casada no papel e, com a renda de uma só, é impossível conseguir o empréstimo lá no banco. *Se fosse, um homem e uma mulher, eu queria ver se eles não iam conseguir juntar a renda... então a gente mora até hoje de aluguel. ‘Tá’ tudo errado! Eu quero esta lei sim!* (Mara, grifo nosso).

Eu acho que a família homoparental deve ser legalizada porque o homossexual pode ser pai ou mãe. Deve ser legalizada porque é uma família normal. Porque vai facilitar muito, por exemplo, acho que o casal homossexual vai poder adotar com mais facilidade, e tem muitas crianças que realmente precisam ser adotadas (Ana, grifo nosso).

Aliança e conta conjunta, símbolos oriundos da lógica heterocêntrica de codificação, referências do casamento tradicional. Estes foram também os símbolos que Ellem e Mara encontraram para, de alguma maneira, ritualizar e legalizar, internamente, o casamento e driblar a falta de reconhecimento. Podemos neste ato ver a força do simbólico, transpondo o modelo de casamento heterossexual para o homossexual, como não têm outro modelo, utilizam o existente. Não quero dizer com isto, que outros símbolos e vocábulos, tenham que ser criados para o casamento dos homossexuais, mas reforçar que o instituinte encontra brechas para operar no instituído. Não importa se as saídas encontradas para fazer tal transposição sejam ‘velhas’ ou ‘novas’, importa que são úteis e cumprem seu papel. Isto é, a inexistência de vocábulos, símbolos e cerimônias oficiais de casamento, não impedem que os homossexuais sintam-se casados. Como pudemos ver, as informantes não precisaram de uma lei exterior que as autorizassem a se casarem, tal autorização aconteceu internamente para

cada uma delas. A autorização interna lhes deu permissão para viverem o cotidiano do casamento e da relação familiar, porém, para a concretização dos direitos dos cidadãos, somente a autorização interna não é suficiente...

Destacamos que, enquanto o reconhecimento legal não acontece de fato, os homossexuais se vêm obrigados a driblar a justiça e buscarem soluções para terem seus direitos minimamente assegurados. Eles começam a “jogar com a lei”, encontram nas brechas do instituído, cartas curingas (testamentos, alianças, conta conjunta, adoção) para fazer prevalecer o instituinte, como nos mostrou nossas informantes.

Além disto, a falta de reconhecimento legal do vínculo entre Mara e Ana não é uma questão determinante para esta família. Elas sentem-se seguras nos lugares que ocupam, umas para outras e, não estão presas ao reconhecimento externo. As possíveis conseqüências deste fato, caso ocorra uma separação do casal, não apareceram em suas narrativas.

Ellem e Mara estão juntas há quatorze anos. Mara afirma: “*entre nós duas tem muita compreensão, carinho... a gente fala todos os problemas uma para outra. A gente é muito companheira uma da outra*”. Uma possível separação entre elas parece ser algo que nem é cogitado. Minhas observações, somadas às narrativas das informantes, me permite afirmar que o relacionamento deste casal e desta família é estável, pautado no amor, respeito, companheirismo e fidelidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a analisar a circulação pulsional nas famílias homoparentais recompostas femininas. A pergunta chave foi: nestas famílias, tal circulação pulsional é estabelecida da mesma forma como nas demais? Além disso, pretendia-se investigar como e por quem as funções parentais eram exercidas neste contexto, além das implicações da homoconjugalidade para os atores envolvidos e a interferência do preconceito na circulação pulsional destas famílias.

Os dados coletados permitiram concluir que a circulação pulsional nas famílias homoparentais não é diferente das demais. As posições ocupadas por cada integrante em seu interior obedecem às amarras desejantes e são fortemente marcadas pelos lugares imaginários de cada um e pelos atravessamentos das múltiplas subjetividades - socioculturais, históricas e libidinais. A única alteração, portanto, é mesmo a orientação sexual das figuras parentais.

As implicações da homoconjugalidade para as pessoas envolvidas são variáveis e dependem de fatores conscientes e inconscientes, além da percepção e da vivência da homossexualidade de cada sujeito. Para as mulheres que, desde crianças, apresentaram fortes identificações com o masculino e, posteriormente, na puberdade, tiveram traços identificatórios homossexuais e se assumiram como tais, a homoconjugalidade foi vivida não sem conflitos, mas com maior tranquilidade, como foi o caso de Carla e de Mara.

Para Vera e Ellem, que se assumiram homossexuais tardiamente, após terem vivido experiências amorosas heterossexuais, a “descoberta” da homossexualidade e, conseqüentemente, da homoparentalidade foi distinta. Vera assumiu com maior tranquilidade sua relação homoconjugal. Ellem, por sua vez, apresentou maiores questionamentos, insegurança e medos, principalmente o de perder suas filhas por conta do redirecionamento de seu desejo. O apoio que recebeu de sua parceira, Mara, contribuiu intensamente para que a homossexualidade pudesse ser assumida.

Para os filhos, a homossexualidade dessas mães não trouxe maiores implicações para seus processos de constituição psíquica, subjetivação e socialização, uma vez que o que promove a inserção dos mesmos em uma cadeia simbólica não é o sexo de seu par parental, mas o lugar ocupado pelo filho no desejo do casal. Desse modo, a homoparentalidade não representa, por si só, fator de risco para os filhos. Tanto Paula quanto Ana respeitam a homoconjugalidade de suas mães e consideram as respectivas parceiras pessoas significativas

em suas vidas.

Para os ex-cônjuges, o redirecionamento do desejo de suas ex-esposas trouxe, de início, dificuldades de aceitação e reações agressivas. Tais atitudes podem ser parcialmente creditadas a uma ferida narcísica, mas o fato de esses ex-companheiros não terem sido entrevistados impede o aprofundamento da análise sobre as implicações da homoconjugalidade para os mesmos. Por meio das narrativas das informantes, contudo, observa-se que esses pais se mantiveram afastados do convívio com suas filhas e pouco participaram da educação das mesmas, sem conseguir estabelecer com elas um vínculo estreito.

As funções parentais são flexíveis e podem ser exercidas por homens ou mulheres. A existência de um par parental do mesmo sexo desconstrói as bases imaginárias das famílias, sustentadas na diferença sexual e de gênero, mas não interfere na construção dos lugares materno e paterno, que dependem muito mais de fatores inconscientes. No caso das famílias pesquisadas, a função materna ficou a cargo das mães biológicas, enquanto a paterna foi exercida pelas mulheres que apresentaram mais marcadamente a identificação masculina (Carla e Mara).

Para Carla, foi difícil exercer tal função. A presença imaginária do pai biológico de Paula e a falta de reconhecimento legal de seu vínculo com a criança dificultaram, inicialmente, seu posicionamento, entretanto posteriormente superado.

No universo investigado, percebemos uma não-uniformidade na maneira como a homossexualidade e a constituição das famílias homoparentais foram vistas e recebidas pelas famílias de origem de cada uma das informantes. As famílias de Carla e Mara aceitaram e conviveram com a homossexualidade das mesmas desde a adolescência, reconhecendo suas parceiras como cônjuges. O fato de ambas terem sido alocadas por seus pais no lugar de “filho homem” parece influenciar diretamente no aceite e no respeito dos mesmos sobre a escolha homossexual das filhas e, conseqüentemente, sobre a formação da família homoparental. As famílias de Vera e Ellem, por sua vez, apresentaram maiores dificuldades para aceitar o redirecionamento afetivo das mesmas e, conseqüentemente de suas famílias, o que parece ter sido agravado pela vivência pregressa de ambas na vertente heterossexual.

No que diz respeito à legalização das famílias homoparentais, foi unânime, entre as informantes, o desejo de que as uniões homossexuais sejam reconhecidas legalmente e, em conseqüência, que as famílias homoparentais sejam respeitadas. Os dados mostraram que a falta de reconhecimento legal traz implicações em questões políticas, sociais e psíquicas. Do lado social, há os direitos de segurança social e legal - os mais lembrados e reivindicados

foram auxílio e benefícios do INSS, seguridade social da parceira, herança e partilha de bens, usufruto do plano de saúde, adoção de filhos e empréstimos em bancos governamentais para compra da casa própria. Do ponto de vista psíquico, a falta de reconhecimento legal traz sentimentos de menos-valia, principalmente para Carla, que diz que a inexistência dos seus direitos a fazia sentir “*fora da cena familiar*”. Este fato interferiu na circulação pulsional da família de Vera, Carla e Paula, mas não parece ter afetado a família de Ellem, Mara e Ana. Isoladamente, portanto, a falta de reconhecimento legal pode ou não interferir na circulação pulsional das famílias homoparentais recompostas femininas. As informantes mostraram que dependem muito mais de autorização interna para se sentirem casadas e ocuparem seus lugares na família, uma autorização subjetiva. A falta de reconhecimento legal não impede que investimentos libidinais sejam estabelecidos entre os membros desse tipo de família, embora cause desconforto a busca de novas estratégias e recursos legais para conseguir fazer valer direitos que, teoricamente, caberiam a qualquer cidadão. Concluímos, então, que o reconhecimento afetivo e o lugar imaginário que cada pessoa assume no seio familiar são mais importantes do que o reconhecimento jurídico, que tem, por sua vez, maior relevância do ponto de vista social. A Lei jurídica, contudo, não pode negar o aumento do número de famílias homoparentais como crescente realidade sociológica. O reconhecimento e aceite das diferenças são molas propulsoras para que o respeito, em todos os sentidos, possa vigorar em nossa sociedade, abrindo espaço para que a subjetividade seja valorizada.

Os dados mostraram que o modelo nuclear burguês heteroparental ainda serve de referência à estruturação da família homoparental e que este, por sua vez, traz fortes marcas da cultura heterocêntrica e do preconceito da sociedade, que teme que essas novas famílias tragam desordens e impeçam a perpetuação da espécie humana. O presente estudo mostra, ao contrário, que as famílias homoparentais recompostas femininas aqui retratadas são éticas, respeitadas e responsáveis, e que é possível assumir as responsabilidades cotidianas em relação ao sustento emocional e material dos filhos, assegurando-lhes a socialização e subjetivação.

A intolerância e a hostilidade em relação à homoparentalidade contribuem para a reprodução do modelo tradicional nas famílias homoparentais, uma vez que o mesmo ainda é imaginariamente muito arraigado na sociedade. Repetindo este modelo, as famílias homoparentais buscam se preservar narcisicamente e serem mais facilmente aceitas. Logo, embora essa estruturação de família seja instituinte do ponto de vista sócio-histórico, grandes mudanças ainda não puderam ser operadas. O grande desafio ainda tem sido descolar-se do discurso orientado pelo heterocentrismo e pelo parâmetro “ideal”, “normal” que a família

nuclear heteroparental representa, o que acaba por situar as famílias homoparentais em uma posição menos favorecida, desprivilegiada, reforçando a visão de “famílias deficientes ou problemáticas”.

É importante que a sociedade compreenda que a igualdade dos sexos dos cônjuges não constitui um “problema”, mas representa transformações importantes na integração e nas interações familiares. Nosso desejo é que se caminhe neste sentido, para que possamos falar, simplesmente, “família”, dispensando, assim, classificações adicionais.

REFERÊNCIAS

AUTORIZADA a primeira adoção no Brasil por um casal de *gay*. **Veja**, São Paulo, Ano 39, n.47, p.96, nov. 2006

BLUNFELD, Warren Junior. **Conceitos de homofobia e heterossexismo**. Disponível em: <<http://homofobia.com.sapo.pt/conceitos.html>>. Acesso em: 10 de set. 2005.

BOGDAN, R. C; BIKLEN S. K. Características da investigação qualitativa. In BOGDAN, R. C; BIKLEN S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Coimbra: Porto Editora, 1994. Cap 2, p.47 - 51.

CARVALHO, Tâmara Teixeira de. **Caminhos do desejo: uma abordagem antropológica das relações homoeróticas femininas em Belo Horizonte**. 1995. 198f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas. Disponível em: <http://www.unicamp.br/aba/teses/tdaba_p227.html> Acesso em: 05 set. 2005

CASTRO, Rosangela. Amor e ódio em relações 'conjugays'. In: GROSSI, Miriam; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz (Org.). **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p.89-109

CECARRELI, Paulo Roberto. Sexualidade e preconceito. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v.3, n.3, p.18-37, set. 2000

CECCARELLI, Paulo Roberto. Pesquisa em Psicanálise. In: ENCONTRO DAS ESCOLAS DE PSICOLOGIA DE BELO HORIZONTE, 2, 2001, Belo Horizonte: PUC-MG. Disponível em <<http://www.ceccarelli.psc.br>>. Acesso em 01/07/2006.

CECARRELI, Paulo Roberto. Configurações edípicas da contemporaneidade: reflexões sobre as novas formas de filiação. **Pulsional Revista de Psicanálise**, São Paulo, Ano 15, n.161, p.88-98, set. 2002.

CONVITE contra o preconceito. **Jornal do Federal**, Brasília, Ano 18, n. 78, p.8, maio 2004

COSTA, Jurandir Freire. **A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

DERRIDA, Jaques; ROUDINESCO, Elisabeth. Famílias desorganizadas. In: DERRIDA, Jaques; ROUDINESCO, Elisabeth. **De que amanhã: diálogo**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. Cap. 3, p.48-63.

DIAS, Maria Berenice. Paternidade homoparental. In: GROENINGA, Giselle C.; PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito de família e psicanálise: rumo a uma nova epistemologia**. Rio de Janeiro: Imago, 2003 p.269-275.

DOYLE, Iraci. **Contribuições ao estudo da homossexualidade feminina**. Rio de Janeiro. 1956. 402p.

DYLAN, Evans. **Diccionario introductorio de psicoanálisis lacaniano**. Paidós: Buenos Aires, 2005

EUGÊNIO, Fernanda. De pais, mães e filhos: discursos e reivindicações da homoparentalidade. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL – GT HOMOSSEXUALIDADES, POLÍTICAS E DIREITOS, 5, 2003, Florianópolis.

FIGUEIRA, Sérvulo Augusto (org). **Uma nova família?** O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. 112p.

FREUD, Sigmund. Estudos sobre histeria (1893-1895) In: FREUD, S. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: Rio de Janeiro: Imago. 1969. v.2.

FREUD, Sigmund. Escritores Criativos e devaneios (1908) In: FREUD, S. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: Rio de Janeiro: Imago. 1969. v. 9.

FREUD, Sigmund. Sobre as teorias sexuais das crianças (1908a). In: FREUD, S. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: Rio de Janeiro: Imago. 1969. v.9

FREUD, Sigmund. Os três ensaios da sexualidade (1905). In: FREUD, S. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: Rio de Janeiro: Imago. 1969. v.7

FREUD, Sigmund. Totem e tabu (1913). In: FREUD, S. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: Rio de Janeiro: Imago. 1969. v.11

FREUD, Sigmund. Psicologia de grupo e a análise do ego (1921). In: FREUD, S. . **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: Rio de Janeiro: Imago. 1969. v.18

FREUD, Sigmund. O mal estar na civilização (1930). In: FREUD, S. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: Rio de Janeiro: Imago. 1969. v 21

FREUD, Sigmund. Moisés e o monoteísmo três ensaios (1939). In: FREUD, S. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: Rio de Janeiro: Imago. 1969. v 23

GARCIA, Marcos Roberto et al. “Não podemos falhar”: a busca pela normalidade em famílias homoparentais. *In*: GROSSI, Miriam; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz (Org.). **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 277-299

GOMES, Christianne; AMARAL, Maria Tereza. **Metodologia da pesquisa aplicada ao lazer**. Brasília: SESI/DN, 2005.

GROENINGA, Gisele. PEREIRA, Rodrigo. **Direito de família e psicanálise**: rumo a uma nova epistemologia. Rio de Janeiro: Imago, 2003

HÉRITIER, F., "**Dictionnaire de l'ethnologie et de l'anthropologie**". In: BONTE, P.; IZARD, M. (Org.). Paris: PUF, 1991. p. 273.

HORPACZKY, Kátia. **Meu pai é gay, e daí?** 2006. Disponível em <http://mixbrasil.uol.com.br/farofadigital/comportamento_pai.htm>. Acesso em 21 de agosto de 2006.

JABLONSKI, Bernardo. Atitudes de jovens solteiros frente à família e ao casamento. *In*: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). **Família e casal - efeitos da contemporaneidade**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2005a. Cap. 6 p.93-110).

KAUFMANN, Pierre. **Dicionário enciclopédico de psicanálise**: o legado de Freud a Lacan. Tradução, Vera Ribeiro, Maria Luiza X de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

KEHL, Maria Rita. Em defesa da família tentacular. *In*: GROENINGA, Giselle C.; PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito de família e psicanálise**: rumo a uma nova epistemologia. Rio de Janeiro: Imago, 2003. p.165-176.

LEACH, Edmund. Cultura/Culturas. *In: ENCICLOPÉDIA Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985. v.5: Anthropos-Homem.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. Tradução de Mariano Ferreira. Petrópolis, Vozes, 1982.

MACHADO, Marília. **Entrevista de pesquisa: a interação pesquisador/entrevistado**. Belo Horizonte, C/arte, 2002.

MATOS, Marlise. **Reinvenções do vínculo amoroso: cultura e identidade de gênero na modernidade tardia**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPRJ, 2000.

MEDEIROS, Camila. "Uma família de mulheres": ensaio etnográfico sobre homoparentalidade na periferia de São Paulo. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 14, n. 2, p.535-547, maio-agosto, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-> Acesso em: jul. 2007.

MELLO, Luiz. **Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005a, 232p.

MELLO, Luiz. Outras famílias: a construção social da conjugalidade homossexual no Brasil. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 24, 2005b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332005000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 ago. 2006.

MOTT, Luiz. Os homossexuais: as vítimas principais da violência. In: VELHO, G.; ALVITO, M. (Org.). **Cidadania e violência**. Rio de Janeiro: UFRJ/Ed.FGV, 1996, p.99-146.

MOTT, Luiz. Homo-afetividade e direitos humanos. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 14, n. 2, p.509-521, maio-agosto, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v14n2/a11v14n2.pdf>>. Acesso em 19 Fev 2007.

MOTT, Luiz; CERQUEIRA, Marcelo. **Matei porque odeio gay**. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2003. (Coleção Gaia Ciência ; 15). Disponível em: <<http://www.asylumlaw.org/docs/sexualminorities/Brazil-MATEI%20PORQUE%2036A05C.pdf>>. Acesso em: 01 Set 2007.

MORRIN, Edgar. A identidade social: o núcleo arcaico. In: MORRIN, E. **O método 5: a humanidade da humanidade**. Porto Alegre: Sulina, 2002. Parte 3, Cap. 1, p. 163-175.

MUNIZ, Jaqueline de Oliveira. "**Mulher com mulher dá jacaré**" uma abordagem antropológica da homossexualidade feminina. 1992. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.unicamp.br/aba/teses/tdaba_p765.html> Acesso em 05 set. 2005

NUNAN, Adriana, Influência do preconceito internalizado na conjugalidade homossexual masculina. *In:* GROSSI, Miriam; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz (Org.). **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p.46- 67.

PAIVA, Antônio. Reserva e invisibilidade: a construção da homoconjugalidade numa perspectiva micropolítica. *In:* GROSSI, Miriam; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz (Org.). **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p.23 - 46.

PALONSKY, Cíntia. **Estruturas clínicas na clínica**: a histeria. Belo Horizonte: Editora PUC-Minas, 1997

PASSOS, Maria Consuelo. Nem tudo que muda, muda tudo: um estudo sobre as funções da família. *In:* FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). **Família e casal: efeitos da contemporaneidade**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2005a. Cap. 1, p.11-23.

PASSOS, Maria Consuelo. Homoparentalidade: uma entre outras formas de ser família. **Psicologia clínica**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 31-40, 2005b.

PEREIRA, Willian. Homoerotismo. *In:* PEREIRA, Willian. **A formação religiosa em questão**. Petrópolis: Vozes, 2004. Cap. 5.

PEREIRA, Willian Mundo globalizado: há novos sujeitos, novos sintomas familiares, uma nova família? *In:* ENCONTRO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA ECLESIASTICA. PERFIL DA FAMÍLIA E DA JUVENTUDE BRASILEIRA / PSICOPATOLOGIA DA VIDA COTIDIANA E MATRIMÔNIO, 9, 2007, Belo horizonte.

PERSEVAL, Geneviere Delaisi. **A parte do pai**. Tradução Stummer, Theresa C. Porto Alegre: L&PM, 1986. 272p.

PETRY, André. Tributo à tolerância. **Veja**, São Paulo, edição 1970, ano 39, nº 25, p. 85, ago. 2006.

PINTO, Elizabeth. A pesquisa qualitativa em Psicologia Clínica e a pesquisa em Psicanálise.

Psicologia USP, São Paulo, v1/2, n. 15, p. 71-80, 2004.

PORTINARI, Denise B. **O discurso da homossexualidade feminina**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

RETRATO falado. Pesquisa Nacional do Data Folha, **Folha de São Paulo**, 7 de outubro de 2007

RASCOVSKY, Arnaldo. **A Homossexualidade feminina**. Buenos Aires: Rodolfo Alonso, 1969.

ROMAGNOLI, Roberta C. **Novas formações familiares**: uma leitura institucionalista. 1996. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG: Belo Horizonte.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SANTOS, Claudilene. A parentalidade em famílias homossexuais com filhos: um estudo fenomenológico da vivência de gays e lésbicas. Tese (doutorado em Psicologia). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2004. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-18042005-081841/>>

SARAIVA, Eduardo. Encontros amorosos, desejos ressignificados: sobre a experiência do assumir-se gay na vida de homens casados e pais de família. *In*: GROSSI, Miriam; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz (Org.). **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 69-89.

SOUSA, Érica. **Necessidade de filhos**: maternidade, família e (homo) sexualidade. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas: Unicamp. Campinas.

SOUZA, Ana Maria Digna Rodrigues. **Estudos do homossexualismo feminino através do teste do desenho da figura humana**. 1989. Universidade Federal do Pará - Instituto de Psicologia. Disponível em <<http://bdt.d.ibict.br/busca/resultsimple.jsp>> Acesso em 04 set 2005.

SOUZA, Aline D. **A família informal: as novas espécies de família não fundadas no casamento**. Rev. Esc. Direito, Pelotas, v. 6, n. 1, p. 443- 459, Jan.-Dez./2005

Disponível em: <<http://www.ucpel.tche.br/direito/revista/vol6/13Aline.pdf>> Acesso em 01.set.2007.

TARNOVSKI, Flávio. **Pais assumidos: adoção e paternidade homossexual no Brasil contemporâneo**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2003.

TEIXEIRA FILHO, Fernando; TOLEDO, Livia; GODINHO, Pedro. A homofobia na representação de mães heterossexuais sobre a homoparentalidade. *In*: GROSSI, Miriam; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz (Org.). **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 301-320.

TRAVIS, Susan. **Construções familiares: um estudo sobre a clínica do recasamento**. Departamento de Psicologia. 2003. 138f. Tese (doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/PRG_0599.EXE/3651.PDF?NrOcoSis=6696&CdLinPrg=pt>.

TURATO, Egberto. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. **Revista Saúde Pública**, Campinas, v. 3, n.39, p.507-514, 2005.

UM BEBÊ, um avô, duas mães. **Veja**, ano 39, n. 49, ed. 1986, p. 93, dez. 2006.

VAINFAS, Ronaldo. **Casamento, amor e desejo no ocidente cristão**. São Paulo: Ática, 1986.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Complexidade e pesquisa interdisciplinar, epistemologia e metodologia operativa. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 220-224.

VELOSO, Caetano. Dom de iludir. *In*: VELOSO, Caetano. **Totalmente demais ao vivo**. Rio de Janeiro: Polygram, 1986. 1CD. Faixa 11.

UZIEL, Anna Paula. **Família e homossexualidade: velhas questões, novos problemas**. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2002.

UZIEL, Anna Paula. Família e homoparentalidade. *In*: UZIEL, RIOS, PARKER (Org.) **Construções da sexualidade: gênero, identidade e comportamento em tempos de AIDS**. Rio de Janeiro: Pallas, 2004. Cap 3, p.29-36

ZAMBRANO, Elizabeth. Homossexualidade e diferença de sexo. Discussões no Blog da semana, **Época**, Disponível em: <<http://www.epoca453.globolog.com.br>>. Acesso em: 2 fevereiro de 2007.

ZAMBRANO, Elizabeth et al. **O direito à homoparentalidade**: cartilha sobre as famílias constituídas por pais homossexuais. Porto Alegre, 2006. Disponível em: <www.nupacs.ufrgs.br> Acesso em: 10 mai. 2007.

ZAMBRANO, Elizabeth. Parentalidades "impensáveis": pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, ano 12,n.26, p.123-147, jul/dez 2006b. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ha/v12n26/a06v1226.pdf> Acesso em 01 jun 2007.

APÊNDICE

APÊNDICE A TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Pró-Reitoria de Pesquisa e de Pós-graduação
 Comitê de Ética em Pesquisa - CEP
 Av. Dom José Gaspar, 500 - Fone: 3319-4517 - Fax: 3319-4517
 CEP 30535.610 - Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil
 e-mail: cep.proppg@pucminas.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

(Em duas vias, firmado por cada participante-voluntária(o) da pesquisa e pelo responsável)

“ O respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe após consentimento livre e esclarecido dos sujeitos, indivíduos ou grupos que por si e/ou por seus representantes legais manifestam a sua anuência á participação na pesquisa”. (Resolução n.º 196/96-IV, do Conselho Nacional de Saúde)

N.º Registro no Comitê de Ética em Pesquisa: CAAE – 0004.0.213.000-07

Título do Projeto: “A circulação pulsional nas famílias homoparentais recompostas femininas”.

Eu, _____, tendo sido convidada (o) a participar como voluntária do estudo “A circulação pulsional nas famílias homoparentais femininas”, recebi da Sra. Simone Aparecida Noronha, aluna de Pós-graduação *Stricto Sensu* (mestrado) em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, responsável pela execução desta pesquisa, as seguintes informações que me fizeram entender sem dificuldades e sem dúvidas os seguintes aspectos deste estudo:

1- O objetivo geral deste estudo se destina a analisar como se dá a circulação pulsional nas famílias homoparentais femininas, ou seja, analisar como ocorrem os laços afetivos entre seus membros, como os investimentos libidinais são realizados e, ainda, que lugar cada um ocupa para o outro no interior da família.

2- Este estudo tem como objetivos específicos analisar como as funções paterna e materna são exercidas e, conseqüentemente, como são promovidas a constituição psíquica e a socialização dos filhos; verificar se o preconceito realmente interfere na circulação pulsional familiar e, em caso positivo, examinar se existe maior dificuldade das famílias homoparentais em lidar com o preconceito e com a moral social, do que com sua própria organização.

3- A importância deste estudo é a de ampliar os conhecimentos acerca deste novo arranjo familiar que vem trazendo cada vez mais novas tematizações e questionamentos para a sociedade e que, ainda, carecem de respostas. Neste sentido, esta pesquisa fornecerá subsídios teóricos sobre a família homoparental e poderá servir de base para futuras elaborações de intervenções clínicas que respeitem a família em sua diversidade.

4- O resultado que se deseja alcançar com este estudo é demonstrar que através das experiências afetivas construídas no interior da família homoparental é possível ter uma circulação pulsional estável entre seus membros, capaz de promover a constituição psíquica e a socialização dos filhos de forma satisfatória.

5- Os conhecimentos obtidos pela pesquisa poderão trazer benefícios, no sentido de compreendermos melhor as famílias homoparentais femininas e, conseqüentemente, contribuir para uma transformação cultural em relação à sexualidade, para a diminuição do preconceito e para o reforço da construção social da conjugalidade homossexual, operando mudanças necessárias para o aceite da diversidade e das diferenças.

6- Minha participação neste estudo é muito importante e será feita na etapa da coleta de dados, que será realizada por meio da entrevista de pesquisa do tipo semi-estruturada. Fui informada de que conversaremos de uma forma mais livre sobre questões relativas à minha família abrangendo o tema da homoparentalidade e minha colaboração consistirá em responder às perguntas que me forem feitas. Fui, também, informada que poderá ter necessidade da realização de mais de uma entrevista e que as mesmas deverão ser gravadas.

7- As entrevistas poderão ser realizadas somente comigo, ou, comigo e com minha parceira conjuntamente, se for do nosso consentimento. E ainda, com toda a família, se for de nosso interesse. As entrevistas serão marcadas com antecedência, de acordo com minha disponibilidade, no local que melhor me convier e me comprometo a comparecer, ou justificar minha ausência antecipadamente. Acredita-se que as entrevistas transcorram sem problemas, porém fui informada de que as mesmas poderão ser interrompidas a qualquer momento caso eu sinta necessidade em fazê-lo. Além disto, eu posso, a qualquer momento, recusar a continuar participando do estudo e, também, que eu poderei retirar este consentimento, sem que isto me traga qualquer penalidade ou prejuízo.

8- Foi-me assegurado o “caráter confidencial dos registros”, que minha identidade será mantida em sigilo quando minhas informações forem utilizadas, seja para propósitos de publicação científica ou educativa. Que os resultados deste estudo poderão ser divulgados através de artigos científicos, capítulos de livros ou apresentados em congressos e outros eventos científicos, sem que eu (ou qualquer outro sujeito da pesquisa) seja identificada. Que

os registros gravados ficarão sob a responsabilidade da pesquisadora, e serão utilizados apenas para as finalidades desta pesquisa, sendo destruídos posteriormente.

9- Esta pesquisa não oferece riscos à minha saúde física e mental.

10- Eu não terei nenhum gasto com a minha participação neste estudo e, também, não receberei nenhum pagamento pelo mesmo.

11- Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, coordenado pela Professora Maria Beatriz Rios Ricci, que poderá ser contatado em caso de questões éticas, pelo telefone 3319.4517 ou pelo e-mail: cep.proppg@pucminas.br

12- Sempre que eu desejar poderei esclarecer quaisquer dúvidas ou obter quaisquer esclarecimentos sobre este estudo, bastando que para isto eu entre em contato com a pesquisadora responsável pela pesquisa, Simone Aparecida Noronha, que me forneceu os seguintes dados: Endereço: Av. Prudente de Moraes 621 sala 606, Cidade Jardim, Belo Horizonte. 30.380-100. Telefones: (31)3244-0366 ou 9994-0366. E-mail: noronhasimone@yahoo.com.br

Finalmente, tendo eu compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre minha participação no mencionado estudo, e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implicam, concordo em dele participar. Declaro que li as informações contidas neste documento antes de assiná-lo e dou o meu consentimento de livre e espontânea vontade.

Nome do participante (em letra de forma)

Assinatura do participante

Belo Horizonte, _____ de _____ de 200____.

Muito obrigada por sua colaboração e por merecer a sua confiança.

Atesto que expliquei, cuidadosamente, a natureza e o objetivo deste estudo junto ao participante, e que ela compreendeu bem essa explicação.

Simone Aparecida Noronha (pesquisadora)

Data

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA



ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA – MG

Pró-Reitoria de Pesquisa e de Pós-graduação
Comitê de Ética em Pesquisa - CEP
Av. Dom José Gaspar, 500 - Fone: 3319-4517 - Fax: 3319-4517
CEP 30535.610 - Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil
e-mail: cep.proppg@pucminas.br

I- IDENTIFICAÇÃO

Nome do participante

Idade

Nº de filhos

Idade dos filhos

Tempo de relacionamento afetivo e de convivência desta família

II- HISTÓRIA FAMILIAR

- Fale sobre o processo de constituição da família, como foi vivenciado por cada um de seus membros?

- No caso da recomposição familiar, qual a participação do pai da criança no processo educativo desta? Ele aceita ou rejeita sua família? Qual o vínculo existente entre ele e vocês?

- Nos demais casos, como foi vivenciado a necessidade do agente externo para a constituição desta família? O agente externo é presente ou ausente do cotidiano familiar? Houveram acordos estabelecidos com o agente externo? Quais? Eles foram cumpridos?

- Como você percebe sua família hoje? Como ela se organiza ?

- A formação do laço afetivo homossexual e conseqüentemente de sua família provocou mudanças em sua família ampliada? E em sua rede de relações sociais como um todo? Em caso positivo, como você lida com estas mudanças?

III- POSIÇÃO SOCIAL E ESTRUTURA

- O que é ser uma família para você?

- Quais fatores você consideraria para chamar uma família de família?

- O que você pensa a respeito do comportamento de sua família?
- Como vê sua família em relação às outras famílias?
- Como sua família é vista pela sua família de origem?
- Como sua família é vista pelo seu entorno social (vizinhos, amigos, parentes)?
- Sua família sofre algum tipo de preconceito? Caso positivo, estes são de que tipo?

Como você lida com isto?

- O que você identifica de diferente e de semelhante entre sua família e as demais?

IV- LEGALIZAÇÃO

- O que é necessário para (unir duas pessoas com o intuito de) construir uma família?
- Você considera sua família legalizada (reconhecida pelo estado)?
- A família homoparental deve ser legalizada? Por quê?
- Qual a diferença entre uma família que se constitui legalmente para uma que não é legalizada?

V- DURABILIDADE/SEPARAÇÃO

- O que é necessário para uma união se manter?
- Quais são as razões que levariam a um rompimento?

VI- REGRAS DE RESIDÊNCIA E CONVIVÊNCIA

- Como é a hierarquia na sua família? Como os membros de sua família lidam com esta hierarquia?
 - Como se definem as relações entre seus membros? Qual o lugar da mãe? Do pai? Dos filhos? Da companheira?
 - Como são realizados os papéis de pai e mãe na sua família?
 - Quais são os papéis e atribuições de cada um na família? Como são as divisões de tarefas na sua família?
 - Como é a relação com os filhos?
 - Como é a relação dos irmãos?
 - Como seus filhos se posicionam diante da sua conjugalidade homossexual? O que eles pensam e dizem sobre isto?
 - Você considera que o fato de seus filhos terem (ou não) conhecimento da sua

conjugalidade homossexual e conviverem com isto trazem implicações na formação pessoal e na orientação sexual deles? O que você pensa sobre isto?

- Como você vê o processo de socialização de seus filhos?
- Você (s) acha(m) necessário uma família morar junta?
- Você (s) sente (m) necessidade de proporcionar aos filhos um contato mais estreito com adultos do sexo oposto ao seus?
- Você conhece outras famílias homoparentais? Você tem convívio com estas famílias?

VII- GERAÇÕES

- Percebem diferenças entre as gerações a respeito da visão de família?
- Do ponto de vista dos filhos como vêem a expectativa perante a formação de uma família?
- Que tipo de modelo de família está se passando para as futuras gerações?

VIII- COMPLEMENTAÇÃO E AGRADECIMENTOS

- Você gostaria de dizer algo específico para as outras famílias homoparentais?
- Você gostaria de dizer algo para os outros modelos de famílias?
- Você gostaria de dizer algo para outros casais homossexuais que ainda não conseguiram assumir sua família?
- Tem algo mais que você gostaria de completar em torno da questão da família homoparental feminina, que eu possa não ter perguntado?

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)